

• FORMAÇÃO DO BRASIL • FORMAÇÃO DO BRASIL •

SANDRA LÚCIA LOPES LIMA

O OESTE PAULISTA
E A REPÚBLICA



981.05
L732o



AÇÃO DO BRASIL • FORMAÇÃO DO BRASIL •

Textos sobre aspectos particulares - sociais, econômicos, históricos, religiosos e étnicos - do nosso passado, e sem dúvida responsáveis pela Formação do Brasil. Uma brasileira de enfoque moderno.

DO BRASIL • FORMAÇÃO DO BRASIL • FORMA

1. *O oeste paulista e a República* — Sandra Lúcia Lopes LIMA.
Coronelismo urbano — Neuza M. COSTA.
O PCB e a Internacional comunista (1920-30) — Michel ZAIDAM FILHO.

As obras com numeração já estão publicadas ou encontravam-se no prelo na data de impressão desta.



BIBLIOTECA
FFLCH

16 ABR. 1999

03 MAIO 1999

10 MAIO 1999

14 JAN. 2003

01 DEZ. 2006

O OESTE PAULISTA
E A REPUBLICA



SUA INSCRIÇÃO
NA BIBLIOTECA
IMPLICA EM
CONHECIMENTO E
ACEITAÇÃO DO
REGULAMENTO

Sandra Lúcia Lopes Lima é paulistana e atualmente leciona História em duas importantes faculdades paulistas. Com mestrado em História Econômica pela USP, é colaboradora regular em várias revistas especializadas e em obras coletivas.

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

L710 Lima, Sandra Lúcia Lopes.
O Oeste paulista e a República / Sandra Lúcia Lopes Lima. — São Paulo : Vértice, 1986.
(Formação do Brasil : 1)

Bibliografia.

ISBN 85-85068-11-6
1. Brasil - História - República, 1889- 2. Brasil - História - 2.º Império, 1840-1889 3. Café - Brasil - História 4. Cafeicultura - Brasil - São Paulo (Estado) - História 5. São Paulo (Estado) - Política e governo I. Título. CDD-981.043
-320.98155
-538.173730981
-633.73098155
-981.05

86-0240

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Economia cafeeira 338.173730981 — 2. Brasil : História, 1870-1889 981.043 — 3. República, 1889 : Brasil : História 981.05 — 4. São Paulo : Estado : Cafeicultura : História 633.73098155 — 5. São Paulo : Estado : História política 320.98155.

SANDRA LÚCIA LOPES LIMA
O OESTE PAULISTA
E A REPÚBLICA



DEDALUS - Acervo - FFLCH-FIL

Oeste paulista e a republica /



21000028430

981.05
L7320

TOMBO.: 07132



SBD-FFLCH-USP



O OESTE PAULISTA
E A REPÚBLICA

SANDRA LÚCIA LOPES LIMA

981.05
L732

N. S.: 83 331670

© desta edição: 1986

EDIÇÕES VÉRTICE

Editora Revista dos Tribunais Ltda.

Rua Conde do Pinhal, 78

Tel. (011) 37-2433 — Caixa Postal, 678.

01501 - São Paulo, SP, Brasil.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal, cf. Lei 6.895, de 17.12.80) com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 122, 123, 124, 126, da Lei n. 5.988, de 14.12.73, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil (04-1986) — Tiragem: 2.000 exemplares.

ISBN 85-85068-11-6

Sumário

Introdução	11
1. Duas regiões cafeeitoras: Vale do Paraíba e Oeste Paulista	14
O tradicional Vale do Paraíba	16
O dinâmico Oeste Paulista	19
2. Campinas, centro progressista regional	25
O desenvolvimento econômico e a modernização da cidade	25
Veículos de manifestação dos agricultores paulistas	28
A "Gazeta de Campinas"	28
O Clube da Lavoura de Campinas	29
Principais problemas da agricultura paulista	32
3. O transporte	35
Dificuldades de comunicação com o litoral	35
A introdução das estradas de ferro	36
As estradas de ferro em São Paulo	39
A Companhia Paulista de Estrada de Ferro	40
A rede ferroviária paulista e a <i>Gazeta de Campinas</i>	43
4. O crédito agrícola	50
As queixas ao Banco do Brasil	51
A resposta do governo ao crédito agrícola	52
As discussões sobre crédito agrícola na Câmara dos Deputados	54
Pretensões creditícias dos agricultores paulistas	57
Outras tentativas de criação do crédito real	60

5. A mão-de-obra	64
Os problemas iniciais com o trabalho livre	64
Barreiras à imigração	68
A regulamentação de locação de serviços	72
Sociedade Central de Imigração	75
A imigração discutida na Câmara dos Deputados	78
A presença do escravo em São Paulo	80
6. A lavoura e o governo	85
Governo e problemas da agricultura paulista	86
Breves momentos de esperança para a agricultura paulista	92
7. Conclusão: Frustrações e realizações dos fazendeiros paulistas	99
Fontes	105
Bibliografia	107

“O Império dos fazendeiros...
só começa no Brasil com a
queda do Império.”

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Para Memória
Mauo Augusto
André

Para Maurício,
Mauro Augusto e
Andréa

Introdução

O interesse pelos problemas que envolveram os agricultores do Oeste Paulista no final do século passado surgiu como decorrência do manuseio do jornal *Gazeta de Campinas*, numa de suas raras coleções, no Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas.

Levada a acompanhar uma polêmica sobre trabalho livre travada nas páginas do jornal entre dois fazendeiros da região, o Visconde de Indaiatuba (o "Lavrador") e José Vergueiro (o "Poceiro"), acabei descobrindo a riqueza do material que tinha às mãos.

Fundado em 1869, o jornal era um veículo à disposição de seus leitores, tanto para exporem suas queixas, quanto suas aspirações e realizações.

Quando não se manifestavam diretamente, através de cartas, comunicados ou informações, tinham a representá-los jovens jornalistas como Campos Sales, Francisco Glicério, Américo Brasiliense e seu diretor, Francisco Quirino dos Santos. A alguns desses jovens a República reservaria lugar de destaque.

Os principais temas, porém, eram referentes à economia cafeeira, desdobrados em variações como: abolição, mão-de-obra, colonização, ferrovias, créditos etc. A pregação republicana também marcava suas páginas confirmando a vinculação entre a agricultura do Oeste e a República.

Partindo dessa constatação já conhecida, despertou nossa curiosidade a identificação dos elementos ligados à lavoura da região que teriam contribuído para a desilusão com o Império e encaminhado o Oeste para a solução republicana.

Pareceu-nos importante estabelecer as raízes do descontentamento desses fazendeiros que constituíam a principal força econômica da época. A questão básica, portanto, era por que eles resolveram aderir a um novo regime político e não usaram sua importância econômica

como instrumento de pressão a seu favor, dentro dos quadros vigentes? Por que a República pareceu-lhes uma solução mais compensadora?

Para esclarecer tais questões recorremos a outra fonte de consulta, além da *Gazeta de Campinas*: os *Anais do Parlamento Brasileiro*, Câmara dos Deputados. Através deles pudemos ter uma visão do encaminhamento, na política nacional, dos problemas destacados pelo jornal. Isso nos foi possível através dos pronunciamentos, programas ministeriais, projetos, orçamentos etc., apresentados na Câmara dos Deputados, órgão representativo de caráter nacional.

Essas duas fontes forneceram-nos elementos para avaliação dos vários aspectos da problemática agricultura-governo: a *Gazeta de Campinas* apresentou-nos a visão dos fazendeiros da região, suas expectativas, necessidades e anseios; os *Anais do Parlamento* serviram de base para análise das proposições e projetos dos representantes provinciais, dos interesses predominantes na política nacional.

A comparação entre as duas fontes foi a base de nosso trabalho.

Não foi preciso muito para verificar a pouca correspondência entre os interesses paulistas e a política nacional vigente, mas para melhor identificar essas diferenciações, que poderiam nos levar às bases da insatisfação paulista, buscamos pontos de referências dentro da própria economia cafeeira.

Recorremos ao Vale do Paraíba, outra zona cafeeira, que apresentou características diferentes do Oeste Paulista. Pretendemos verificar, através de estudos já realizados sobre aquela região, os diferentes rumos trilhados pelas duas zonas produtoras.

O objetivo foi avaliar as especificidades geradas pela cultura cafeeira na região de Campinas e imediações, o chamado Oeste Velho.

É a essa região que nos referimos quando falamos em Oeste Paulista. Não pretendemos, com isso, generalizar as condições do Oeste; sabemos que modificações se processaram à medida que novas zonas foram formadas e novas frentes abertas. No período escolhido, contudo, Campinas era "capital da lavoura" e sintetizava o pensamento das regiões vizinhas.

Detivemo-nos nesse importante centro urbano regional, porque concentrou as reivindicações da lavoura sediando uma entidade de classe, o Clube da Lavoura de Campinas e publicando jornais, entre eles a *Gazeta de Campinas*.

A partir dos assuntos mais discutidos na *Gazeta de Campinas*, identificamos os três que se mostraram mais freqüentes: transporte, crédito e mão-de-obra.

Cada um desses temas foi analisado, particularmente, por sua importante significação no quadro das reivindicações regionais. As respostas do governo às pretensões paulistas diante desses assuntos e as frustrações decorrentes da falta de receptividade das mesmas encaminham-nos às respostas desejadas.

Tomamos para o início da pesquisa o ano de 1870, marco significativo, pois corresponde ao final da guerra do Paraguai, quando o Império entra num processo de transformações que encaminhariam à República; é também o ano do Manifesto Republicano, quando as idéias antimonárquicas passam a ser mais abertamente divulgadas e organizam-se grupos de oposição ao regime; é o período em que o Oeste Paulista passa a ganhar maior importância econômica e a ocupar o lugar de destaque que até então cabia ao Vale do Paraíba. Não é por coincidência que também nessa época é fundada a *Gazeta de Campinas* (outubro de 1869). Nossa baliza final é 1889, com a proclamação da República, quando um novo regime político se estabelece e novos equacionamentos se impõem à economia cafeeira. Iniciava-se a República Velha ou República do Café, quando as pretensões dos cafeicultores deixavam de ser aspirações e se transformavam em realizações.

Duas regiões cafeeiras: Vale do Paraíba e Oeste Paulista

Impossível o estudo da atuação de fazendeiros paulistas durante o processo de republicanização sem inseri-lo, embora rapidamente, num quadro econômico mais amplo da cultura cafeeira.

O plantio do café, com finalidade comercial, foi iniciado no Vale do Paraíba, sob padrões tradicionais que a agricultura brasileira trazia do período colonial. Só apresentaria sinais de modernização ao se deslocar, no final do século XIX, para o Oeste Paulista.

Embora dedicadas ao mesmo produto, sujeitas às mesmas exigências de produção e comercialização, as duas regiões cafeeiras responderam de forma diferente a solicitações análogas, o que as levou a trilharem caminhos diversos.

Para melhor entendermos as especificidades geradas no Oeste Paulista é preciso levar em conta as solicitações que envolviam a cultura cafeeira em geral. As respostas para tais solicitações, em cada uma das regiões, podem nos dar a explicação do diferente rumo político que assumiram: o Vale se manteria monarquista e Oeste se tornaria republicano.

Essas posturas políticas contraditórias foram resultado, principalmente, de um processo de adaptação diverso às imposições da produção cafeeira.

Visando compreender quais seriam essas exigências na época, recorremos aos escritos de viajantes, tais como o Barão Von Tschudi,¹ referentes às imposições do plantio à comercialização em ambas as áreas.

Tschudi deu ênfase à importância da preparação do terreno, de preferência levemente ondulado, e à limpeza constante do cafezal, de três a cinco vezes ao ano, tarefas que exigiam grande número de trabalhadores, mas que por si só não garantiam uma boa colheita.

Depois que esta se realizava ainda restava um trabalho de grande importância: o beneficiamento, que incluía a secagem do café ao sol em terreiros² e a separação entre polpa e semente, etapas decisivas para a determinação da qualidade do café.

O beneficiamento podia ser feito manualmente ou com auxílio mecânico, dependendo do interesse ou recurso do fazendeiro. Encerrava a fase de produção propriamente dita.

Durante esse processo, além da fertilidade do solo, condições climáticas, idade do cafezal, muito influía o trabalho da mão-de-obra, que participava ativa e decisivamente de todas as fases da produção. Os agricultores tinham ainda outros desafios a enfrentar: transportar o produto; conseguir boas condições de comercialização; obter crédito

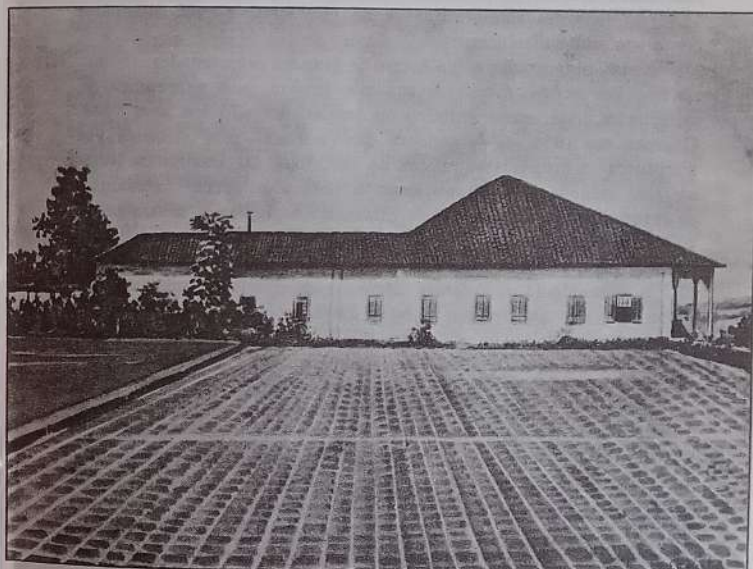


Fig. 1. Fazenda Cachoeira-Terreiros

FONTE: *Lavoura Cafeeira Paulista*. Aquarelas de José de Castro Meireles. J. E. Teixeira Mendes. SP, Departamento Estadual de Informação.

para financiar os custos e fazer frente às crises; adquirir mão-de-obra e maquinário necessário.

Esses desafios eram comuns aos fazendeiros do Vale do Paraíba e Oeste Paulista. A maneira de responder a eles é que diferenciou as duas regiões.

O tradicional Vale do Paraíba

A cultura do Vale do Paraíba precedeu a paulista, e por volta de 1830 essa região já se firmava como principal produtora de café.³

Na década de 1840 as atenções no Vale do Paraíba estavam voltadas para a expansão de cafezais e aquisição de mão-de-obra escrava. As grandes fazendas tornavam-se preponderantes, absorvendo com voracidade as propriedades médias e pequenas. Na década de 1850, as fazendas concentraram-se na produção de café, desaparecendo sua auto-suficiência.⁴

Assim, organizadas sob a forma de grandes propriedades, tinham no trabalho escravo a base de sua mão-de-obra, pois a presença do trabalhador livre, como parceiro ou assalariado, não era bem vista. Quando, em 1854, os fazendeiros de Vassouras pela primeira vez discutiram as possíveis vantagens da introdução de imigrantes livres em suas fazendas, os colonos eram considerados apenas "elementos de resistência em um sistema de precaução e vigilância contra possíveis insurreições de escravos",⁵ mais do que como potenciais produtores de café.

A coexistência de sistemas diferentes de trabalho apresentava-se, portanto, como uma ameaça às bases da escravidão.

Enquanto possuíam recursos suficientes para adquirir escravos excedentes de outras regiões, esses senhores não demonstravam grande interesse pelo trabalhador livre, mesmo porque o rendimento do colono era subestimado no Vale do Paraíba.

"Mais do que do aumento constante dos salários, conseqüente da alta do custo de vida, queixavam-se os fazendeiros de o trabalhador assalariado trabalhar o menos possível, com nenhum outro objetivo a não ser a diária. Neste sentido ele produz menos que o escravo, que apesar de igualmente desinteressado do lucro do senhor é, não obstante, forçado a trabalhar por métodos violentos."⁶

Preocupado com o lucro imediato e com o aumento da produção, o produtor do vale paraibano foi devastando florestas para substituir por cafezais, utilizando técnicas rudimentares. Nenhuma preocupação com a preservação do solo foi sentida, de geração a

geração, conforme comentário de jornal da época: "Quando os fazendeiros inculcavam em seus filhos o interesse e o amor à vida agrícola conseguiram apenas transmitir-lhes técnicas rotineiras, inadequadas a regiões onde não mais existiam reservas florestais".⁷

A utilização de técnicas rudimentares não se restringia à fase de produção; o beneficiamento também se ressentia do pouco uso de máquinas ou qualquer outro material mais sofisticado. A presença de um outro maquinário era resultado de iniciativa isolada de algum fazendeiro; via de regra o lucro obtido com o café não era investido no aperfeiçoamento técnico. Destinava-se mais a manter a vida de luxo e refinamento tão prezados na região. As casas das fazendas⁸ foram assim descritas por Alberto C. de Araújo Guimarães:

"As vastas casas das fazendas, quadradas, simples, sem nenhum atrativo arquitetônico, a não ser o da grandiosidade de suas fachadas, davam em seu interior uma impressão de luxo e grandeza... tudo naquela época vinha da Europa: as finas porcelanas marcadas de brasões iluminados, as pratarias lavradas, as tapeçarias, os móveis, os cristais, os arquitetos e os pintores de fama. Todo conforto que o gênio europeu produzia vinha ter ao interior fluminense."⁹

Essa riqueza traduzia-se também em prestígio social, valorizado pelos títulos de nobreza fartamente distribuídos pelo Imperador; esses fazendeiros constituíam-se no que Maria Isaura Pereira de Queiroz chamou de "burguesia latifundiária com fumos de nobreza".¹⁰

Apesar da prosperidade ostensiva, os problemas não demoraram a surgir. As características em que se estruturara a produção, típicas de cultura colonial, se mantiveram por todo o período e contribuíram para sua autodestruição.

O problema que aparentemente desencadeou a derrocada foi o da mão-de-obra. Com a proibição do tráfico e a ameaça constante da abolição, o escravo foi se tornando cada vez mais raro e mais caro. Os fazendeiros, obrigados a recorrer aos mais variados expedientes para obter meios para a compra de escravos, vêem-se endividados.

"Quando, em 1884, reunindo-se em Clubes da Lavoura, tentaram os fazendeiros do Vale uma saída para o desmoronamento total de seu sistema de produção, era tarde; não se salvaram, e a libertação dos escravos acelerou ainda mais a ruína."¹¹

Outros fatores de decadência, contudo, manifestavam-se na segunda metade do século XIX, percebidos por alguns produtores de maior sensibilidade. Um fazendeiro do Paraíba do Sul em 1878 afir-

mava: "É um erro gravíssimo supor que as deficiências de nossa produção provêm exclusivamente da falta de escravos e de crédito. Somente aqueles que não refletem e não estudam, somente aqueles que não seguem, nem examinam atentamente e de perto nosso sistema de esgotar a terra sem arte nem ciência... somente esses podem ter a ousadia de adiantar tais informações".¹²

A partir de 1880, a produção decaiu continuamente. Explicar essa queda como decorrência apenas de falta de mão-de-obra e de crédito, ou pelo esgotamento do solo e técnicas primitivas de plantio parece simples demais.

A presença desses fatores é inegável, porém uma economia tão próspera não teria elementos para se reorganizar e superar as adversidades?

Os fazendeiros, insistindo em preservar um sistema que não mais correspondia às condições do momento, não teriam agravado seus problemas?

A falta de flexibilidade desse sistema de produção em se adaptar às novas exigências não pode ter tido parte da responsabilidade pela decadência da produção cafeeira no Vale do Paraíba?

A organização da produção a princípio foi satisfatória, haja vista a quantidade de café produzido e a riqueza gerada. As necessidades de cultivo e comercialização foram perfeitamente supridas e alguns fazendeiros revelaram espírito de iniciativa e decisão. Foi o caso dos Teixeira Leite, que chegaram a patrocinar o estudo de alguns engenheiros ingleses para a construção da estrada de ferro D. Pedro II, como veremos posteriormente.

Uma vez bem-sucedidos, porém, o comportamento econômico, político e social desses fazendeiros apresentou sinais de acomodação. O lucro não era reinvestido na produção ou em setores que pudessem reverter em benefícios diretos; a proximidade da corte e os títulos de nobreza bastavam-lhes.

Esses senhores, por se sentirem nobres, identificavam-se perfeitamente com o Império e tudo o que o compunha. O espírito paternalista predominava não só nas relações sociais como político-econômicas. Criaram uma dependência em relação ao Estado para tudo o que pretendessem realizar.

Sentindo-se protegidos, esses monarquistas satisfeitos abriam mão de qualquer contestação política.

A confiança numa falsa estabilidade econômica não permitia que percebessem as mudanças que se processavam à sua volta. Tornaram-se

pouco receptivos à modernização, não por "espírito conservador", mas por não perceberem a urgência da mesma.

A falta de percepção desses fazendeiros manteve-os fiéis a um regime político e a um sistema de trabalho que foram se tornando superados, sem que se dessem conta.

Enquanto isso, sem luxos e benefícios, o Oeste Paulista ia encontrando soluções originais para os desafios da cultura cafeeira, e aos poucos ocupando o lugar de destaque que coubera ao Vale do Paraíba.

O dinâmico Oeste Paulista

A reconstituição do quadro histórico em que atuaram os fazendeiros do Oeste Paulista mostra-nos um ambiente dinâmico que resulta em condições diversas da cafeicultura do Vale do Paraíba.

No Oeste Paulista a agricultura abandonou as condições coloniais de produção e adquiriu características capitalistas.



Fig. 2. Fazenda do Vale do Paraíba

FONTE: Taubaté a Cidade e o Tempo. Sônia Aparecida de Siqueira. Ilustração de: Tharcílio G. de Macedo, Taubaté, 1920.

As tentativas de explicar essa passagem são as mais diversas, talvez como um "prolongamento, no tempo, do espírito bandeirante",¹³ ou quiçá através da autonomia criada em seus habitantes pelo longo período de isolamento a que foi sujeito o Planalto de Piratininga.

Buscar uma única explicação é simplificar demais a questão. Os Paulistas souberam recolher as heranças históricas e adaptar-se a novas situações. O dinamismo e a auto-suficiência marcaram-lhes o caráter, e o grande desafio foi a cultura do café.

Ao substituir o cultivo de cana-de-açúcar por café, já havia na região uma estrutura que, embora precária, foi de imediato aproveitada: a ligação com o Porto de Santos; mão-de-obra escrava; vias de comercialização. Mas o sucesso da nova cultura ultrapassou as expectativas, e em pouco tempo as condições existentes se tornaram insuficientes.

A partir de 1850, dá-se a grande expansão do café atingindo a região de Piracicaba, Tietê, Limeira, Rio Claro, e na década de 1870 essa região já se tornava grande produtora.

Foi então que os paulistas buscaram novas opções, visando uma solução às novas exigências criadas pelo crescente processo de produção e comercialização.

A expansão da cultura passou a exigir maior quantidade de mão-de-obra. O aumento no preço do escravo obrigou esses fazendeiros, sem tantos recursos, a buscarem uma solução para o problema. Iniciaram-se as primeiras experiências com o trabalho livre, através do sistema de parceria, aparentemente mais viável, pois mantinha o trabalhador em dívida com o senhor até o pagamento de suas despesas de viagem e manutenção, o que constituía-lhes grande vantagem.

"A nova lavoura passa a insistir numa solução que lhe permitisse ao mesmo tempo poupar o investimento em escravos e garantir-se em um braço barato", o qual seria responsável pela "entrada em massa, do trabalhador semi-servil."¹⁴

Os abusos que o sistema propiciava foram responsáveis por muitos fracassos e até revoltas, porém não foi uma experiência infrutífera. Serviu de ponto de partida para o longo caminho ao trabalho livre, pois despertou a confiança nas possibilidades de uma nova relação de trabalho.

Pouco a pouco, os cafeicultores vão substituindo sua mão-de-obra, criando condições de aumentar a produção e enfrentar a crise abolicionista. O alcance dessa medida ultrapassaria as expectativas iniciais

em termos de povoamento, expansão da atividade comercial e manufatureira, além da própria urbanização.

Outra característica dos agricultores dessa região foi a boa receptividade em relação a adoção de máquinas mais modernas e eficientes, que poupavam mão-de-obra e melhoravam a qualidade do produto. As fazendas possuíam dependências especiais para abrigar seu maquinário, como se pode ver na Fig. 3.¹⁵

Assim se referia Campos Sales, em 1873, à utilização de maquinário no beneficiamento:

"... Não havia no município outras máquinas destinadas à preparação do café senão o pilão e o carretão; hoje, porém, conquanto o maior número seja ainda das mesmas, todavia começam a ser introduzidos novos aparelhos, entre os quais são dignos de nota, pelo grau

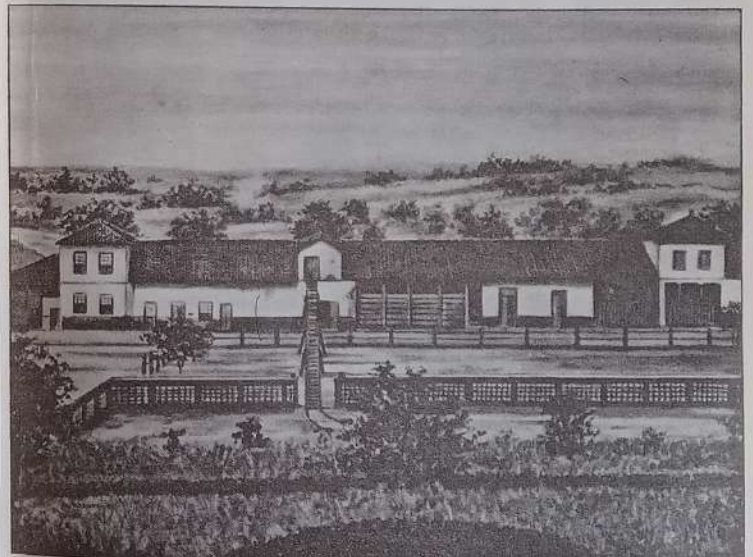


Fig. 3. Fazenda Santa Úrsula.

FONTE: *Campinas 200 anos*, Antônio Carlos Micoli. Campinas s/d.

de aperfeiçoamento a que têm atingido, os de sistema *Lidgerwood* e os de sistema *Conrado*. Aqueles foram inventados e fabricam-se nos Estados Unidos; estes foram inventados neste município e, ainda hoje, são fabricados na importante oficina dos Srs. Bierremback & Irmãos, onde todos os dias recebem consideráveis melhoramentos. Contamos já trinta e três máquinas do sistema *Lidgerwood* e vinte e seis do sistema *Conrado*".¹⁶

O resultado conseguido com a utilização dessas máquinas superava a expectativa tanto em eficiência quanto na qualidade do produto final em termos de beneficiamento.

Tanto é assim que Campos Sales comentava em 1873 no *Almanaque de Campinas*: "É um fato verificado pela observação de todos que, depois da introdução desses novos aparelhos, o nosso café, que principiava a cair em certo descrédito nos mercados consumidores por causa da má preparação, readquire agora o lugar de preferência que de direito lhe competia pela sua qualidade excelente".¹⁷

As vantagens da utilização de máquinas implicavam, contudo, na aplicação de grandes capitais, e os fazendeiros se viam na necessidade de canalizar recursos para a própria produção.

A distância em que a província se achava da corte e seus atrativos contribuiu para poupar o desvio de grandes somas para o luxo e ostentação.

Embora o progresso do café se refletisse em melhorias das condições de vida, não tiveram a vaidade tão exacerbada.

"Se no Oeste Paulista encontravam-se alguns nobres disseminados cá e lá, os barões de Itu, Piracicaba, o Visconde de Souza Queiroz, o Marquês de Três Rios, não só a quantidade era pequena em relação aos fluminenses, como raramente ocupavam altos postos do Império. . . A gente do Oeste eram uns matutos, comparados aos condes e barões refinados da corte, e se lhes aplicavam os mesmos estereótipos através dos quais os cidadãos viam os roceiros: ignorância, rudeza, rispidez, simplicidade." ¹⁸

Simple e talvez um pouco rudes poderiam ser os agricultores paulistas, porém nada tinham de ignorantes: de espírito esclarecido, sabiam responder aos desafios e não temiam inovações.

Suas fazendas amplas e confortáveis ¹⁹ não refletiam luxo excessivo; no entanto, além das senzalas, junto à casa do senhor, quase sempre tinham colônias, formadas por residências de trabalhadores livres, o que era raro na região fluminense.

A menor preocupação com a ostentação possibilitou o emprego dos excedentes na própria produção. Uma ambição social menor não significava, contudo, despreocupação política; ao contrário dos fazendeiros do Vale, desejavam uma participação que lhes permitisse defender seus interesses econômicos.

O espírito dinâmico e empreendedor dos fazendeiros paulistas era diretamente responsável pela insatisfação com as condições vigentes.

Ressentiam-se da falta de apoio que julgavam merecer por parte do governo. Não esperavam passivamente pela solução de seus problemas e não receavam tentar novas experiências: importação de mão-de-obra livre, construção de estradas de ferro, utilização de maquinário moderno.

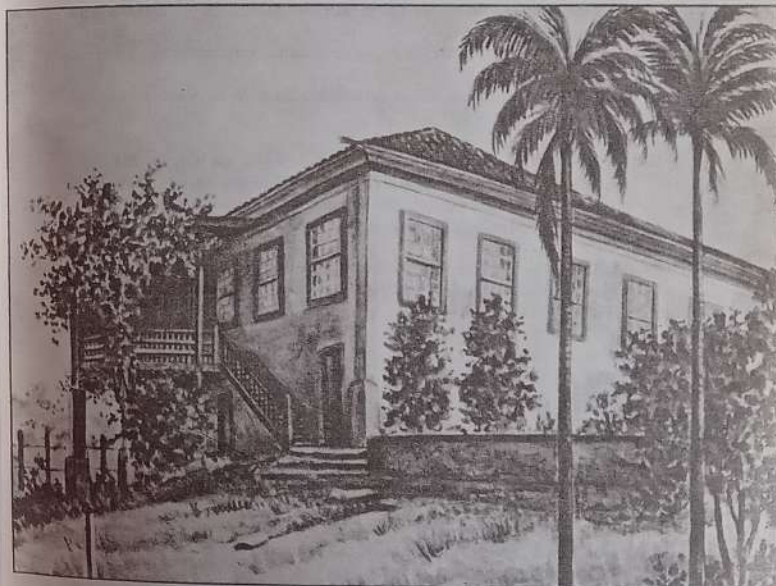


Fig. 4. Fazenda Santa Luzia.

FONTE: *Velhas Fazendas do município de Campinas*.
José Estevam Teixeira Mendes.

O resultado foi a rápida modernização da região característica preponderante da diferenciação entre o Oeste Paulista e o Vale do Paraíba.

Tiveram papel de destaque nesse processo núcleos urbanos regionais, tais como Campinas.

NOTAS

1. J. J. Von Tschudi: Ministro Plenipotenciário da Confederação Helvética visitou as fazendas de café do Vale do Paraíba e Oeste Paulista por volta de 1860 para estudar os problemas relativos à imigração suíça. Suas observações, reunidas no livro *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, são importante documento sobre o mundo que envolvia a economia cafeeira nas duas regiões.
2. Vide Fig. 1. Fonte: José Estevam Teixeira Mendes. *Lavoura cafeeira — Velhas fazendas do município de Campinas*. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1947.
3. Cf. Daniel Pedro Muller. *Ensaio de quadro estatístico da província de São Paulo*.
4. Cf. Stanley Stein. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*.
5. Idem, p. 71.
6. Idem, p. 73.
7. *O Município*, 13.12.1874, apud Stanley J. Stein, ob. cit., p. 258.
8. Vide fig. 2. Fonte: Sônia Aparecida de Siqueira (org.) *Taubaté: a cidade e o tempo*. Taubaté, Instituto de Estudos Brasileiros, 1980.
9. Alberto C. de Araújo Guimarães. *A corte no Brasil*. In: Taunay, A. E. *História do café*, v. 8/196.
10. Maria Isaura Pereira de Queiroz. "A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba entre 1850 e 1888". *Revista de História*. 1(4): 217, 1950.
11. Idem, ibidem, p. 217.
12. *Anais do Congresso Agrícola*. julho/1878, p. 163.
13. Maria Isaura Pereira de Queiroz, ob. cit., p. 217.
14. Paula Beiguelman. *Formação de um povo no complexo cafeeiro*. São Paulo, Pioneira, 1968, p. 37.
15. Vide fig. 3. As casas das máquinas abrigavam o conjunto do maquinário empregado na fazenda. Fonte: José Estevam Teixeira Mendes, ob. cit.
16. Campos Sales. "A colonização". *Almanaque de Campinas para 1875*, p. 78.
17. Idem, p. 78.
18. Maria Isaura Pereira de Queiroz. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, p. 100.
19. Vide fig. 4: Fazenda do Oeste Paulista. Fonte: José Estevam Teixeira Mendes, ob. cit.

Campinas, centro progressista regional

A economia cafeeira no Oeste Paulista contribuiu para o desenvolvimento de inúmeros núcleos urbanos que funcionavam como centros de atração regional.

Desenvolvendo-se inicialmente em núcleos já existentes, forneciam material agrícola e propiciavam contatos pessoais entre os fazendeiros. À medida que a cultura caminhava, novos centros iam se formando, acompanhando e, em alguns casos, até precedendo a expansão cafeeira.

Ao contrário das chamadas "cidades mortas" do Vale do Paraíba, esses núcleos adquiriram um impulso tal que na maioria mantiveram seu dinamismo, mesmo após modificar-se sua função inicial.

Um dos elementos responsáveis por essa situação foram os imigrantes, que atraídos pela riqueza do café acabavam voltando-se para atividades urbanas como o comércio e depois a indústria.

Essa diversificação de funções fortaleceu o desenvolvimento da vida urbana e acelerou o processo de modernização. Impulsionadas pela riqueza do café as cidades cresciam rapidamente, acompanhadas por um desenvolvimento cultural acentuado. Tornavam-se ao mesmo tempo catalizadoras de idéias e propulsoras do progresso.

Uma das cidades que primeiro assumiu esse papel de centro progressista regional foi Campinas.

O desenvolvimento econômico e a modernização da cidade

Considerada nos últimos anos do Império a "capital da lavoura", o prestígio de Campinas estendeu-se por toda a região oeste, preservando sua importância mesmo após o café se expandir para além de seus limites.

A localização beneficiou-a nos primeiros tempos. Situada num local conhecido na época como Campinhos, entre terras férteis a

oeste e a capital a leste, tornou-se importante ponto de confluência para os viajantes que se dirigiam às minas de Guaianases.

O primeiro a instalar-se nas proximidades foi o taubateano Barreto Leme, com sua numerosa família. Várias pessoas seguiram seu exemplo, fixando-se em torno da floresta chamada Mato Grosso, ao longo do caminho de Goiás.

A fertilidade excepcional das terras do bairro de Mato Grosso das Campinas tornou-se logo conhecida, espalhando-se rapidamente a fama de sua produtividade.

A localização geográfica e a fertilidade do solo exerceram atração sobre os moradores de outras regiões, e a população cresceu rapidamente. A distância do centro mais próximo (Jundiá) exigia a criação de uma freguesia para maior assistência religiosa.

A união de seus moradores e a doação de um terreno por Barreto Leme permitiram que a 14 de julho de 1774 fosse rezada missa na recém-construída Igreja-Matriz, inaugurando-se assim a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas.

O período que se seguiu, até 1797, quando elevada à vila (vila de São Carlos), foi de expansão, com grande afluxo de população.

A boa adaptação da cana-de-açúcar às terras férteis da cidade e imediações trouxe melhorias econômicas para a região que se refletiram diretamente nas condições urbanas.

O viajante, Saint-Hilaire, que por lá passou em 1819, previa-lhe sucesso próximo.¹

Em 1842, o progresso da vila era reconhecido pelas autoridades através da lei provincial de 5 de fevereiro que lhe outorgava o "predicamento de cidade, readquirindo sua pitoresca denominação: Campinas".²

Apesar da cana-de-açúcar, a riqueza não fora ainda alcançada. A dificuldade de ligação com o litoral, através de precárias vias de acesso, além da concorrência de outras plantações mais próximas ao litoral, tornavam a produção de açúcar pouco compensadora. Apenas um produto lucrativo possibilitaria a realização dos melhoramentos necessários para integrar a região num mercado externo. Isso foi conseguido com o café.

A produção de café deu novo impulso a Campinas, mais uma vez viajantes testemunharam os indícios de progresso.

Emílio Augusto de Zaluar visitou a cidade por volta de 1860 e mostrou-se impressionado, deixando a descrição de uma cidade com atividades diversificadas.

"Há na cidade sessenta e quatro lojas de fazendas e ferragens, vinte armazéns de gêneros de fora e cento e dez tavernas... Além dessas há três fábricas de licores, duas de cerveja, uma de vela de cera, uma de chapéus, três hotéis, duas casas de bilhares, diversas lojas de alfaiates, sapateiros, latoeiros, caldeiros, torneiros, marceneiros, sileiros, armadores, quatro padarias, uma fábrica de charutos, três relojoeiros, três ourives, três retratistas, um daguerreotipo e um a óleo, três pintores hábeis e uma tipografia".³

Esses dados já permitiam caracterizar Campinas como um centro urbano onde as regiões vizinhas poderiam abastecer-se.

O desenvolvimento econômico foi acompanhado de grande impulso cultural, observado também por Zaluar:

"Existem aqui duas escolas públicas de primeiras letras, uma secundária e cinco particulares de instrução secundária, sendo uma de cada sexo; representando o número total dos alunos de todas essas aulas, do sexo masculino duzentos e quarenta e do feminino cento e vinte educandas. Além dessas casas de ensino a maior parte dos fazendeiros paga mestres para educar seus filhos, e um bom número de jovens campineiros freqüenta atualmente em São Paulo as aulas da Faculdade de Direito; em Campinas há dezesseis bacharéis formados em Direito e apenas seis não filhos do lugar. É tal a vontade que esse povo tem de instruir-se que já se acham fundadas na cidade duas associações científicas, uma com o título Recreio Literário de Leitura Campineiro e outra de Gabinete de Leitura."⁴

Nos dez anos seguintes à visita de Zaluar, Campinas continuou sua marcha de crescimento, impulsionada pela força do café.

Em 1870, quando a região já firmava sua importância na economia nacional, assim a descrevia Francisco Quirino dos Santos:

"Campinas tem prédios suntuosos, muitos arranjados com gosto e farto luxo. Edifício saliente é o nosso teatro de São Carlos, cuja elegantíssima fachada poderia figurar em qualquer das capitais brasileiras, e mesmo na Corte."⁵

Apesar de a produção de café já ser predominante na região, o açúcar e o algodão ainda se faziam presentes.

Descontadas as importações necessárias, a cidade contava com um saldo positivo de 4.000.000\$000 a ser empregado nos benefícios urbanos.

O crescimento urbano refletia a ascensão econômica da região e o espírito aberto e receptivo a inovações da gente do Oeste.

O sistema de transportes foi melhorado através da construção de estradas de ferro; novas escolas foram fundadas; as ruas receberam iluminação a gás; jornais foram criados, teatros construídos. O comércio e a indústria foram estimulados.

Em Campinas os agricultores reuniam-se para discutir problemas e buscar soluções; era natural, portanto, o aparecimento de veículos de divulgação e defesa dos interesses locais.

Veículos de manifestação dos agricultores paulistas

O espírito empreendedor e independente dos agricultores paulistas não deve ser erroneamente interpretado como manifestação de rebeldia aos poderes públicos. Antes de transformarem suas pretesões em iniciativas particulares, procuravam divulgar essas necessidades, na esperança de receberem alguma resposta do governo.

O meio mais direto de fazer chegar suas reivindicações ao centro das decisões nacionais seria através da eleição de representantes para a Câmara dos Deputados. A rapidez com que a cultura cafeeira se expandiu, porém, não deu tempo para a formação de novo quadro político, identificado com os interesses da nova força econômica paulista. Mesmo às vésperas da Proclamação da República, em 1889, a representação paulista era ainda bastante insatisfatória.⁶

Os fazendeiros paulistas, contudo, não eram omissos em manifestar suas pretensões. A *Gazeta de Campinas* é exemplo disso, e não o único. Incentivados pelo jornal, que bem traduz suas necessidades, criaram também uma associação de classe, o "Clube da Lavoura de Campinas".

A imprensa e a associação de classe foram, portanto, os principais veículos encontrados pelos agricultores paulistas para tornar públicas suas reivindicações.

A "Gazeta de Campinas"

O entusiasmo de Francisco Quirino dos Santos e o apoio financeiro de seu sogro, o Capitão Joaquim Roberto de Azevedo Marques, e do irmão, Bacharel João Quirino dos Santos, permitiram a fundação de um jornal, *Gazeta de Campinas*, que começou a circular em 31 de outubro de 1869.

Francisco Quirino dos Santos já tinha alguma experiência em jornalismo, adquirida na capital da província na redação do jornal *Correio Paulistano*. Francisco Glicério e Campos Sales haviam passado

por rápida e conturbada experiência no não menos conturbado *O Conservador*, logo fechado em Campinas.

Além da *Gazeta de Campinas*, a cidade possuía outros jornais, como *O Constituinte*, bi-semanário fundado em 1874, que se manteve por dois anos; *A Mocidade*, fundado também em 1874, que se transformou, em 1875 em *A Atualidade* e no mesmo ano passou a *Diário de Campinas*, primeiro jornal diário da cidade.⁷

A concorrência despertada por um jornal diário obrigou a *Gazeta de Campinas* a se reorganizar, com edições também diárias, que começaram em 1876. Por essa ocasião ganhou novo redator-chefe, Carlos Ferreira, que lhe deu nova feição.

A partir daí, apoiado pelo 1.º Diretório do Partido Republicano de Campinas, o jornal concentrou suas forças no ataque ao Império, procurando acentuar as vantagens que a República traria para o país. Os temas da agricultura não foram abandonados, porém deixaram de ser apresentados como denúncias das necessidades locais e adquiriram a função de argumentos para críticas políticas. A falta de soluções era apresentada como prova de incapacidade do governo para resolver os problemas nacionais.

Sem perder o prestígio que a acompanhou durante a publicação, a *Gazeta de Campinas* desapareceu em maio de 1889, pouco antes de ver concretizado seu ideal republicano.

Suas páginas, porém, constituem-se em documentos de grande valor, imprescindíveis para o estudo dos anseios e frustrações dos agricultores paulistas durante o processo de republicanização.

O outro veículo importante para esse estudo é o "Clube da Lavoura".

O Clube da Lavoura de Campinas

Desde o início da publicação, a *Gazeta de Campinas* empenhou-se em criar em seus leitores a consciência da importância de uma associação de classe para defesa dos interesses da agricultura da região. A idéia teve fácil aceitação, sendo compartilhada e defendida por vários fazendeiros.

Os redatores do jornal referiam-se freqüentemente ao assunto. Em março de 1876, pouco antes de sua criação, Francisco Glicério ainda enfatizava a necessidade de um órgão representativo a quem os poderes públicos pudessem consultar, antes de qualquer decisão relativa à agricultura. Francisco Glicério não pensava na criação de

um único Clube da Lavoura, como órgão central dos agricultores, mas procurava mostrar a importância da criação de vários núcleos locais atuando na formação da opinião pública e influenciando na escolha dos representantes políticos.

Seu ponto de vista é publicado pela própria *Gazeta de Campinas*:

"Uma instituição com tal intento começará por criar opinião entre todos os cidadãos que têm voto político de modo a negar pão e água àquele candidato à representação nacional que não der de si suficientes garantias, e com dedicação e lealdade não trabalhar a bem da lavoura. Este exemplo é de si muitíssimo contagioso, e em breve veremos outros municípios da província seguirem-no."⁸

A entidade fundada em 10 de abril de 1876, contudo, parecia não dar prioridade a se constituir num órgão de pressão aos representantes da Câmara dos Deputados, nem à função de elemento consultivo do governo.

Conforme publicação da *Gazeta de Campinas*, de 11 de abril de 1876, estes os principais objetivos da entidade:

"Fins primários:

- "Braços, instrução agrícola, biblioteca, jornais etc.
- "Reforma na lei de 10 de julho.
- "Reforma na lei de locação de serviços.
- "Classificação de gêneros agrícolas por uma comissão do Clube para corrigirem-se as más classificações até aqui feitas.

"Fins secundários:

- "Adoção de instrumentos agrícolas e máquinas aperfeiçoadas.
- "Isenção de direitos em favor dos mesmos.
- "Redução da taxa sobre exportação dos gêneros agrícolas.
- "Meios de fiscalização eficaz contra os atravessadores noturnos e negociadores de gêneros agrícolas com escravos.
- "Abstenção de política, jogos ou outros quaisquer divertimentos inofensivos.

— "Bancos agrícolas territoriais.

— "Contrato telegráfico.

— "Representação aos governos estrangeiros sobre isenção de impostos com relação aos nossos gêneros agrícolas".

Estes objetivos são bastante significativos e fornecem dados interessantes. Vê-se que a preocupação central da entidade dizia respeito a problemas não só diretamente ligados à produção, mão-de-obra, melhoria técnica, como à comercialização; defesa da qualidade do produto, redução de taxas. Referia-se ainda aos recursos, pugnando

pela obtenção de créditos. A abstenção política era declarada, ao lado de "outros quaisquer divertimentos inofensivos", o que é bastante curioso, pois coloca o clube na condição de instrumento de defesa dos interesses específicos dos agricultores, sem o propósito de se constituir em instrumento de pressão e sem posicionamento político declarado.

Apesar da diferença entre as propostas do jornal em relação à entidade e as finalidades apresentadas por ocasião de sua criação, o relacionamento entre a *Gazeta de Campinas* e o Clube da Lavoura se manteve harmonioso; vários colaboradores do jornal, como Campos Sales e Francisco Glicério pertenciam inclusive ao seu quadro de sócios. A associação contava com a colaboração constante do jornal, fosse para convocar reuniões, divulgar decisões, publicar manifestações de sócios ou até mesmo protestos contra atitudes da entidade.

Em 1877, quando o Clube nomeou uma comissão para receber o Conde d'Eu, em visita a Campinas, alguns sócios não concordaram com tal deliberação. Foi através das páginas do jornal que "um sócio" manifestou seu ponto de vista: "Ainda se fosse o Ministro da Agricultura, poder-se-ia apresentar-lhe um quadro vivo dos males que atualmente afligem a lavoura e pedir-lhe, como cumprimento de um imperioso dever, que houvesse de prestar mais assiduamente atenção às queixas de uma classe que até hoje nada tem merecido dos altos poderes do Estado, e que, no entanto, é a que mais tem contribuído para o tesouro nacional".⁹

Embora a entidade se declarasse disposta à "abstenção política", vê-se que seus membros não se mostravam insensíveis às atitudes do governo.

Essas palavras resumem bem o espírito que predominava entre os fazendeiros do Oeste Paulista, ou seja, a preocupação em despertar a atenção dos poderes públicos para a urgência e importância de suas necessidades.

A organização de associações agrícolas difundiu-se rapidamente por vários municípios. Em 1879 São Carlos do Pinhal enviou representação ao Clube da Lavoura de Campinas ponderando sobre a necessidade deste constituir-se em Clube Central da Lavoura da Província, concentrando as várias associações semelhantes.

A proliferação de Clubes da Lavoura deveu-se principalmente ao trabalho bem-sucedido do Clube da Lavoura de Campinas: suas pretensões identificavam-se às aspirações da maioria dos fazendeiros da

região, suas realizações refletiam o espírito dinâmico desse grupo, suas frustrações eram resultantes da pouca receptividade junto ao governo.

A *Gazeta de Campinas* e o Clube da Lavoura, em função dos interesses agrícolas da região transformaram-se nos principais veículos que os fazendeiros do Oeste Paulista utilizaram para fazer ouvir suas reivindicações. Quais seriam, porém, tais reivindicações?

Principais problemas da agricultura paulista

Em que pese o ativo papel desempenhado pelo Clube da Lavoura, são as páginas da *Gazeta de Campinas* que nos revelam os principais problemas que afligiam os fazendeiros da região.

Os assuntos que, direta ou indiretamente, afetavam a economia cafeeira eram comentados pelo Jornal, geralmente através de seus editoriais. Seus temas: exportação de café e colocação nos mercados estrangeiros; necessidade de novos mercados e concorrência de outros países: melhoria da qualidade do produto; taxas e impostos.

As questões relativas às técnicas de cultura, aproveitamento do solo, preparação de pessoal qualificado eram também abordadas pelo jornal como necessidades urgentes da agricultura. Até mesmo a criação de escolas agrícolas, onde se desenvolveriam estudos teóricos e práticos de agricultura, era tida como uma das soluções mais convenientes para o aperfeiçoamento técnico da lavoura.

As dificuldades enfrentadas pela lavoura cafeeira, de modo geral, eram assunto constante para os colaboradores do jornal. Em 1874 foi publicada a conclusão de uma análise cuidadosa sobre os principais obstáculos ao desenvolvimento mais amplo da agricultura. Foram apontados cinco motivos principais: falta de vias de comunicação, apesar da rede ferroviária já ter dado os primeiros passos; falta de braços, apesar de iniciativas particulares já terem promovido a vinda de imigrantes; falta de crédito para obter dinheiro barato e empreender os melhoramentos essenciais; falta de pessoal idôneo para a administração e trabalho agrícola; falta de novas técnicas de produção, para superar a rotina de cultura e vencer o cansaço da terra.

Essas dificuldades sintetizavam os principais problemas dos agricultores paulistas, e cada assunto, em si, tendo sido muito debatido pelo jornal, revela a mentalidade progressista e irrequieta desses fazendeiros, tão diversa dos do Vale do Paraíba.

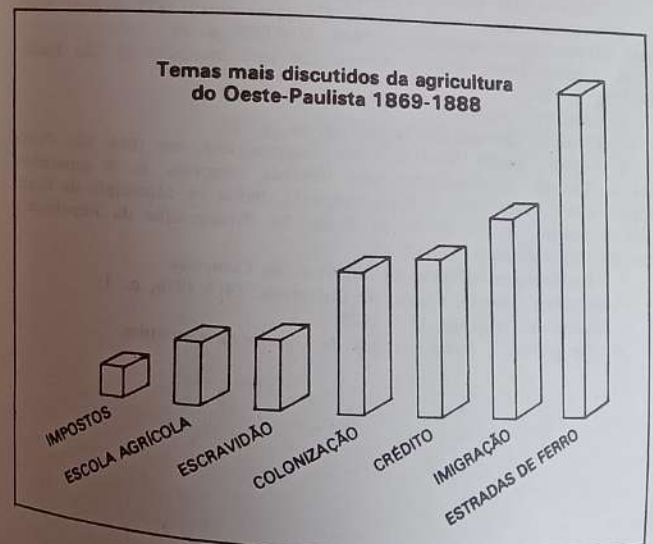
A construção de ferrovias recebeu ampla cobertura do jornal, fosse para convocar os fazendeiros a associarem-se, formando as com-

panhias encarregadas de construir ramais e prolongamentos, fosse para noticiar a inauguração de novos trechos ou discutir os rumos que os trilhos deveriam seguir.

A questão de mão-de-obra mobilizou não só os jornalistas como os próprios fazendeiros, que participavam diretamente através de artigos, cartas ou relatos de suas experiências particulares. Polêmicas sobre o sistema mais adequado para superar as dificuldades ocasionadas pela falta de escravos suficientes eram promovidas pelo jornal, recebendo franca acolhida dos leitores. A constância com que eram tratados os assuntos como colonização, imigração subvencionada, vinda de chins, e a grande participação dos leitores demonstrava o interesse por essas questões.

Contudo, um dos entraves mais fortes para o progresso da lavoura cafeeira paulista constituía-se na dificuldade de obtenção de crédito, pois deste dependiam recursos para solucionar vários problemas, desde deficiências técnicas até o sistema de comercialização. Para criação de condições satisfatórias era preciso uma legislação especial, que instituisse os Bancos Agrícolas, já que as condições oferecidas pelo

Gráfico 1



Banco do Brasil não satisfaziam, como veremos posteriormente. Desde já convém notar que a *Gazeta de Campinas* muito se empenhou em esclarecer quais as condições creditícias eram as mais convenientes para a região.

Partindo do variado quadro de denúncias sobre as carências da agricultura paulista apresentado através das páginas da *Gazeta de Campinas*, selecionamos três temas sobre os quais incidem o maior número de referências nos artigos do jornal: transportes, mão-de-obra e crédito.¹⁰

Esses assuntos encerram uma relação à qual se ligava a própria sobrevivência da economia cafeeira, analisada sob o ponto de vista das condições internas: transporte para a comercialização; mão-de-obra para a produção; crédito para empreender modernizações e fazer frente a eventualidades.

Através dessas três necessidades básicas, pretendemos detectar como a falta de respostas, por parte do império, contribuiu para o desenvolvimento decisivo do republicanismo naquela região paulista.

NOTAS

1. Auguste Saint-Hilaire. *Viagem à província de São Paulo*.
2. Francisco Quirino dos Santos. "Campinas atual: 1872 (notícia histórica)". *Revista Oficial da Exposição-Feira, 1739-1939*, p. 25.
3. Augusto Emílio Zaluar. *Peregrinação pela província de São Paulo: 1860-1861*, p. 137.
4. Idem, pp. 140-141.
5. Francisco Quirino dos Santos, ob. cit., p. 29.
6. A prof.^a Emília Viotti da Costa observou que, em 1889, São Paulo tinha na Câmara dos Deputados uma bancada composta de 9 deputados, enquanto que o Ceará tinha 8, Pernambuco 13, Bahia 14, Município da Corte e Rio de Janeiro, 20. Cf. E. V. da Costa. "A Proclamação da República". *Anais do Museu Paulista*, t. XIX/191.
7. Júlio Mariano. *História da imprensa de Campinas*.
8. Francisco Glicério. *Gazeta de Campinas*. 19.3.1876, p. 1.
9. *Gazeta de Campinas*. 15.7.1877, p. 1.
10. Ver gráfico 1. Fonte: Artigos da *Gazeta de Campinas*.

A ligação entre o planalto e o litoral representava para os paulistas mais que a simples transposição de uma serra. Era, sobretudo, a quebra de uma barreira que vinha impondo restrições ao desenvolvimento econômico da região desde os primórdios da vida de São Paulo.

Tal situação geográfica, que obrigava o homem a vencer uma serra escarpada para atingir o mar, privou o povoado da possibilidade de se integrar a uma economia voltada à exportação. Com isso, não gozou dos benefícios e da prosperidade dos núcleos litorâneos.

Várias tentativas foram feitas para superar essa limitação, porém o acesso ao litoral representava desafio aparentemente invencível. Não eram poucos os obstáculos a serem vencidos.

Dificuldades de comunicação com o litoral

Os primeiros caminhos que serviam de ligação entre São Paulo e Santos não passavam de trilhas estreitas e perigosas, abertas na mata cerrada e difíceis de serem mantidas.¹

A introdução da cana-de-açúcar exigiu melhoramentos nos meios de comunicação, a fim de possibilitar a chegada do produto ao porto de embarque.

Várias tentativas de manter o caminho em condições mínimas de trânsito foram feitas, sem sucesso.

Embora o Morgado Mateus tivesse se interessado pelo caminho para o mar, a primeira realização de resultado mais efetivo coube a Bernardo José de Lorena, que numa obra notável realizou o calçamento da descida da serra (1791).

A calçada do Lorena, como ficou conhecida, foi um grande passo na ligação entre o planalto e o litoral, estimulando a exportação açucareira. No entanto, dificuldades para fazer chegar o produto ao

porto ainda eram inúmeras, a demora era grande e os prejuízos constantes.

Apesar dos melhoramentos que permitiram substituir o transporte às costas dos escravos pelas tropas de burros, não era fácil chegar ao porto com os pesados carregamentos a salvo; muitas vezes os animais escorregavam nos despenhadeiros, levando consigo a bagagem. Mesmo com a calçada do Lorena, que oferecia segurança maior, eram necessárias várias paradas para descanso, nos pousos ao longo das estradas. As condições eram precárias; tudo ia bem, segundo Kidder, até que não viesse a chuva, que punha a perder tardos e fardos de mercadorias.²

Apesar de a calçada de Lorena ter representado um grande benefício para a comercialização do açúcar, o transporte era caro e demorado; as tropas levavam em torno de doze dias para fazer a viagem. Além disso, as dificuldades ainda eram grandes.

“Dois obstáculos ainda perduram e, por muitos anos, desafiarão os governos que periodicamente vão se sucedendo na administração de São Paulo... O primeiro diz respeito ao trecho Cubatão-Santos, que era feito por canoas, sistema moroso e altamente prejudicial a um gênero como o açúcar... O segundo... implicaria na transformação do velho caminho em estrada carroçável, o que só foi conseguido com a construção da Estrada da Maioridade...”³

A Estrada da Maioridade, porém, teve construção bastante difícil. Segundo a Prof.^a Maria Tereza Petrone, a cana-de-açúcar não chegaria a se beneficiar da via carroçável, pois só se tornaria utilizável na fase já em decadência do açúcar.

O café, que deveria aproveitar essa via, não o fez por muito tempo. Embora já encontrasse “um sistema viário satisfatório dentro das condições da época”,⁴ a rápida expansão da produção, bem como a necessidade de dinamizar a exportação com alta lucratividade obtida na comercialização levaram à substituição do transporte rodoviário pelo ferroviário.

A introdução das estradas de ferro

Apesar do alto custo que implicava a construção de estradas de ferro, a rapidez do novo e eficiente sistema entusiasmou os fazendeiros, responsáveis diretos pela maior parte da rede ferroviária paulista.

Embora o desenvolvimento da rede ferroviária esteja diretamente ligada ao café, o pioneirismo de sua implantação não coube



COMPANHIA PAULISTA

A directoria provisoria da Companhia Paulista, tendo deliberado, em sua reunião de tres do corrente, fazer uma primeira chamada de capitães na razão de cinco por cento do valor de cada acção, assim o communica aos srs. accionistas a fim de que até o ultimo dia do proximo mez de Fevereiro verifiquem a entrada da quota proporcional ao numero de açoes que tomaram.

A dita entrada deverá ser feita em qualquer das casas bancarias de Mauá & C., sitas nas cidades de Campinas, S. Paulo e Santos, como melhor convier aos srs. accionistas, servindo a carta circular, que a directoria está expedindo, e recibo, que obterão quando exhibirem a sua entrada, de titulo da mesma, que passa a vencer o juro de 8 por cento.

Outro sim convida a todos os srs. accionistas para comparecerem no dia sete do proximo mez de Março ás dez horas da manhã na casa n. 27 da rua do Ourvidor desta cidade, para em assembléa geral de accionistas eleger-se a directoria definitiva da companhia.

Na fórma da modificação feita pelo governo ao art. 29 dos estatutos da companhia, não serão admittidos votos por procuração na eleição dos directores.

Escrptorio da Companhia Paulista em S. Paulo 15 de Janeiro de 1869.

A Directoria provisoria
Francisco Antonio de Souza Queiros.
Barão de Itapetininga.
Martinho da Silva Prado.
Bernardo Ayelino Gavião Peixoto.
Clemente Falcão de Souza Filho.

20-2

Fig. 5. Edital de chamada para a realização da primeira parcela do capital e de convocação para a assembléia de acionistas, que elegeu a primeira Diretoria definitiva da Companhia Paulista. Foi publicado em vários números do Correio Paulistano, durante o tempo que medeou entre a data de sua elaboração e a da reunião.

FONTE: Cêlio Debes, “A caminho do oeste”. História da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. 1872.

ao Oeste Paulista. Os fazendeiros do Vale do Paraíba, liderados pelos poderosos Teixeira Leite, empenharam-se na construção de uma estrada que, partindo do Rio de Janeiro, transpusesse a serra, bifurcando-se para Minas e São Paulo.

Um dos principais obstáculos que enfrentaram foi a incredulidade de políticos da época: o alto preço do empreendimento e as dificuldades técnicas para transpor a serra pareciam um risco muito grande que não valia a pena correr.

A persistência do "movimento de Vassouras" e o prestígio dos Teixeira Leite foram mais fortes e a estrada foi iniciada em 1855. Engenheiros foram contratados, capitais arrolados, mas a obra teve de ser interrompida por falta de recursos e apoio. Quando foi encampada pelo governo e inaugurada em 1858, com o nome de D. Pedro II (depois Central do Brasil) ironicamente não passou por Vassouras. O governo achara mais conveniente alterar o traçado original, desviando a estrada pelo Vale de Sant'Ana até Barra do Pirai.

Tschudi assim se referiu à estrada D. Pedro II:

"Os vagões são do tipo norte-americano, elegantes e confortáveis. O assento e encosto são estofados com uma fina rede de palha, como convém nos países quentes. Os trens desenvolvem velocidade média. Segundo as estatísticas que vi, os acidentes nesta estrada não são superiores aos das estradas européias. A maioria é causada por culpa da própria vítima, por falta de atenção e cuidado. Os brasileiros, pouco inclinados a obedecer às leis e ordens, tão pouco respeitam as disposições da estrada de ferro, descuidando-se das precauções necessárias e pagando, muitas vezes, seu desleixo com a própria vida."⁵

Mais importantes, contudo, são as considerações sobre a rentabilidade da estrada:

"Desde que se inaugurou a primeira seção (março de 1858), a renda aumentou em proporções vantajosas. No ano de 1862 a estrada acusou a renda de 1.079 contos e 751 mil-réis e a despesa de 818 contos e 575 mil-réis, sendo que o número de passageiros aumentou numa média de 4.000 pessoas por ano. Em 1862 a estrada transportava 300.000 indivíduos."⁶

Tais dados sugerem que, quando os agricultores paulistas se propuseram a realizar empreendimento semelhante, sabiam que não havia o que recear; apesar do alto custo não havia perigo de prejuízos, principalmente tratando-se de uma região economicamente em expansão.

As estradas de ferro em São Paulo

A conveniência da construção de uma estrada de ferro ligando São Paulo a Santos foi destacada desde muito cedo, e em 1855 o então presidente da província José Antonio Saraiva voltava decisivamente ao assunto. A situação econômica de São Paulo já comportava tal obra que, segundo Saraiva, iria beneficiar os municípios de Jundiaí, Campinas, Limeira, produtores de perto de um milhão de arrobas de café e açúcar, sem mencionar os novos cafezais que ainda não estavam em produção.

A prosperidade da região era forte argumento a favor da estrada. Tornava-se, portanto, risco bastante atraente, até mesmo para os experimentados investidores ingleses. Assim, em 1856 o governo outorgou a concessão para a construção da ferrovia que deveria ligar Santos a São Paulo e se dirigir a Jundiaí. Foi organizada em Londres a companhia que tinha a sorte de receber "a chave da viação geral de uma rica região, do caminho de ferro que deveria ser a grande artéria dessa extensa rede ferroviária que em poucos anos se devia desdobrar sobre o fecundo solo paulista".⁷

Vários incentivos foram concedidos: privilégio de zona, abrangendo cinco léguas para cada lado da estrada; isenção de direitos de importação para os materiais empregados na obra; direitos de desapropriação dos terrenos necessários à construção; exploração de minas que porventura encontrasse nas zonas de privilégio; aquisição de terras devolutas nos termos mais favoráveis permitidos pela lei; garantia de juros de 7% (5% pagáveis pelo império e 2% pela província) sobre o capital gasto na realização da estrada até dois milhões de esterlinos.

A 24 de novembro de 1860 teve início a construção; em 1866, vencida a serra, atingia São Paulo, e no ano seguinte chegava a Jundiaí, não sem percalços e dificuldades que levaram à falência o participante brasileiro da empreitada, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Em ruidoso processo, esse brilhante empresário brasileiro tentou em vão ressarcir-se de prejuízos financeiros sofridos injustamente. Os ingleses, porém, foram favorecidos por cláusula contratual que estabelecia Londres como foro para acerto da demanda. A estrada, contudo, demonstrou depois ser um grande investimento. Até 1930, a São Paulo Railway, ou a *Inglesa*, como era conhecida, garantiu o monopólio dos transportes ferroviários entre o litoral e o planalto, canalizando a exportação de importante zona produtora do país.

Quem lucrou com a construção da estrada de ferro foi o Porto de Santos. Até então a maioria da exportação paulista era feita pelos portos fluminenses que, embora mais distantes, não apresentavam tanta dificuldade de acesso.

A construção da Santos-Jundiaí veio dinamizar a exportação paulista e realizar um velho sonho: a viabilização da ligação entre o planalto e o litoral. A transposição da serra foi o ponto de partida de uma complexa rede de transporte que se espalhou pelo interior a dentro, a princípio como meio de levar o café ao porto, através dos inúmeros ramais "cata-café" a que se refere o Porf. Odilon N. de Matos, mas cuja importância ultrapassaria os limites econômicos.

A Companhia Paulista de Estrada de Ferro

Se o transporte do café através das escarpas da serra, sem os prejuízos usuais, a princípio já parecia compensador, em pouco tempo a expansão cafeeira já fazia novas exigências.

O alto lucro e as perspectivas otimistas que se apresentavam para a região, incentivavam investimentos na construção de mais

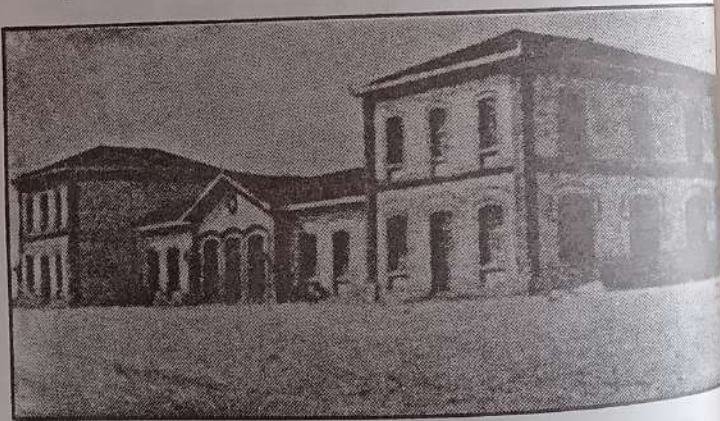


Fig. 6. 1.^a Estação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. 1872

FONTE: Campinas. 200: imagens da saudade, retratos do progresso.

ferrovias. Se o café foi responsável pela proliferação de estradas de ferro foi porque a expansão da cultura estava condicionada às possibilidades de transporte.

Tanto assim é que Richard Craham argumenta ao se referir à interdependência entre o café e as ferrovias:

"As linhas férreas tornaram possível o incremento da produção cafeeira. Devido às técnicas de produção então usuais, a sobrevivência do café, como produto de maior exportação do Brasil, teria sido ameaçada, não fossem as oportunidades de expansão geográfica da cultura. Antes da São Paulo Railway fora norma geral que, apesar da produtividade do solo, o café não poderia ser cultivado a oeste de Rio Claro porque o preço do frete consumiria os lucros."⁸

Era indispensável, portanto, para a expansão da cultura cafeeira a formação de uma rede ferroviária; o problema era quem iria construí-la.

A companhia inglesa, beneficiada por um privilégio de quase um século de monopólio na ligação planalto-litoral, não se interessou pelo prolongamento; qualquer estrada construída no interior teria que lhe pagar tributo, sem que para isso precisasse dispendir mais recursos.

O governo central também não contava com os meios necessários para financiar a construção de estradas de ferro, nem a província dispunha de capitais suficientes.

A única possibilidade era os fazendeiros fazerem o financiamento da obra, eles que dispunham dos lucros adquiridos com a venda do produto.

Saldanha Marinho, presidente da província, dava seu apoio e incentivava os fazendeiros a assumirem tal encargo:

"A quem, senão aos agricultores, capitalistas e negociantes da província, cabe essa iniciativa? E procederá contra essa idéia o capcioso argumento de se achar a lavoura onerada de grande dívida?... Se a lavoura está onerada só poderá salvar-se procurando aumentar o valor líquido de seus produtos, isto só o conseguirá obtendo mais fácil e mais barato transporte dos mesmos produtos para o mercado. E se, para consegui-lo, um sacrifício a mais é indispensável, deixar de fazê-lo é menosprezar os próprios e mais variados interesses."⁹

Fazendeiros, capitalistas e homens públicos parece que perceberam a gravidade da situação e uniram-se para a fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que se propunha construir o prolongamento da linha Jundiaí-Campinas.

A 23 de janeiro de 1868 realizou-se a primeira reunião de subscritores da companhia; dela fizeram parte, entre outros, o senador Francisco Antônio de Souza Queiroz, os barões de Atibaia, Rio Claro, Itatiba; os Viscondes de Vergueiro e Indaiatuba; Antônio Pompeu de Camargo, Bernardo Gavião Peixoto, Martinho da Silva Prado, Falcão Filho.

A importância do acontecimento ultrapassava os limites da formação de uma companhia empresarial; pela primeira vez uma obra de tão alto custo era financiada pelos próprios interessados, sem se recorrer a capitais estrangeiros, num exemplo de arrojo e autonomia.

Os paulistas demonstravam ter plena consciência da importância da realização e o planejamento de novos prolongamentos e ramos não tardou.

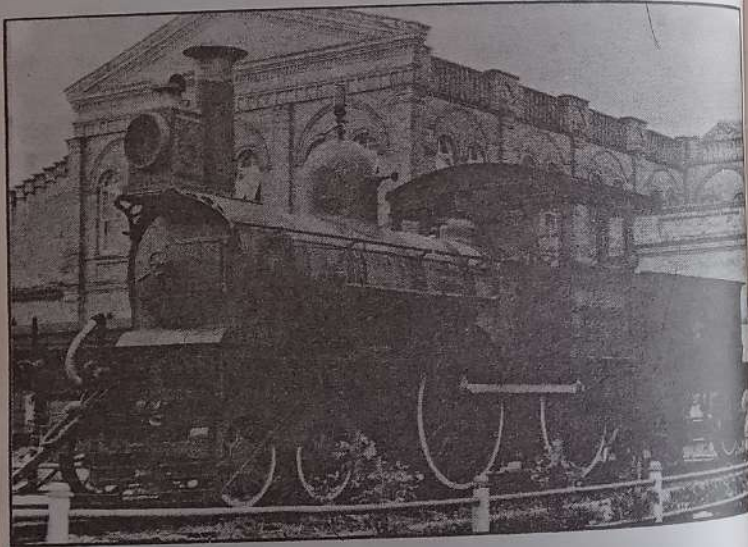


Fig. 7. Máquina usada na viagem inaugural da Companhia Paulista

FONTE: *Campinas. 200: imagens da saudade, retratos do progresso.*

Rangel Pestana louvou o empreendimento através das páginas da *Gazeta de Campinas*:

"O fato memorável entre nós da incorporação das Companhias Campineira e Ituana (1870) com capitais próprios, sem recurso às praças estrangeiras, nem mesmo às outras do país, prova que a província de São Paulo há de em breve pesar muito na balança política do Império. Para ocorrer às necessidades de sua lavoura, que promete riquezas invejáveis, os paulistas se convenceram de que careciam de boas estradas que facilitassem o transporte do produto do trabalho agrícola. Associaram seus capitais, formaram companhias e vão pôr mãos à obra..."¹⁰

Conseguida a aprovação do governo imperial e vencidas as formalidades legais, a construção foi iniciada. A estrada recebeu os mesmos favores que a São Paulo Railway: garantia de Juros e zona privilegiada.

A 11 de agosto de 1872 inaugurava-se com grande festa em Campinas, o significativo trecho da estrada.

Em outubro de 1872 seu movimento já era considerável, transportando no trecho de Jundiá a Campinas:

Café	1.476 toneladas
Algodão	224 "
Sal	1.493 "
Açúcar	146 "
Diversos	947 "
TOTAL	4.286 "11

Como se nota, o café era o principal beneficiado por esse transporte. Outros produtos, porém, tais como o sal, circulavam em grandes quantidades através da estrada de ferro, dinamizando a economia da região.

Não há dúvida de que o sucesso da ferrovia veio corresponder às expectativas. Antes mesmo do final de sua construção, já se cogitava em estender os benefícios a outras áreas onde muitos dos fazendeiros incorporadores tinham seus interesses.

A Rede Ferroviária Paulista e a "Gazeta de Campinas"

Desde 1869, quando foi fundada, a *Gazeta de Campinas* dedicou grande atenção à publicação de notícias relativas ao assunto que

do jornal que assinava "Um d'Oeste" escreveu uma série de artigos contra a concessão, por considerar a região já favorecida pela Companhia de Estrada de Ferro do Oeste, que já recebera concessão e seguiria em direção a Rio Claro.

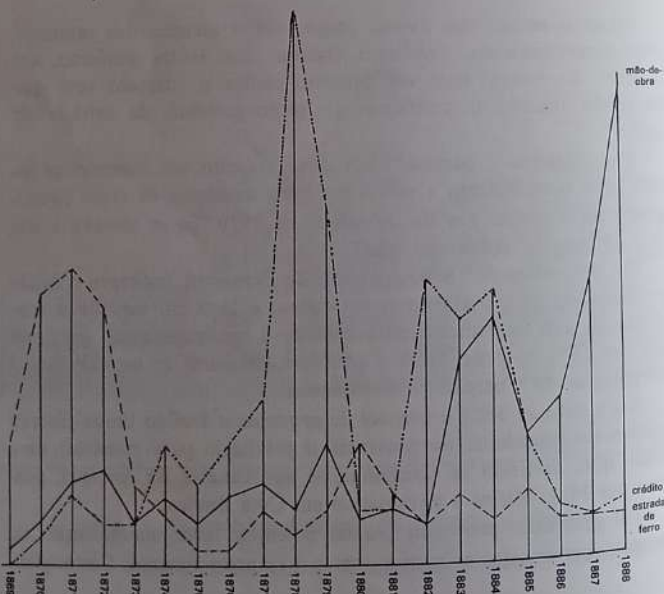
A discussão sobre o itinerário da estrada se estendeu, contando com a participação de outros leitores, como o que assinava "Epaminondas" e que acreditava que as críticas ao plano do Coronel Galvão fossem para impedir melhoramentos em direção a Minas Gerais.

Júlio d'Arouche, que também participou da polêmica questão, era favorável à estrada e publicou carta no mesmo jornal, afirmando que "as pessoas que residem na localidade que tudo têm a ganhar com a estrada do Coronel Galvão também se acham no direito de defender seus legítimos e incontestáveis interesses".¹⁶

O empenho com que defendia a presença da estrada bem mostra a importância econômica desempenhada pela ferrovia.

Gráfico 2

Principais assuntos dos agricultores paulistas de 1869 a 1888



Finalmente, em 30 de maio de 1872, a *Gazeta de Campinas* noticiava que por lei provincial de 21 de março de 1872 fora concedido privilégio e garantia de juros à companhia que tomasse a si a construção de uma estrada de bitola estreita de Campinas a Mogi-Mirim, com ramal em Amparo. A 4 de abril desse mesmo ano realizava-se a primeira reunião da Companhia Mogiana.

Assim, em 1872 já estavam delineadas as Companhias Ituana, Sorocabana e Mogiana. A rapidez com que se espalharam os ramais e prolongamentos, geralmente sem qualquer planificação, foi um reflexo da expansão cafeeira cada vez mais para oeste.

A formação de intrincada rede não impedia, porém, que em Jundiaí esta se afunilasse, na dependência da São Paulo Railway. O escoamento de toda a região aí desembocava e ficava sob sua dependência; qualquer paralisação poderia acarretar enormes prejuízos.

Em abril de 1871, "por questão com o governo" a estrada suspendeu o tráfico e "até os telegramas não passavam".¹⁷ O próprio material para a construção de outras estradas dependia desse transporte, sujeito à paralisação a qualquer hora, por qualquer motivo. O monopólio da *Inglesa* causava polêmica, dissabores e ameaçava o escoamento da produção de toda a região.

Outra estrada que vencesse as dificuldades da serra era um sonho acalentado pelos fazendeiros que, no entanto, só bem mais tarde (1929) se concretizaria.

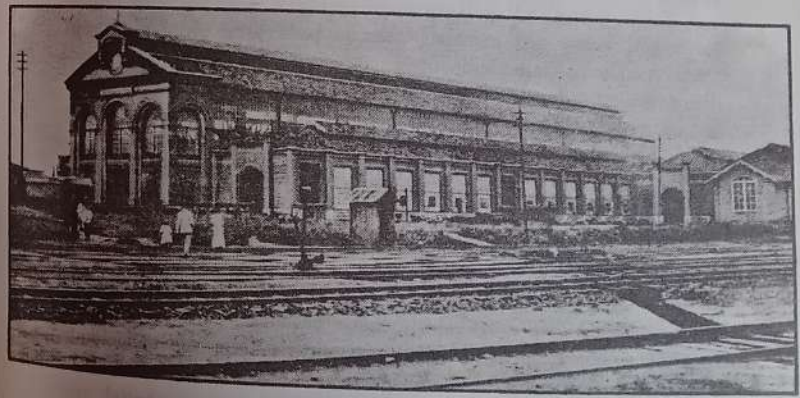


Fig. 9. Estação da Mogiana

FONTE: Campinas, 200: imagens da saudade, retratos do progresso.

Enquanto isso era preciso sujeitar-se ao monopólio da *Inglesa*, concedido pelo governo.

Os fazendeiros paulistas fizeram o que estava ao seu alcance para resolver o problema do transporte do café, e pode-se dizer que foram bem-sucedidos. Através da venda de ações reuniram recursos para a construção de prolongamentos e novos ramais, formando extensa rede ferroviária que adentrou pelo sertão, acompanhou e até se antecipou ao cultivo do café.

Pequena foi a participação do governo nesse empreendimento. Cabe ressaltar a inexpressiva presença de discussões sobre a construção de estradas de ferro para São Paulo na Câmara dos Deputados. Como o governo não participou diretamente, através de subvenções, o assunto quase não despertou debates entre os parlamentares. As poucas referências sobre estradas de ferro paulistas que se encontram nos *Anais do Parlamento* são concernentes à conveniência ou não de concessão do governo para prolongamentos ou construção de novos trechos, de lucros já assegurados.

Como os cofres públicos não dispndiam recursos para a realização dos projetos, os parlamentares pouco se detinham nas discussões.

Estradas de ferro de outras regiões do país, menos favorecidas economicamente, despertaram mais atenção; em São Paulo tudo se fez graças à iniciativa particular dos fazendeiros.

Tal "injustiça" não passava despercebida. Apesar dos altos impostos pagos, quase não recebiam atenção para seus problemas nem ajuda econômica para desenvolver sua economia. Além disso, sentiam-se prejudicados pela concessão governamental à Companhia Inglesa que monopolizava a parte do percurso mais importante e assim controlava o escoamento de toda produção.

A autoconfiança gerada pela capacidade de realizar tão grande empreendimento com recursos próprios somada ao descontentamento ocasionado pelas atitudes do governo acentuavam, nesses fazendeiros empreendedores, ideais de autonomia.

As estradas de ferro em São Paulo foram um exemplo da força da economia do café e do espírito empresarial de seus agricultores. Dificilmente outra região no país conseguiria igualar sua capacidade de mobilizar recursos e ter como garantia a certeza de, através do transporte de sua produção, recuperar rapidamente o capital empregado.

Mas nem todas as necessidades dos agricultores paulistas podiam ser resolvidas através de iniciativas próprias. Em alguns casos as soluções dependiam diretamente de medidas governamentais. O exemplo mais significativo era a necessidade de uma legislação específica para a concessão oficial de crédito para a agricultura. Embora os agricultores usassem de vários meios para fazer chegar ao governo suas expectativas, só lhes restava esperar e insistir para que fossem atendidos.

NOTAS

1. Conforme lembra a Prof.^a Tereza Petrone, o caminho primitivo era "essencialmente uma via para pedestres, de sorte que o transporte de mercadorias se fazia às costas dos indígenas". Cf. M. T. S. Petrone. *A lavoura canavieira em São Paulo*, p. 189.
2. Daniel P. Kidder, *Reminiscência de viagens e permanência no Brasil*. São Paulo, Ed. Martins, 1940, p. 178.
3. O. N. Matos. *Café e ferrovias*, p. 28.
4. Idem, p. 223.
5. J. J. Von Tschudi. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, p. 144.
6. Idem, *ibidem*.
7. Adolfo A. Pinto. *História da viação pública em São Paulo*, apud Odilon R. Matos, *ob. cit.*, p. 58.
8. Richard Graham. *A Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*, p. 78.
9. Saldanha Marinho. *Relatório do Presidente de Província para 1868*.
10. Rangel Pestana, *Gazeta de Campinas*. 10.2.1870, p. 1.
11. *Gazeta de Campinas*, 17.10.1872, p. 1.
12. Ver gráfico 2. Fonte: Artigos da *Gazeta de Campinas*.
13. Campos Sales. *Gazeta de Campinas*. 7.11.1869, p. 1.
14. Francisco Quirino dos Santos. *Gazeta de Campinas*. 5.11.1869, p. 1.
15. *Gazeta de Campinas*. 30.1.1870, p. 1.
16. Júlio d'Arouche. *Gazeta de Campinas*, 15.4.1871, p. 1.
17. *Gazeta de Campinas*. 16.4.1871, p. 1.

O crédito agrícola

Apesar da alta lucratividade da cultura cafeeira e do progresso apresentado pela região Oeste Paulista, os fazendeiros sofriam limitações econômicas em consequência da impossibilidade de suprir, com os próprios recursos, as inúmeras solicitações impostas pelo cultivo do café.

O produtor tinha que dispor de capital, tanto para a fase de produção quanto para a comercialização. Como se sabe, muitos dos problemas a serem superados fugiam ao seu controle direto: é o caso das variações climáticas (geadas), dos preços no mercado internacional, da concorrência de outros países produtores, da oscilação da safra.

Para enfrentar tais situações o fazendeiro precisava de recursos. Além disso, a agricultura cafeeira no Oeste Paulista exigia constantemente novos investimentos, fosse para expansão das plantações, aperfeiçoamento das técnicas de cultivo, aquisição de instrumentos agrícolas ou máquinas mais eficientes. Despesas com transporte, compra ou manutenção de escravos, importação de trabalhadores livres, também exigiam disponibilidade de capital.

Os meios de que os fazendeiros dispunham para ser distribuído entre todos esses compromissos tinha de ser cuidadosamente controlado.

A terra e a mão-de-obra concentravam os recursos básicos indispensáveis à produção.

A venda do produto, embora lucrativa, não permitia uma capitalização suficiente para fazer frente às despesas normais, às eventualidades de uma má colheita e à expansão da cultura pretendida pela maioria.

Tornava-se imprescindível, para desenvolver a agricultura, a obtenção de capital através de crédito. Os fazendeiros do Vale do Paraíba também sentiam essa necessidade, que era suprida, inicial-

mente, pelos próprios comissários que compravam o produto e faziam adiantamentos, ficando, porém, com o domínio sobre a produção.¹

Essa situação não satisfazia aos fazendeiros paulistas, que se empenharam em conseguir bancos que lhes oferecessem o capital necessário, sob condições convenientes.

Foi assim que a criação de bancos destinados a fornecer crédito especial para a agricultura constituiu-se numa das principais reivindicações dos agricultores paulistas, inconformados com as restrições impostas pelas más condições existentes.

As queixas ao Banco do Brasil

O estabelecimento que melhor poderia atender às solicitações da lavoura era o Banco do Brasil. Através dele o governo poderia dispor de meios para favorecê-la, num plano de prazos e juros especiais.

Muitas eram, porém, as queixas dos paulistas contra a atuação desse banco, algumas delas manifestadas através da *Gazeta de Campinas*.

"O Banco do Brasil, único estabelecimento destinado a favorecer a lavoura, não tem até hoje prestado serviço algum a esta província... Embora fosse elevado a 25:000.000\$000 o seu capital destinado a empréstimos hipotecários, é certo que 2/3 pelo menos dessa quantia já foram distribuídos em benefício da lavoura do Rio de Janeiro... E para não continuar essa injusta desigualdade, é preciso que se fundem estabelecimentos da mesma natureza não só na Corte, mas também em todos os centros agrícolas."²

A centralização do crédito na capital beneficiava aos que se encontravam mais próximos, no caso os agricultores do Rio de Janeiro. A solução proposta para corrigir essa desigualdade era a criação de bancos territoriais. Mas não era esse, contudo, o único ponto de insatisfação. E aqui vai o depoimento de Francisco Glicério, em 1877:

"Efetivamente o Banco do Brasil não presta aos lavradores os recursos de que necessitam, senão muito insignificamente... Há imensa desproporção, para menos, no que vai a capital emprestado à lavoura para o jogo das transações na carteira mercantil."³

Pelo visto havia ainda separação entre o crédito agrícola e o crédito comercial, grande obstáculo para o que almejavam os fazendeiros. As transações comerciais, de lucro mais imediato, concorriam com a agricultura na concessão de crédito pelo banco, levando ampla vantagem. Nivelamento de garantias, prazos e juros com os solicitados

para o comércio prejudicavam os fazendeiros sujeitos a imprevistos como baixas no mercado e más colheitas. Acreditavam, portanto, que a lavoura precisava principalmente de prazos maiores e amortizações menores, como explica Francisco Glicério na *Gazeta de Campinas*:

“O mal não está no juro de 6% que cobra o banco, mas na amortização excessiva de 5% por conta do capital. E a razão da excessiva taxa de amortização está no pequeno prazo de 14 anos. . . Pois de que serve o prazo de 14 anos para extinguir seu crédito, se ele está sempre em sobressalto com a idéia de exagerada prestação semestral, da amortização e do juro? Por outro lado não é tão bom e tão cómodo ter ele a certeza de que lhe é dado um prazo de vinte ou mais anos para solver sua dívida, mediante uma pequena prestação anual, a qual ele pode obter mesmo nos anos de falha, com todo o sossego?”⁴

As condições específicas da lavoura exigiam bancos que se adaptassem às suas possibilidades, com o objetivo de incentivar o cultivo mais do que de auferir lucros vantajosos e imediatos. Um estabelecimento, como pretendiam os fazendeiros, precisava ser criado em função do crédito agrícola, com capitais suficientes para empréstimos a longo prazo.

Mas isso só seria possível com a ajuda do governo, e os agricultores cobravam esse auxílio como um direito pela contribuição que essa atividade econômica prestava à prosperidade do país. É nesse sentido o artigo de Caiubi, do dia 1.º de fevereiro de 1874:

“A lavoura da província busca os capitais necessários com os capitalistas ou comerciantes que cobram elevadas taxas de prêmios. . . Parece-nos que o governo tem meios e o dever de contribuir para a realização desta necessidade.

“O país que goza da prosperidade da lavoura, que só tem riqueza quando a lavoura prospera, que sofre quando ela definha, deve fazer alguma coisa pelo seu bem-estar.”⁵

O governo, contudo, não se mostrava tão alheio ao problema como sugere o articulista, pois no tocante ao crédito agrícola o Executivo manifestou-se, demonstrando interesse pela questão.

A resposta do governo ao crédito agrícola

O Império tratou mais diretamente dos problemas do crédito para a agricultura durante o 26.º Gabinete (25 de junho de 1875) e 27.º Gabinete (até 28 de março de 1880).

O Gabinete de 25 de junho, liderado pelo Duque de Caxias, tinha entre as metas propostas em seu programa o “auxílio direto à

agricultura”. Este se concretizou através da promulgação de discutida lei de crédito datada de 6 de novembro de 1875, um complemento à antiga legislação em vigor.

Os principais itens estabelecidos pela lei referiam-se a:

— Garantia de juros de até 5% ao ano e amortização de letras hipotecárias emitidas por um banco de crédito real a se criar; essas emissões deveriam ser feitas em praças da Europa.

— O empréstimo deveria ser feito sob garantia da propriedade rural, a juros que não excedessem a 7% e com amortização calculada sob o prazo de cinco a trinta anos.

— O banco era obrigado a ter caixas filiais nos pontos principais do território nacional.

— Do produto líquido da receita anual do banco, depois de pago um dividendo de 9% do capital realizado, seria deduzido 20% para um fundo de reserva.

A lei continha ainda outras especificidades de como deveria ser praticado o crédito real. A repercussão na política nacional foi intensa, provocando discussões, críticas e reações, que se estenderam por vários anos, principalmente na Câmara dos Deputados.

A lei nunca chegou a ser posta em prática, mas as discussões que despertou demonstraram aos órgãos públicos os sérios problemas que a agricultura brasileira vinha enfrentando, não só com relação à cana-de-açúcar, ao norte, mas mesmo o próspero café, ao sul.

O Gabinete seguinte, encabeçado por João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, que ocupava também a função de Ministro da Agricultura, teve uma das realizações mais marcantes a favor desta: convocou um Congresso Agrícola, em 1878, reunindo os principais representantes do país. Os principais problemas da agricultura apontados nessa ocasião foram o crédito e a mão-de-obra.

A atitude do Visconde de Sinimbu despertou nos fazendeiros a esperança de terem, finalmente, as atenções voltadas para seus problemas. Os resultados práticos do Congresso, porém, não corresponderam aos objetivos propostos.

O que resultou desse período que parecia tão frutífero foi o prolongamento das discussões e debates sobre a lei de crédito agrícola na Câmara dos Deputados. Esse não era certamente um resultado auspicioso para os fazendeiros em geral e os cafeicultores, em particular.

As discussões sobre crédito agrícola na Câmara dos Deputados

As proposições da lei de crédito de 1875 na verdade continham inúmeros elementos polêmicos e daí as prolongadas discussões. Um dos principais temas de desacordo entre os parlamentares era concernente ao tipo de auxílio a ser prestado pelo governo à agricultura. Seria através de uma intervenção direta na economia, criando bancos agrícolas, ou através de ajuda indireta, incentivando medidas que beneficiassem a lavoura.

As opiniões dividiam-se. A lei propunha ajuda direta, mas inúmeros deputados achavam que o papel do poder público era o de construir estradas de ferro e rodagem, pontes, diminuir impostos, criar escolas agrícolas, mas nunca interferir diretamente na economia, e muito menos participar da criação de um banco.

Entre os defensores desse ponto de vista estava Gaspar da Silveira Martins, que em 1879 ocupava o cargo de Ministro da Fazenda. Era contrário à participação do Estado nos bancos agrícolas e achava que o governo não deveria abandonar seu papel de "manter a ordem, dar garantias à liberdade individual para que se desenvolvessem por si", pois "As sociedades bancárias são casas de comércio, e o governo para dar garantias precisaria tomar parte na organização, do que é incapaz".⁶

Os argumentos contra a criação de bancos agrícolas pelo governo eram os mais diversos. Tomás Pompeu de Souza Brasil Segundo, deputado pelo Ceará, afirmava na Câmara dos Deputados, em 1880, que "não é por falta de capitais que a lavoura está no estado crítico que julgam alguns deputados, mas pelo hábito de despesa fácil", e que a preocupação com a dívida dos agricultores não tinha razão. O auxílio direto, com a concessão de crédito, era visto como "um mal ao produtor, sem consumo, causando queda no preço".⁷

Por outro lado apoiavam um auxílio direto à agricultura, e conseqüentemente à criação de crédito agrícola pelo governo, deputados que pretendiam assim revigorar a lavoura do Norte, como Manoel José de Menezes Prado (deputado de Sergipe), preocupado principalmente com o estado precário da lavoura de cana-de-açúcar na Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Piauí, e José Augusto Chaves (da Bahia), também voltado para a situação da agricultura do Norte.

Além da proposta de criação de bancos agrícolas, a lei estabelecia outras determinações passíveis de discussão, entre elas a que estabelecia a emissão de letras hipotecárias.

Deputados que embora reconhecessem a necessidade dos bancos agrícolas, preocupavam-se com o problema da origem do capital e com as perspectivas de novas emissões. Rodrigo Augusto da Silva era um dos que concordavam que a solução para o problema era a criação do crédito real, ou seja, com auxílio do governo, mas conjecturava de onde o governo tiraria o dinheiro para os empréstimos, se "com nova emissão de apólices ou de papel-moeda, ambas desastrosas".⁸ Achava que uma dessas formas era inevitável, e no caso o importante era a criação de vantagens que visassem a forçar a aceitação dos papéis emitidos e impedisse a concorrência de outros títulos, como os de crédito mercantil.

Já Gaspar da Silveira Martins (Rio Grande do Sul), um dos opositores à lei, simplesmente condenava a criação de um banco a "ter como capital papel".⁹

De qualquer forma a criação de um crédito especial para a agricultura exigia vultoso capital, e o governo se via obrigado a recorrer ao exterior, o que despertou muitos protestos. A participação de capital estrangeiro não agradava aos próprios fazendeiros; como a propriedade era dada em garantia, Barão Homem de Melo, deputado de São Paulo, num discurso na Câmara dos Deputados, em 1879, apontou o principal perigo desse tipo de empréstimo, ou seja, "a base sobre a qual repousa: a hipoteca de nossa propriedade territorial ao estrangeiro".¹⁰

Apesar de precisarem de crédito, o risco de perderem suas propriedades para capitalistas estrangeiros era um perigo que os fazendeiros paulistas não estavam dispostos a correr.

A lei de crédito agrícola, com todas as críticas que sofreu, contava com um convicto defensor: o representante do Rio de Janeiro, Manoel Buarque de Macedo. A princípio como deputado, depois como Ministro da Agricultura, acreditava na eficiência e viabilidade de aplicação de lei. Não via incompatibilidade entre sua posição liberal e a defesa da intervenção governamental na economia.

"Apesar dos princípios da escola liberal, entendo que neste país ou o governo tem de fazer concessões a esses princípios para realizar melhoramentos dessa ordem, ou não teremos estabelecimentos de crédito real."¹¹

Buarque de Macedo indignava-se com as acusações de alguns parlamentares de que os agricultores não eram econômicos e não empregavam o dinheiro dos empréstimos em melhoramentos agrícolas. Acreditava sinceramente na possibilidade de criação do crédito real,

apesar das críticas de vários deputados, entre eles os abolicionistas, que não viam possibilidade de se realizar empréstimos tendo como base a terra, "que não tem valor enquanto houver escravidão".¹²

Buarque de Macedo considerava ainda indispensável a obtenção de capitais estrangeiros e, para incentivá-los, não via inconveniência na concessão de garantia de juros: achava que dessa forma as críticas à intervenção do governo se tornavam inadequadas, aplacando a incompatibilidade com o espírito liberal argumentado por muitos, pois "as instituições formadas por capitalistas estrangeiros têm uma administração e fiscalização que impedem que o governo interfira nos empréstimos".¹³

A confiança demonstrada por Buarque de Macedo e a rica argumentação empregada em seus longos discursos na Câmara dos Deputados não foram suficientes para convencer os opositores à lei de crédito agrícola de 1875, cuja repercussão ultrapassou os limites nacionais.

Um dos hábitos freqüentes nos discursos de nossos parlamentares era evocar modelos estrangeiros para provar a validade de suas posições.

O problema da criação do crédito agrícola despertou a atenção de nossos parlamentares para outras entidades semelhantes, principalmente na Europa.

Entre as várias formas de crédito agrícola adotadas pela Alemanha, Suíça, Escócia, Prússia e até Rússia citadas como referências nos discursos parlamentares, o *Crédit Foncier*, na França, era o modelo mais lembrado.

Considerado no Brasil como uma das mais respeitáveis instituições de crédito agrícola, era sempre citada como exemplo pelos nossos deputados. Seus regulamentos e critérios serviam de base para comparações; a opinião de seus economistas era tida como a de respeitáveis especialistas no assunto.

O interesse demonstrado por essa instituição francesa provocou uma reação de reciprocidade, e seus empresários enviaram ao governo imperial, em dezembro de 1875, uma proposta para implantação do *Crédito Real* no Brasil.

A oferta era assinada pelo Sr. Fremy, governador do *Crédit Foncier*, e pelo Sr. Laske, figura de destaque no mundo das finanças internacionais, segundo argumentação de nossos parlamentares. Era acompanhado por um relatório contendo as alterações indispensáveis

para que a lei promulgada tivesse execução. Esse relatório fora formulado pelo Sr. Josseau, economista francês de respeito na época.

O governo brasileiro submeteu a questão ao estudo de uma comissão, composta pelo Visconde de Inhomem, Visconde do Rio de Janeiro e Marquês de São Vicente.¹⁴

O assunto era complexo e as alterações várias, todas de grande importância; a comissão não conseguiu chegar a um consenso comum, e cada membro emitiu voto divergente no respectivo parecer de 28 de agosto de 1876. Com isso eliminava-se a possibilidade de instalação da instituição francesa no Brasil.

As observações do Sr. Josseau, apesar de sua autoridade no assunto, não ajudaram a amenizar as discordâncias a respeito da implantação do crédito real.

O único ponto em comum aceito pelos defensores e opositores à Lei de 1875 é que modificações precisavam ser feitas. Os paulistas também concordavam e tinham sua opinião a respeito das principais restrições que as condições estabelecidas pela lei impunham aos produtores de café.

Pretensões creditícias dos agricultores paulistas

Manifestando a opinião dos agricultores paulistas, o Barão Homem de Melo, representante de São Paulo na Câmara dos Deputados, apresentou em 2 de maio de 1879 um projeto sobre a criação de um Banco de Crédito Real¹⁵ que exprimia o ponto de vista da maioria dos fazendeiros da província de São Paulo.

Apoiava-se em idéias já apresentadas no Congresso Agrícola especialmente por Américo Brasiliense de que havia no país capitais suficientes para a agricultura, sem precisar recorrer ao exterior.

"Esses capitais estão apresentados na reserva dos bancos, no dinheiro brasileiro empregado na construção dos carris urbanos de Bruxelas, Paris, Porto, Lisboa e outras cidades estrangeiras; está na imobilização de grandes valores em estradas de ferro construídas com o dinheiro do país..."

"Existem capitais no país, não superabundantes, mas em proporção aproximada às necessidades mais aflitivas da lavoura; existe também verdadeira depressão do crédito territorial e bem assim do agrícola, determinado pela falta de segurança do direito do credor."¹⁶

A necessidade de dar garantias ao credor para estimular a aplicação de capitais nesse tipo de empréstimos era um dos pontos fundamentais defendido pelos paulistas já desde o Congresso Agrícola. A

hipoteca da propriedade não lhes parecia uma garantia suficiente, pelo contrário, era encarada como uma desvantagem afastar capitais.

"Ninguém quer arriscar-se, para reaver seu dinheiro, a travar uma demanda no interior da província, que após intermináveis delongas e excessivas despesas, termina sujeitando o capitalista a receber em adjudicação um estabelecimento estranho à sua profissão e para cuja gerência faltam-lhe absolutamente todas as habilitações, vendo-se ainda muitas vezes obrigado a repor mais dinheiro de sua algibeira."¹⁷

Esse ponto de vista era compartilhado por quase todos os fazendeiros paulistas.

A emissão de letras hipotecárias era aceita como condição inevitável, desde que o país não apresentava, de imediato, recursos disponíveis em seu orçamento. O Barão Homem de Melo propunha, em seu projeto, onerar a lavoura com juros até mais altos (7 a 8% para os empréstimos e 6 a 7% para as letras hipotecárias), a fim de atrair capitais. O prazo estipulado para o pagamento do empréstimo era também menor do que os propostos anteriormente (14 anos).

O projeto do Barão Homem de Melo foi submetido ao estudo da Comissão da Fazenda, composta pelos deputados Buarque de Macedo, Barros Pimentel, e Lourenço de Albuquerque. Seu parecer foi contrário ao projeto, reafirmando a opinião de que "a criação dos bancos de crédito real no Império depende essencialmente do concurso do Estado".¹⁸

Várias proposições do projeto foram consideradas ineficazes para auxiliar a agricultura, entre elas a fixação do prazo de empréstimo em quatorze anos, considerado muito curto, "enquanto modernas legislações circunscreveram-nos entre vinte e cinquenta anos".¹⁹

O projeto contrariava princípios que a comissão qualificava de necessidades fundamentais para a agricultura, principalmente no que dizia respeito a prazos e juros. A proposta paulista foi julgada viável apenas para poucos privilegiados, que não precisavam de crédito especial, pois podiam cumprir as exigências dos empréstimos comuns.

O espírito do projeto, de oferecer maiores vantagens aos capitalistas a fim de estimular a aplicação no crédito agrícola, não foi compreendido pela comissão, mais preocupada talvez em estabelecer um tipo de crédito que atendessem não especialmente à florescente economia cafeeira, mas principalmente à decadente agricultura das demais regiões do país.

O aumento de juros para incentivar a procura das letras imobiliárias também foi rejeitado. A comissão discordava da necessidade de

se utilizar esse recurso para eliminar a concorrência de outros títulos, considerava que a concessão de certas facilidades, como a possibilidade de transmissão por via de endosso, e as garantias oferecidas seriam suficientes para motivar a procura: "Não é o juro que devemos elevar, é o crédito do título".²⁰

A comissão da fazenda, influenciada talvez pela opinião de Buarque de Macedo, não viu no projeto do Barão Homem de Melo vantagens suficientes para substituir a Lei de 6 de novembro de 1875. Já se mostrava, porém, mais flexível quanto à participação do Estado, pois aconselhava o governo não a fundar os bancos, mas a dar-lhes assistência e uma garantia "nominal".

Quanto à participação de capitais estrangeiros, combatida pelos paulistas, a comissão reforçava a proposta da Lei de novembro de 1875.

"A comissão é sectária da idéia principal da Lei de 6 de novembro, cujo fim é ajudar a lavoura a fundar o crédito com capitais importados. É sobre este o melhor caminho a seguir, a mais feliz e profícua de todas as combinações."²¹

Embora o projeto paulista tenha sido qualificado como inadequado para o país e inviável para os recursos do governo, a comissão reconhecia que a lei de 1875 precisava de reformulações. Seus membros apresentaram então um projeto substitutivo em que constavam as alterações que julgavam convenientes para a exequibilidade da lei original. Predominava, porém, a preocupação em adaptá-la às necessidades das regiões menos favorecidas.

Lourenço de Albuquerque, um dos membros da comissão, apresentou voto em separado, denunciando exatamente essa tendência, de que as modificações fossem feitas "para que partilhe dos mesmos benefícios a lavoura das províncias do norte".²²

O projeto substitutivo da comissão também não teve sucesso, e o problema do crédito agrícola continuou sem solução.

Os paulistas, porém, acostumados a lutar por seus interesses, não desistiram de convencer os membros da Câmara dos Deputados da importância de suas propostas. Continuaram a defender a concessão de maiores vantagens aos credores e a se manifestar contra o estabelecimento da propriedade como garantia da dívida, correndo o risco de ser levada à leilão.

Para reforçar seu ponto de vista, recorreram à intervenção do Clube da Lavoura de Campinas.

Gavião Peixoto, na sessão de 20 de setembro de 1880, levou à Câmara dos Deputados uma representação do Clube da Lavoura que colocava, de forma objetiva, a posição dos fazendeiros paulistas.

"Quando a lavoura se dirige aos poderes públicos para queixar-se da falta de capitais, não quer isso dizer que ela pretende que o governo abra-lhe os cofres do Estado para prover suas necessidades, como injustamente se disse. O que pede a classe dos agricultores é que se reforme a legislação na parte que lhe é referente, de tal modo que ela se harmonize com os reais interesses dessa indústria."²³

Expunham ainda, mais uma vez, através da representação, por que a hipoteca não servia como base para a obtenção de empréstimos: o credor temia se tornar proprietário agrícola sem querer, ou então receber imóvel de valor superior à dívida, tendo que devolver a diferença em dinheiro.

Além de reafirmarem os pontos que consideravam falhos na lei, propunham como correções necessárias:

1.º) que o processo de ação e execução por títulos hipotecários fosse mais rápido, não podendo a defesa e os recursos interpostos pelo devedor suspender o curso do processo;

2.º) que a adjudicação deixasse de ser obrigatória, tornando-se facultativa ao devedor;

3.º) que a avaliação, nas execuções por títulos hipotecários pudesse ser reformada até encontrar licitante ou credor que pudesse pagar;

4.º) que a hipoteca legal fosse equiparada à convencional.

A representação confirmava posições já declaradas desde o Congresso Agrícola, sem que nenhuma providência tivesse sido tomada. Mas as esperanças ainda não haviam se esgotado.

Outras tentativas de criação do crédito real

As reivindicações paulistas foram retomadas através de outro projeto de criação de crédito real, apresentado pelos deputados Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, Leandro de Melo Chaves Ratisbona e Cândido Luiz Maria de Oliveira, a 12 de abril de 1882.

O projeto tinha dois aspectos principais: harmonizar o processo de execuções no cível e no comercial e revogar as adjudicações forçadas das hipotecas, consideradas prejudiciais ao crédito agrícola.

A apresentação desse novo projeto teve a melhor receptividade em São Paulo. A *Gazeta de Campinas* assim se manifestou:

"Assegurando os direitos do exequente, todavia o projeto não deixou de resguardar tanto quanto era possível, nos limites de uma eqüitativa reciprocidade, os interesses do executado..."

"Como se vê estava aí consubstanciada uma medida do mais elevado alcance econômico, que tem sido objeto de constantes e enérgicas reclamações por parte dos agricultores do país."²⁴

Apesar do entusiasmo despertado, o projeto não chegou a ser aprovado.

Mas as tentativas de corrigir as falhas da Lei de 6 de novembro não se encerraram aí. Em 1882, as comissões reunidas da Fazenda e Agricultura do Senado apresentaram outro projeto de auxílio à lavoura, desta vez partindo dos parlamentares. Nele estendiam os benefícios que deveriam ser privilégio do crédito real a todos os mutuantes e ainda "cometeram um outro inconveniente que certamente não é de menor gravidade":²⁵ mantiveram a adjudicação, com o preço estabelecido na hipoteca e na falta deste, prevalecendo o valor do imóvel que serviu de base ao empréstimo.

Esse projeto não correspondia às pretensões paulistas e as críticas na *Gazeta de Campinas* não se fizeram esperar: "Ora, é exatamente esse o maior inconveniente que tem sido assinalado por todos quantos têm-se dado ao trabalho de examinar esta questão e a têm debatido com o senso prático que a sua importância e a sua gravidade exigem"²⁶

O problema do crédito não se resolveria facilmente. Já no fim do Império, em junho de 1888, o Poder Executivo, através da Princesa Regente, apresentaria outro projeto de criação de crédito agrícola. Propunha então garantia de juros de 5% aos estabelecimentos que deveriam ter sedes em todo o país.

O projeto foi apresentado a uma comissão composta pelos deputados Domingos de Andrade Figueira, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, Francisco de Paula Rodrigues Alves, Joaquim Elísio Pereira Marinho, Barão de Guaiá, e Manoel José Soares. O parecer apresentou-se favorável, finalmente, com um único voto contrário, vencido, de Lourenço de Albuquerque.

Não houve tempo para saber se dessa vez o governo tomaria alguma medida efetiva a favor da implantação do crédito agrícola, ou se seria outro decreto a ficar apenas no papel.

O Império terminou sem que os paulistas tivessem conseguido do poder central a aprovação de um projeto que satisfizesse a suas necessidades específicas.

Diferenças entre os interesses da agricultura do norte (juros baixos, prazos longos) e as do sul (prazos curtos, garantias ao credor) criaram uma dicotomia de objetivos que o governo não sabia como resolver. As medidas aprovadas ou eram inexequíveis ou não satisfiziam a ninguém.

As leis promulgadas pelo governo, entre elas a de 6 de novembro de 1875, contrariavam o espírito de autonomia de São Paulo, que não aceitava a intervenção direta do Estado na economia, muito menos via com bons olhos a participação de capital estrangeiro nos bancos agrícolas.

Os paulistas tentaram fazer valer os seus interesses: apresentaram projetos, críticas, representações. Os entraves políticos foram mais fortes. E mais uma vez os paulistas tomaram a iniciativa para, na medida do possível, suprir essa necessidade.

Vários bancos particulares foram fundados na província. Em 1871 foi fundado em Campinas o Banco Colonial de São Paulo, tendo anexo uma seção de Descontos e Ordens para o amparo às zonas mais novas do café. Em 1873 começou a funcionar o Banco Mercantil de Santos; em 1883 foram criados o Banco do Comércio e Indústria, o Banco União de São Paulo e o Banco dos Lavradores.²⁷

Essas entidades desempenharam a função de fornecer os recursos para o desenvolvimento da economia cafeeira, mas não podiam oferecer condições tão propícias quanto instituições públicas, criadas com a finalidade específica de prestar auxílio à agricultura.

O crédito era um dos pontos de apoio básicos para a economia cafeeira; dele dependia a solução de outros problemas essenciais para a produção, como a questão da mão-de-obra.

A incapacidade do governo em criar, as condições de crédito desejadas muito contribuiu para acentuar o descontentamento dos cafeicultores paulistas.

Até então a solução encontrada pelos fazendeiros havia sido lutar, mesmo sabendo que no fim seriam usados seus próprios recursos e iniciativa. Era apenas uma questão de tempo o rompimento com a velha estrutura política que obrigava os produtores da maior riqueza do país a se pautarem por decisões prejudiciais ou ineficazes do governo central e do Parlamento aos seus interesses e aspirações.

NOTAS

1. A referência aos empréstimos dos comissários é feita por Stanley Stein em sua obra *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*, a que já nos referimos anteriormente.

2. Francisco Quirino dos Santos. *Gazeta de Campinas*. 1.1.1874, p. 1.
3. Francisco Glicério. *Gazeta de Campinas*. 25.9.1877, p. 1.
4. Idem, ibidem.
5. Caiubi. *Gazeta de Campinas*. 1.2.1874, p. 1.
6. Gaspar da Silveira Martins. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 1/257, sessão de 3.1.1879.
7. Tomás Pompeu de Souza Brasil Segundo. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 4/113, sessão de 7.8.1880.
8. Rodrigo Augusto de Silva. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 4/34, sessão de 9.8.1875.
9. Gaspar da Silveira Martins. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 1/257, sessão de 3.1.1879.
10. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 4/173, sessão de 22.8.1879.
11. Manoel Buarque de Macedo. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 1/258, sessão de 3.1.1879.
12. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 4/242, sessão de 27.8.1879.
13. Manuel Buarque de Macedo. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 4/247, sessão de 27.8.1879.
14. Visconde de Inhomerim era o título de Francisco de Sales Torres-Homem; Visconde do Rio Branco era José Maria da Silva Paranhos, e José Antônio Pimenta Bueno era o Marquês de São Vicente.
15. O projeto era assinado pelo Barão Homem de Melo (Francisco Inácio Marcondes de Melo) e por Belfort Duarte (Francisco de Paulo Belfort Duarte).
16. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 4/808, sessão de 2.5.1879.
17. Francisco Inácio Homem de Melo. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 4/808, sessão de 25.7.1879.
18. Comissão da Fazenda (parecer). *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 3/345, sessão de 25.7.1879.
19. Idem, ibidem.
20. Comissão da Fazenda (parecer). *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 3/345, sessão de 25.7.1879.
21. Idem, ibidem.
22. Lourenço de Albuquerque (voto em separado). Comissão da Fazenda (parecer). *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 3/350, sessão de 25.7.1879.
23. João Ataliba Nogueira. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 5/147, sessão de 20.9.1880.
24. *Gazeta de Campinas*. 28.9.1882, p. 1.
25. *Gazeta de Campinas*. 28.9.1882, p. 1.
26. Idem, ibidem.
27. Maria Estela de Abreu Bergó. "Estudo geográfico da cidade de Campinas". *Anais do X Congresso Agrícola Brasileiro de Geografia*, v. III/691, Rio de Janeiro, 1952.

A mão-de-obra

A cultura cafeeira, introduzida em São Paulo num período em que os escravos já se tornavam escassos e caros, teve na mão-de-obra um problema que desde o início afetou os fazendeiros.

A solução inicial de aproveitar os escravos remanescentes ao plantio de cana-de-açúcar e a compra dos excedentes do Nordeste, por altos preços, logo se mostrou insatisfatória. A rápida expansão dos cafezais exigia cada vez mais gente para o trabalho.

São Paulo buscou novas soluções através da utilização de trabalho livre. O pioneirismo dessa iniciativa coube ao senador Nicolau de Campos Vergueiro, que já em 1847 importou colonos alemães e suíços para trabalharem em sua fazenda Ibicaba, sob o sistema de parceria.

A experiência é conhecida, e apesar dos contratemplos tão bem comentados por Davatz,¹ o sistema se difundiu rapidamente no Oeste Paulista entre 1852 e 1854. Os agricultores mostravam-se esperançosos e um dos adeptos, o Visconde de Indaiatuba, confessaria que iniciou a colonização em sua fazenda Sete Quedas "sem ter ainda um pé de café".²

Os problemas iniciais com o trabalho livre

Apesar do entusiasmo despertado, o sistema de parceria logo começou a apresentar problemas. Baseado na confiança mútua entre fazendeiro e colono, implantado num sistema escravocrata ainda vigente, as queixas eram recíprocas. Os fazendeiros eram vítimas de agentes pouco escrupulosos, que recebiam na base da comissão por arregimentação; muitas vezes iludiam os colonos com falsas promessas e nem sempre o pessoal selecionado tinha condições para o trabalho a que se destinava. Os colonos queixavam-se de receber os cafeeiros de menos produtividade; de não ter como controlar seu lucro; de terem

que realizar suas compras nos armazéns da fazenda, onde tudo era mais caro; da dificuldade de relacionamento com os senhores, acostumados a lidar com escravos; de não poderem praticar sua religião e legalizar seus casamentos. Reagiam como podiam, muitas vezes abandonando o fazendeiro em situação de desespero; pequenas revoltas e greves chegaram a acontecer.

Algumas experiências, contudo, foram bem-sucedidas. O Visconde de Indaiatuba demonstrava seu entusiasmo pelo novo sistema de trabalho.

"De todos os colonos não sei de algum que deixasse de sair da colônia, findos os contratos, sem um, dois, três e quatro contos de



Fig. 10. Fazenda Sete Quedas

FONTE: José Estevam Teixeira Mendes. *Velhas fazendas do município de Campinas.*

réis. Com esses bons recursos tornaram-se na maior parte lavradores, outros proprietários e outros negociantes; todos felizes, sendo de se notar que alguns deles, depois que saíram, propuseram-se a voltar, e outros vieram a se instar comigo para receber suas sobras a juro módico.”³

Realmente, até 1878, o sistema funcionou satisfatoriamente nas duas propriedades desse fazendeiro: Sete Quedas, em Indaiatuba, e Salto Grande, em Amparo. O próprio Barão Von Tschudi, ministro da Confederação Helvética, comprovou a satisfação dos colonos que trabalhavam nessas fazendas.

De repente, porém, a situação mudou e esse próspero fazendeiro se viu envolvido por problemas que fugiam a seu controle. Greves e deserções atingiram suas propriedades, principalmente a de Salto Grande, e o proprietário, em artigos publicados através da *Gazeta de Campinas*, acusava elementos estranhos à fazenda, de origem estrangeira e ideologia “comunista”⁴ de propositadamente insuflarem seus colonos. Eram eles o cônsul alemão Francisco Krug, um padre italiano, Juliani (que estava com a ordem suspensa pelo Vaticano) e o engenheiro Bonini, também italiano, encarregado de construir a nova Igreja-Matriz de Campinas.

O resultado dessa situação foi um grande prejuízo econômico para o fazendeiro, com a penhora de uma de suas propriedades, e um forte sentimento de desgosto e desilusão, manifestado por Indaiatuba em um “Memorandum” escrito no final de sua vida.

É difícil comprovar, dada a falta de documentação complementar, a validade das acusações do Visconde de Indaiatuba, mas o fato é que as condições do sistema de parceria, em si, propiciavam esse tipo de contratempo.

Antes que tais problemas se manifestassem, José Vergueiro, sob o pseudônimo de “Roceiro”, já polemizara com o Visconde de Indaiatuba (que usava o pseudônimo de “Lavrador”) sobre a validade da utilização da colonização através da parceria.⁵

Enquanto Indaiatuba defendia a parceria, José Vergueiro considerava-a uma forma intermediária já ultrapassada, desde que o próprio Senador Vergueiro usara a colonização como meio, mas tinha a imigração como fim... “e já se vão 23 anos, lapso de tempo suficiente para ser repudiada a colonização e tentarmos a imigração”.⁶

O fracasso da parceria, portanto, abriu caminho para debates.

Segundo argumentos da época, expostos na *Gazeta de Campinas*, a parceria era menos desejável, porquanto havia investimentos agrícolas na vinda de colonos. Esse tipo de vínculo propiciava muitas oportunidades de desentendimentos. Já a imigração, pensavam que daria mais liberdade de escolha e menos atritos entre colonos e fazendeiros.

Não se deve, contudo, desprezar o papel dessa experiência para a consolidação do trabalho livre na agricultura. Seu insucesso foi especificamente atribuído às falhas do funcionamento do sistema, aos abusos que os contratos permitiam, mas a qualidade do trabalho obtido não foi questionada, pelo contrário. Após essas primeiras tentativas ficou comprovada a eficiência e maior produtividade do trabalhador livre e as vantagens da substituição de um tipo de trabalho coercitivo por um trabalho recompensado.

Além de tudo, tratava-se de mão-de-obra mais barata, dadas as condições da época. Um fazendeiro paulista, A. C. Pacheco e Silva publicou na *Gazeta de Campinas* uma comparação dos dois tipos de trabalho, escravo e livre, provando o prejuízo causado pela escravidão:

Um colono colhe 100 arrobas de café, que a 5\$000 dá	700\$000
Este café, em alqueires, dá 280, pelo que se paga ao colono por alqueire a 640	179\$000
Deduzida esta despesa ficam salvos ao proprietário	520\$000
Um escravo colhe 140 arrobas de café	700\$000
Ele custa 2:200\$000. Este capital paga-se de prêmio por ano	264\$000
Duas mudas de roupa	5\$000
Coberta	1\$000
Botica e médico	10\$000
Açúcar e café	2\$000
Falhas 25 dias a 1\$000	25\$000
Ficam salvos ao proprietário	393\$000
Vantagem:	
Colono	520\$000
Escravo	393\$000
Prejuízo com escravo	127\$000 ⁷

Este fazendeiro comprovou, objetivamente, a necessidade de estimular o trabalho livre, não sob forma de colonização, que causara

tantos incidentes, mas sob forma de imigração. O imigrante era o tipo de trabalhador conveniente, e disso trata outro artigo específico da *Gazeta de Campinas*, em 1874:

"O imigrante vem em demanda de maior posse de terreno donde possa tirar as vantagens que um país como o nosso lhe oferece.

"No colono, em geral, predominam os sentimentos de desordem e preguiça, e no imigrante encontra-se quase sempre o homem acostumado à ordem, ao trabalho e à sobriedade."⁸

Tantos argumentos em favor da imigração incluíam um aspecto importantíssimo que era a esperança da participação governamental, tanto que nos cálculos de Pacheco e Silva não estavam incluídas despesas com passagens. Para o sucesso do novo sistema de trabalho era preciso, porém, a contribuição do governo, e seu apoio era essencial para vencer os inúmeros obstáculos que se antepunham à imigração. Tal aspecto é tão importante que demanda uma análise mais demorada.

Barreiras à imigração

A implantação de uma corrente imigratória que suprisse as necessidades da agricultura cafeeira paulista esbarrava, entre outros problemas, com a imagem negativa do país no exterior, em consequência da repercussão desfavorável dos primeiros incidentes com colonos. Alguns países chegaram a mandar emissários para verificar a verdadeira situação de seus compatriotas. Outros nomearam cônsules para defender os interesses de seus colonos. Foi o caso da República Helvética, que mandou como ministro plenipotenciário o Barão Von Tschudi, e da Alemanha, que enviou o cônsul geral Francisco Krug.

A insatisfação dos colonos emigrados ganhou fama na Europa; os países começaram a dificultar a saída de trabalhadores para o Brasil, e alguns chegaram a proibi-la.

Essas medidas causaram descontentamento entre os agricultores paulistas que consideravam o governo o maior responsável pela situação.

O Visconde de Indaiatuba, numa de suas viagens à Europa, ao sentir dificuldades em arregimentar colonos, assim desabafou em carta publicada pela *Gazeta de Campinas*:

"Entre os obstáculos encontrados aparece a disposição expressa de lei que proíbe a emigração para o Brasil. São os bons frutos malfadada administração que nos rege."⁹

A *Gazeta de Campinas* publicou uma série de artigos de autoria de Campos Sales, denunciando a gravidade da situação:

"De Berlim expedem-se ordens severas e terminantes às autoridades para que procurem reter, por todos os meios, os alemães que tentarem emigrar para o Brasil e para que procedam com o máximo rigor com os respectivos agentes..."

Na Suíça... "o parlamento emitiu o seguinte voto: que o governo brasileiro haja, para o futuro, de tratar com mais humanidade os súditos da Confederação".

Do governo da Bélgica... "a triste experiência que os nossos compatriotas têm tido do clima do Brasil e da escravidão disfarçada... deterá o movimento da emigração belga para aquelas paragens".

Até em Portugal pretendia-se "prover o governo de medidas que habilitem a obstar a emigração"...¹⁰

Além de denunciar a prevenção dos países europeus contra o Brasil, a *Gazeta de Campinas* passou a cobrar do governo medidas de reestruturação interna. Em função disso, desencadeou campanha, encabeçada por Campos Sales, clamando por medidas sociais que garantissem os direitos dos imigrantes e melhorassem a imagem externa do país.

Considerava-se urgente a liberação da prática de outras religiões que não a católica e a instituição do casamento civil.

É eloqüente o que argumentava Campos Sales:

"Nada se terá feito enquanto não for firmado o princípio moralizador de que a lei não obsta a que contraíam casamento civilmente válido todos os que, sem impedimento para contraí-lo, não o puderem celebrar segundo os preceitos da religião do Estado."¹¹

O mesmo Campos Sales insistia na inconveniência da situação vigente.

"Os povos que professam religião diferente da católica também possuem preceitos e costumes que veneram. Para eles não há felicidade possível nem tranqüilidade onde a lei não ampara e não protege a união conjugal senão à custa de enormes e vexatórias imposições, como o sacrifício da crença religiosa. Como, pois, esperar-se

que ao influxo de uma tal legislação seja possível consolidar os créditos de nosso país como ponto de destino para os imigrantes?"¹²

Em outro artigo, da série intitulada "Colonização", Campos Sales reclamava contra a passividade do governo brasileiro em não reagir à propaganda negativa de que o país era vítima. Para isso o melhor seria atender às reivindicações dos imigrantes, e citava a América do Norte como exemplo de pólo de atração destes imigrantes:

"Esforços têm sido empregados pelos governos estrangeiros para cortarem a corrente de emigração para os Estados Unidos. Entretanto, o maior número dos que abandonam sua pátria procuram, de preferência, aquele país.

"É que, em relação à grande república norte-americana, onde surge a agressão aparece a defesa."¹³

Entre as medidas preconizadas como prioritárias para o desenvolvimento de uma corrente imigratória para o Brasil estava o apoio aos recém-chegados. O alojamento e estadia iniciais permitiriam que os trabalhadores viessem livres de qualquer contrato e aqui decidissem seu destino. Isso implicava na subvenção de passagens e criação de um órgão de recepção e distribuição de imigrantes.

A facilidade para naturalização e a igualdade na aplicação das leis civis e políticas seriam outras medidas de estímulo à imigração, tanto que um editorial da *Gazeta de Campinas* em 1870 preconiza:

"Sem a promulgação de leis que garantam o bem-estar de todas as seitas já no exercício da religião que trouxeram, já na efetividade prática dos direitos da família, já nas regalias de cidadão, poderemos obter colonos com sacrifício de tempo e dinheiro; mas esses colonos não se identificarão conosco, não terão dedicação pela terra que lavrarem e só cogitarão formar o pequeno pecúlio que, libertando-os das necessidades causadoras de sua expatriação, habilite-os a regressar ao torrão natal."¹⁴

Além de todas essas dificuldades, a imigração deparava-se ainda diante de uma grande barreira, talvez a maior de todas: a sobrevivência da escravidão. O infatigável "Roceiro" (José Vergueiro) preconizava:

"Por si só a escravidão é um motivo bastante poderoso para afugentar a vinda de braços livres e capitais estrangeiros... O homem livre sente repugnância de ombrear-se com o escravo, considerava-se rebaixado se tem de se empregar nos mesmos misteres."¹⁵

Em vista de tantos impedimentos e obstáculos com relação europeu, tentou-se outra solução, aparentemente mais simples e rápida: a importação de trabalhadores chineses.

A utilização de trabalhadores chineses, os *coolies*, no trabalho agrícola não era uma novidade na América.

Experiências já haviam sido feitas nos Estados Unidos, Cuba e Peru. No Brasil, contudo, essa possibilidade provocou reações de oposição, tanto por parte dos fazendeiros quanto dos parlamentares.

Os argumentos contra a utilização de *coolies* na lavoura iam desde razões antropológicas até morais.

Vejamos a argumentação da *Gazeta de Campinas*:

"É verdade corrente na ciência antropológica que as raças que não cruzam regridem no seu físico e decaem no seu moral; e é de conhecimento banal que o mongol chinês jamais cruzou, portanto regrediu na sua constituição física, decaiu na sua moral."¹⁶

A pequena estatura e o aspecto franzino não pareciam indicar os chineses como tipos adequados ao duro trabalho nas lavouras de café. Além disso, graves acusações eram feitas aos seus hábitos de indolência e mau caráter.

Apesar das críticas, a imigração chinesa teve defensores, entre eles o deputado Martim Francisco, que via nos *coolies* a solução para o problema de mão-de-obra num período de transição entre o trabalho livre e o trabalho escravo.

Considerava que... "a economia aconselha a procura de braços para a lavoura onde eles mais abundarem e forem mais baratos, e nesse caso nada melhor que os chins". Concordava com os que ansiavam por uma população mais adiantada, "mas o que se tem obtido dos grandes esforços para se conseguir a colonização europeia? Somas fabulosas gastas, quase sem proveito."¹⁷

Chegou a ser fundada no Brasil a Companhia de Comércio e Imigração Chinesa. Dificuldades encontradas, não só pelas críticas internas mas também pela proibição dos governos inglês e português de embarque e engajamento de trabalhadores chineses nos portos de Macau e Hong-Kong impediram sua concretização.

Em novembro de 1883 a Companhia foi dissolvida e com ela a possibilidade de importação de *coolies* como mão-de-obra para a agricultura brasileira.

Apesar da cogitação de emprego de chins, os trabalhos para trazer europeus não foram interrompidos. Com esse objetivo, o governo

criou legislação para regulamentar os contratos de locação de serviços, tentando impedir os abusos anteriores.

Sem dúvida, os seguidos argumentos dos fazendeiros do Oeste Paulista pareciam despertar polêmica no âmbito federal.

A regulamentação de locação de serviços

Os fazendeiros paulistas estavam convencidos de que para incentivar a imigração era preciso devolver a confiança dos outros países no Brasil, fazer com que, ao deixarem seu país, os emigrantes sentissem a segurança de não estarem se lançando, com sua família, à aventura de um destino incerto.

A melhor maneira, acreditavam os paulistas, era garantir-lhes a remuneração por meio de contratos de trabalho. A maioria dos fazendeiros substituiu, por conta própria, os antigos contratos de parceria pela locação de serviços, em que se pagava um preço fixo pelo alqueire de café colhido ou estabelecia-se uma remuneração mensal.

Na tentativa de assegurar os direitos dos fazendeiros e colonos e evitar abusos, o Presidente do Conselho e Ministro da Agricultura Cansansão de Sinimbu publicou o Decreto 2.827, de 15 de março de 1879, regulamentando os contratos de trabalho. Como vemos, Sinimbu foi, dentre os estadistas do Império, um dos mais preocupados com os problemas da agricultura.

O decreto, porém, provocou intensa reação entre os fazendeiros. Sampaio Ferraz publicou uma série de artigos na *Gazeta de Campinas*, criticando detalhadamente "as disposições inaceitáveis e que de modo algum melhoram as condições de contrato entre o colono e o lavrador".¹⁸

Os fazendeiros desejavam uma legislação que regulamentasse as condições de trabalho, atendendo aos interesses de ambos, pois "todos sabemos que no estrangeiro as nossas leis, nossas instituições, a nossa constituição social, além de outras coisas mais graves, inspiram pouca confiança e até intimidam aqueles que, por ventura, vêm-se na dura necessidade de buscar regiões remotas para sua manutenção e de sua família.

"Devendo ser um todo harmonioso, em que se realizasse a concretização perfeita de todas as garantias e privilégios que tem o locatário ou locador, esse decreto ora suprime vantagens de um, ora cerceia e oprime direitos de outro.

"Pelas dificuldades, obstáculos, imposições infundadas, injustiças flagrantes, tais são as características gerais do decreto de 15 de março."¹⁹

Os descontentamentos gerados pelo decreto referiam-se principalmente à falta de solução para as preocupações mais caras aos fazendeiros, que se sentiam desprotegidos em relação a questões como: mobilidade de trabalhadores de uma fazenda para outra, ou da fazenda para a cidade; recusa dos colonos ao trabalho, após as despesas realizadas; organização de greves; ação de agentes inescrupulosos que levavam os colonos de uma região para outra.

Os fazendeiros concordavam, porém, que a solução não dependia de imposições legais, mas da existência de colonos suficientes para suprir às necessidades. E o governo não se propunha a pagar nem a metade das passagens.

Segundo a *Gazeta de Campinas*:

"Faça-se desaparecer o perigo de perder o lavrador o dinheiro que adiantar, tornando possível o aliciamento e a aspiração irrequieta de mudança, para outra profissão ou fazenda e tudo se equilibra... a concorrência de outros lhes tirará o incentivo e obrigá-los-á a estimarem devidamente o lugar de sua situação, que lhes garante a estabilidade e a fortuna."²⁰

Por outro lado, o governo demonstrou grande preocupação em defender o colono contra a prisão, impondo-lhe essa pena só em casos extremos.

O Visconde de Indaiatuba, fazendeiro com experiência de colonização, observou essa intenção na proposição da lei de locação de serviços, mostrando-se contrário à mesma.

"Não desconheço que esse extremo recurso tem seu lado anti-pático e capaz de prestar-se às explorações dos inimigos da colonização, mas não vejo outro que o possa substituir.

"E, pergunto, não se está a aplicá-lo todos os dias contra o comerciante fraudulento? Não se reclama, para o mesmo efeito, a falência agrícola? Por que tamanha suscetibilidade em face do colono, que dolorosamente se recusa a prestar serviços lealmente contratados?"²¹

A posição do Visconde de Indaiatuba refletia a opinião da maioria dos fazendeiros paulistas contra "a pronunciada tendência para encarar-se o lavrador brasileiro como um tipo de perfídia e

desconhecimento das mais comensuráveis noções do justo e do honesto, em face de quem se pretende fazer surgir o imigrante cercado de garantias e privilégios”.

“Deixemo-nos de preconceitos, nesse assunto ao menos, e seja o nosso constante guia o desejo de assegurar solidamente os direitos das partes contratantes em perfeita reciprocidade.”²²

Um projeto apresentado na Câmara dos Deputados por Alfredo d'Escagnole Taunay, no sentido de passar para as Assembléias Provinciais a competência de legislar sobre as condições da contratação do trabalho agrícola, parecia abrir novas perspectivas.

“A diversidade de clima, cultura e costumes em cada uma das províncias do Império é principalmente o motivo determinante da descentralização da competência, passando-a do poder geral para o provincial, porque cada uma delas tem suas exigências especiais do ponto de vista de organização de serviço agrícola...”

“... Nada justifica o receio de que as províncias se desmandem, uma vez que se está convencido de que a elas, somente a elas, cabe dirigir-se em tal assunto.”²³

A receptividade desse projeto em São Paulo foi das melhores, uma vez que tocava num dos assuntos sonhados pelos paulistas: a autonomia para legislar e resolverem suas questões, sem a interferência do poder central.

O entusiasmo, contudo, se desfez, ao serem conhecidas as limitações impostas às províncias. Estavam proibidas de legislar sobre assuntos como: pena de prisão; realização de contratos fora de província ou sem a assistência dos contratados; transferências a terceiros sem o prévio acordo do contratado; concessão de prazos maiores de dois anos etc. Essas restrições limitavam a competência das províncias e as assembléias pouco ou nada podiam fazer.

Por isso era assim comentado na imprensa campineira o projeto Taunay, em editorial da *Gazeta de Campinas*:

“Por tudo isso é nossa convicção que o projeto Taunay amputou o princípio fecundo e regenerador da descentralização em matéria de locação de serviços, onerando-o com cláusulas tão odiosamente restritivas que a sua aplicação nenhum bem trará para o serviço que ele se propuser a regular.”²⁴

Até então apoiado pela *Gazeta de Campinas*, esta começa a notar que a proposta de Taunay diferia do que desejavam os fazendeiros paulistas.

A reformulação da lei de locação de serviços através de uma descentralização ampla parecia aos fazendeiros paulistas, junto a leis que instituísem a liberdade religiosa, casamento civil, naturalização, condições indispensáveis para se estabelecer uma corrente imigratória capaz de suprir as necessidades da lavoura cafeeira.

Percebe-se também neste ponto uma discordância mais ampla entre fazendeiros paulistas e o governo.

Tal divergência era tão severa que, mesmo com a criação de um órgão específico para cuidar da imigração, extinguiu-se.

Esse organismo foi a Sociedade Central de Imigração, que discutiremos a seguir.

Sociedade Central de Imigração

Contratação de colonos na Europa e pagamento de sua passagem eram itens fundamentais da imigração.

Na época em que ainda se adotava o sistema de parceria, alguns fazendeiros, como o Visconde de Indaiatuba e o Desembargador Gavião Peixoto, dirigiram-se pessoalmente à Europa e custearam o transporte dos colonos. Os problemas decorrentes desse sistema já foram mencionados.

Como já se sabia que a melhor maneira de superar esse período de transição de mão-de-obra escrava para a livre implicava na subvenção de passagens, alojamento inicial dos trabalhadores e distribuição da mão-de-obra entre as fazendas, às custas do governo, as relações com o poder central eram delicadas.

Alguns agricultores já haviam tomado providências no sentido de custear eles próprios tais necessidades, tanto que em 1871 foi fundada em São Paulo a Associação de Colonização e Imigração.

Visava a estimular a imigração espontânea e propunha-se a servir de intermediária entre o fazendeiro e os trabalhadores. Em 1884 a Associação de Colonização e Imigração recebia do governo provincial cem contos para colaborar no financiamento de passagens. O êxito da Associação e a intensificação da corrente imigratória acarretaram a fundação de outras empresas em São Paulo, na década de 80. Uma delas foi a Sociedade Promotora de Imigração, dirigida por Martinho Prado Jr., Nicolau de Souza Queiroz e Rafael de Aguiar Paes de Barros, todos fazendeiros de renome.

Apesar do apoio, inclusive monetário, que o Governo Provincial procurava dar, o sistema centralizador do Império limitava muito essa ação, e as entidades acabavam sendo mantidas principalmente pelos fazendeiros interessados, que nem sempre conseguiam reunir os recursos necessários. Era preciso que se criasse um órgão geral de promoção de imigração e que o governo central lhe destinasse verbas.

Esses anseios pareciam concretizar-se com a fundação da Sociedade Central de Imigração, em novembro de 1881, resultado direto dos esforços de Alfredo d'Escragnole Taunay a favor da imigração.

Com esta proposta, Taunay contou com a maior simpatia dos fazendeiros paulistas e chegou a receber manifestações de apreço em Campinas e Casa Branca por "pregar contra nossas ferrenhas leis de locação de serviços, exaltar a grande naturalização, bater com energia os preconceitos nativistas, apregoar a urgência indeclinável de abriremos larga e generosamente o país a todo estrangeiro que quisesse vir trabalhar conosco e concorrer com a prosperidade comum".²⁵

A aparente identidade entre os propósitos dos paulistas e os da Sociedade Central de Imigração parecia finalmente levar o governo central a colaborar na solução do problema de mão-de-obra.

A esperança, porém, não durou muito. Taunay logo demonstrou que, embora o objetivo de incentivar a imigração fosse comum, entre ele e os paulistas, os caminhos que seguiam eram diversos e até contraditórios.

A Sociedade Central de Imigração pretendia trazer os imigrantes na condição de pequenos proprietários, sem prendê-los por contrato a obrigações que nem sempre correspondiam às suas expectativas, e que tanto haviam desmoralizado o nome do país no exterior. Os paulistas, por sua vez, visavam à importação de trabalhadores para suas fazendas de café.

As duas propostas tinham efeitos bem diversos. Conforme dizia Taunay em artigo publicado pela *Gazeta de Campinas*, a diferença entre as duas posições era que "uma representa simplesmente a aquisição de braços para o trabalho, isto é, de máquinas vivas, músculos humanos valentes e adestrados que venham a colocar-se à disposição de cabeças e inteligências acostumadas a dirigir e a mandar no exercício de rigorosa tutela e a se verem obedecidas", a outra "é a atração e a identificação de todas as energias possíveis ao homem no uso de sua mais completa e expansiva liberdade".²⁶

A Sociedade Central de Imigração considerava prejudiciais aos imigrantes os contratos de locação de serviços realizados pelos paulistas.

Em 1885 dirigiu-se ao Ministro do Império Alemão, no Rio de Janeiro, denunciando que uma Associação Comercial (certamente de São Paulo) encarregada de arregimentar colonos, havia enviado a Hamburgo um agente a fim de arranjar pessoal e trabalhadores que viessem para o Brasil após firmarem, na Europa, contratos de locação de serviços conforme a Lei de 15 de março de 1879.

Esta aconselhava os alemães a se prevenir contra tal tipo de contrato, responsável por aborrecimentos anteriores. A Sociedade era de opinião, contudo, de que "os imigrantes alemães podem facilmente escolher quatro grandes províncias brasileiras: Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo a de São Paulo a única que infelizmente busca dar aplicação àquela Lei de 15 de março de 1879, que tanto mal tem feito à idéia de colonização".²⁷

A intenção de desviar colonos para outras áreas, porém, embora irritasse os paulistas, não os atingia tanto quanto a idéia da Sociedade, divulgada em 1884, de repartir as grandes propriedades agrícolas entre os imigrantes.

"Dividir as fazendas em lotes pelos imigrantes é o melhor plano, e, para facilitar a partilha e vencer a rebeldia dos proprietários, isto deveria ser feito através dos bancos, notadamente do Banco do Brasil, o qual possui também hipotecas importantes e de difícil ou quase impossível realização e liquidação, pois a terra, sem meios de cultivá-la, está dia a dia perdendo o valor."²⁸

Essa posição era totalmente antagônica às pretensões paulistas, que visavam, segundo o Visconde de Indaiatuba, a encontrar na imigração "segurança quanto à estabilidade do trabalho" e julgam "necessária a conservação da grande lavoura, único fundamento em que se estribam o crédito e a fortuna do país".²⁹

A Sociedade Central de Imigração, que de início parecia ter tudo para se transformar no órgão representativo dos interesses paulistas, tomou rumo diferente, transformando-se em mais um pretexto para novas desilusões com relação ao governo.

Sua atuação, contudo, não chegou a representar uma ameaça à imigração paulista. Os paulistas já se mostravam acostumados a contar com seus próprios meios; aliás, na Câmara dos Deputados, apesar das constantes mudanças de diretriz na política, pouco se fazia de concreto a favor da imigração.

A imigração discutida na Câmara dos Deputados

Desde o Congresso Agrícola de 1878, ficou claro que os principais problemas que afligiam a agricultura eram a falta de crédito e a necessidade de mão-de-obra.

O Ministro da Agricultura que substituiu Cansansão de Sinimbu foi Manoel Buarque de Macedo, também conhecedor dos problemas da lavoura. Poucas medidas concretas, porém, foram tomadas, e as justificativas eram quase sempre as mesmas. Mais uma vez a falta de verbas impediu que boas intenções fossem postas em prática.

Buarque de Macedo demonstrou através de discursos na Câmara dos Deputados sua preocupação com o problema da imigração. Procurou desenvolver uma política de incentivos para a imigração espontânea, sem subvenção direta; preocupou-se com a criação de hospedarias e com a aprovação de medidas como casamento civil, elegibilidade dos não católicos, facilidade na naturalização.³⁰

Os resultados, porém, foram pouco significativos. Além da hospedagem por quinze dias e o transporte da Corte para o local de locação para os que tivessem atestado dos cônsules, muito pouco o governo oferecia aos recém-chegados. Aliás era interesse do governo atrair colonos que, além de seu trabalho, tivessem recursos para suprir suas primeiras necessidades.

Buarque de Macedo apresentou ao legislativo um projeto de reforma de lei relativa a terras devolutas de 18 de setembro de 1850. Pretendia facilitar ao imigrante a aquisição de terras. Essas terras seriam medidas e demarcadas pelo governo, dando-se preferência às localizadas às margens de estradas de ferro ou outras vias de comunicação.

Seu projeto foi aprovado pela Comissão da Fazenda, Estatística e Colonização,³¹ que o considerou de grande importância para desenvolver a pequena propriedade.

Essas medidas, embora voltadas para a imigração, não visavam, como foi visto, a promover o tipo de imigração que interessava aos paulistas. A facilidade em adquirir terras e tornarem-se pequenos proprietários desviava os trabalhadores das grandes fazendas.

Mas não só foram os paulistas que se mostraram descontentes com a atuação de Buarque de Macedo. Domingos de Andrade Figueira, deputado pelo Rio de Janeiro, contrário a qualquer política de imigração, falando em nome da "minoría conservadora", criticou na Câmara dos Deputados o orçamento do Ministro da Agricultura,

por considerar "exagerada" a verba para colonização, medição de terras e transporte de imigrantes e "desnecessária" a construção de uma Hospedaria. Manifestava-se contra o incentivo à imigração em larga escala, pois a entrada de muitos estrangeiros representaria um perigo para a nossa nacionalidade".³²

A posição radical de Andrade Figueira, contudo, deve ser encarada mais como uma oposição política, pois conforme afirmaria em outra ocasião³³ não era contra a imigração, mas contra despesas desordenadas e sem planejamento. Afinal sua condição de representante da minoria conservadora o obrigava a oposição onde houvesse brecha para fazê-la.

Exacerbadas que foram as discussões sobre imigração, a preocupação com a substituição de braços para lavoura passaria a constituir tema constante nos debates da Câmara dos Deputados, principalmente a partir de 1883.

O tipo de auxílio, porém, variava conforme programa do Ministério, o que colaborava para prolongar a discussão e adiar a adoção de medidas concretas. Carneiro da Rocha, Ministro da Agricultura em 1883, liberou o pagamento de passagens a imigrantes chamados por parentes já aqui estabelecidos. Isso provocou a formação de listas com milhares de nomes de candidatos, tornando difícil a seleção.

Seu sucessor, José Ferreira de Moura, foi obrigado a suspender tal auxílio, pois às despesas de passagem juntavam-se às de estadia e colocação, elevando o total a uma quantia difícil de prever. O governo alegava não ter condições de aprovar verbas ilimitadas para incentivar um sistema de imigração que além de tudo não era dos mais satisfatórios. Muitos trabalhadores, chegando sem contrato, embora transportados pelo governo brasileiro, acabavam fugindo para o Prata.

A atitude de Ferreira de Moura naturalmente provocou protestos na Câmara dos Deputados, como o de Manoel Antônio Duarte de Azevedo. Este trazia o velho argumento da necessidade de substituir o escravo pelo imigrante estrangeiro; com a abolição já aceita como inevitável, a idéia de que o escravo liberto não seria o futuro trabalhador livre era apregoada. A falta de mão-de-obra, podendo tornar a situação financeira desesperadora, constituía seu argumento para defender os gastos com a imigração.

Duarte de Azevedo criticava ainda a suspensão repentina das passagens, quando vários trabalhadores europeus já haviam vendido

seus bens, preparando-se para emigrar. Essa atitude do Ministro, além de tudo, era considerada nociva para a imagem do Brasil na Europa.³⁴

A situação alcançou um relativo equilíbrio com a nomeação do deputado paulista Antônio da Silva Prado para Ministro da Agricultura, em 1885. Essa situação, favorável ao incentivo à imigração, mas sem atitudes precipitadas, retornou à questão de demarcação de terras públicas, apresentando projeto de concessão e venda de terras devolutas, pois acreditava na importância do imigrante se estabelecer como pequeno proprietário.³⁵

Aparentemente contrário aos interesses paulistas, recebeu o apoio de outros parlamentares, como Rodrigues Alves, que destacou o fato do projeto do Ministro da Agricultura procurar desenvolver a pequena propriedade sem acabar com a grande.³⁶ As críticas que recebeu foram pelo preço elevado que se estava pretendendo cobrar pelas terras, considerando-se suficiente recuperar o que se havia gasto com as medições.

O deputado Henrique Sales, um de seus opositores, não concordava com a proposta do Ministro de criar uma repartição para venda de terras. Parecia-lhe que os Presidentes de Província poderiam fazê-lo, numa atitude menos centralizadora. A naturalização de todo imigrante que se tornasse proprietário parecia-lhe também condição indispensável.³⁷

A crítica a medidas centralizadoras era constante nos deputados paulistas. Jaguaribe Filho, falando como "fazendeiro paulista", criticou a uniformização de contratos de trabalho num país de "diversidade de cultura, clima, hábitos de trabalho e produção". Uma lei geral parecia-lhe um grande empecilho à imigração. As assembleias provinciais, em contato mais direto com as necessidades locais, teriam condições de elaborar legislações mais adequadas.³⁸

O problema da mão-de-obra afetava os fazendeiros em geral. A ameaça da abolição pairava sobre todos, inclusive sobre os paulistas, pois o Oeste Paulista, embora tenha sido precursor na utilização de trabalhadores livres, contava ainda com escravos entre sua força de trabalho.

A presença do escravo em São Paulo

Apesar dos esforços para aumentar o número de imigrantes, São Paulo ainda contava com quantidade de escravos em suas lavouras de café.

A prof.^a Emília Viotti assim se referiu ao número ainda elevado de escravos de São Paulo em 1882 "... os distritos paulistas onde há maior concentração de escravos, Bananal, Campinas, tinham, respectivamente, 7.168 e 15.656", contra cerca de 25.000 na área fluminense.³⁹

A partir de 1870, quando medidas contra o tráfico interprovincial começaram a ser tomadas, o preço do escravo subiu desmesuradamente, tanto que essas medidas contavam com a simpatia dos partidários do trabalho livre. Acreditavam que a facilidade de escravos era um empecilho aos seus propósitos.

A Assembléia Provincial, sob a pressão desses partidários da imigração, realizou várias tentativas de taxar impostos para escravos vindos de outras províncias: em 1871, 1874, 1878.

Alguns fazendeiros paulistas ainda apegados ao trabalho escravo, por sua vez, reagiam de todos os meios, recorrendo inclusive ao Clube da Lavoura, para impedir a aprovação dessas medidas. Mas, em 1879, o Clube da Lavoura de Campinas apresentou uma representação, encaminhada à comissão de justiça criminal da Câmara dos Deputados, pedindo a adoção de medidas punitivas relativas ao furto do café, algodão e açúcar praticados por escravos.⁴⁰

Nesse mesmo ano outra representação foi encaminhada à Câmara dos Deputados pedindo a modificação da legislação que estabelecia pena para os crimes praticados por escravos, que, com a lei vigente, terminavam nas prisões, escapando quase sempre à pena de morte.⁴¹

Temor de revoltas e o crescimento do movimento abolicionista fortaleceram a posição dos fazendeiros favoráveis à substituição do escravo pelo imigrante.

A 23 de janeiro de 1881 foi decretada uma lei provincial que taxava em dois contos cada escravo que entrasse em São Paulo. Em 1884 os efeitos dessa lei já se faziam sentir na região. "Orçava a quatro ou cinco mil o número de escravos que anualmente as províncias do norte do Império mandavam para a lavoura de São Paulo... Os comboios desfilavam em nossas ruas e praças, pondo em amostra a qualidade da mercadoria, e de toda parte vinham aqui os agricultores fazer sua provisão de braços... Agora, sob o influxo benéfico daquela lei regeneradora e humanitária, em vez de escravos, a província já recebe por ano mais de cinco mil trabalhadores com que o mundo civilizado vai enriquecendo nossas indústrias e enchendo os claros em que a liberdade ou morte abre no cito aos cativos."⁴²

A entrada de imigrantes intensificou-se a partir de 1886, sendo beneficiadas principalmente as zonas novas de produção; nas demais, a presença escrava era ainda grande, mesmo na região oeste onde o pioneirismo de Indaiatuba tanto fazia pela imigração e trabalho livre.

A facilidade de obtenção de mão-de-obra livre, contudo, criou maior predisposição a favor das medidas de emancipação. A confiança crescente no trabalho livre e a certeza de que o escravo não era mais indispensável favorecia cada vez mais a abolição.

Os republicanos, defensores da liberdade em todas as suas manifestações, lideravam a campanha abolicionista e encontravam na maioria dos fazendeiros, já preparados para enfrentá-la, uma boa receptividade. Alguns impacientavam-se com a demora do governo em tomar uma decisão e optavam pela iniciativa particular.

Em 1887, a *Gazeta de Campinas* noticiou uma reunião em Araras, onde os agricultores fixaram um prazo (31 de dezembro de 1889) para libertação dos escravos daquele município.⁴³ O mesmo aconteceu nas comarcas de Casa Branca e Mococa, onde prazos também foram fixados.

Nesse mesmo ano efetuou-se na capital uma reunião de "lavradores e capitalistas ali residentes, convocada pelos srs. Conselheiro Leôncio de Carvalho e Rafael de Barros, com o fim de constituir-se uma Sociedade que promovesse a emancipação dos escravos existentes na província, dentro do mais breve prazo possível, sem desorganização do trabalho agrícola."⁴⁴

Havia fazendeiros, contudo, que ainda temiam os efeitos que a quebra dos vínculos criados pela escravidão pudessem ocasionar. Receavam a desorganização social e econômica que poderia decorrer da "redução da autoridade do senhor, pela depressão do direito senhorial, negado pela propaganda abolicionista, desobedecido pelo próprio escravizado... trata-se ou deve-se tratar da salvação da ordem pública"⁴⁵

Sob a máscara do paternalismo, a exercer proteção através da autoridade senhorial, escondia-se o receio da desagregação de suas propriedades, em conseqüência da "desagregação da ordem pública".

A existência desses senhores prova que, embora não fossem a maioria, não cabe a generalização de que todos os fazendeiros paulistas fossem abolicionistas e adeptos da imigração.

A questão da mão-de-obra, contudo, deu margem a muito descontentamento. A falta de auxílio do governo para arremeter trabalhadores na Europa, financiar passagens, alojamento e distribuição

dos colonos eram os grandes focos de descontentamentos. Além disso o governo incentivava a política de implantação da pequena propriedade e de núcleos coloniais que lhes era adversa.

Medidas estabelecidas pelo governo, como a lei de locação de serviços, em nada ajudavam e contribuíam apenas para acentuar o desejo de autonomia, que permitiria criar uma legislação adequada aos interesses locais.

A certeza da produtividade do trabalho livre e a possibilidade mais imediata de suprir o vazio da abolição criava aspirações antagônicas entre São Paulo e outras regiões do país, como o Vale do Paraíba.

A indecisão do governo era criticada em eloqüente editorial da *Gazeta de Campinas*. Sua atitude de "dúvidas e incertezas geradas por um poder público que oscila hesitante, criminosamente emperado ou irresoluto entre os interesses que contrastam e as aspirações que se chocam... Mas, uma vez que o verdadeiro aspecto de nossa sociedade é esse, não há para os paulistas outro alvitre senão o de apelar resolutamente para a sua energia e para a sua já tão experimentada coragem nas iniciativas, e dominar por si, sem interferências malélicas e por demais tardias dos governantes, as dificuldades de uma crise que mais se agrava quanto mais se prolonga".⁴⁶

A questão da mão-de-obra praticamente rompeu o já fraco relacionamento da lavoura paulista com o governo imperial.

NOTAS

1. T. Davatz. *Memórias de um colono no Brasil*.
2. Visconde de Indaiatuba. "Memorandum". *Monografia Histórica de Campinas*.
3. Visconde de Indaiatuba. "Memorandum". *Monografia Histórica do Município de Campinas*.
4. *Gazeta de Campinas*. 24.12.1878.
5. A polêmica se desenrolou através das páginas da *Gazeta de Campinas*, em 1870.
6. *Gazeta de Campinas*. 12.5.1870, p. 1.
7. *Gazeta de Campinas*. 6.10.1870, p. 1.
8. Caiubi. "Considerações gerais sobre a lavoura e o comércio". *Gazeta de Campinas*. 29.1.1874, p. 1.
9. Visconde de Indaiatuba. "Colonização". *Gazeta de Campinas*. 24.11.1870, p. 1.
10. A. C. Salles. "Colonização". *Gazeta de Campinas*. 24.5.1874, p. 1.
11. Idem, *ibidem*.
12. Idem, *ibidem*.
13. Idem, *ibidem*.

14. *Gazeta de Campinas*. 17.6.1870, p. 1.
 15. "O Rocieiro". *Gazeta de Campinas*. 31.3.1870, p. 1.
 16. "A emigração chinesa". *Gazeta de Campinas*. 31.8.1879, p. 1.
 17. Martim Francisco de Andrada e Silva. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 4, sessão de 4.9.1879.
 18. Sampaio Ferraz. *Gazeta de Campinas*. 8.2.1880, p. 1.
 19. Sampaio Ferraz. *Gazeta de Campinas*. 21.2.1880, pp. 1/2.
 20. *Gazeta de Campinas*. 15.6.1884, p. 1.
 21. Visconde de Indaiatuba. *Gazeta de Campinas*. 20.3.1884, p. 1.
 22. Visconde de Indaiatuba. *Gazeta de Campinas*. 20.5.1884, p. 1.
 23. *Gazeta de Campinas*. 11.6.1884, p. 1.
 24. *Gazeta de Campinas*. 11.6.1884, p. 1.
 25. *Gazeta de Campinas*. 26.8.1884, p. 1.
 26. A. E. Taunay. "Sociedade Central de Imigração". *Gazeta de Campinas*. 21.3.1884, p. 1.
 27. "Questão de imigração". *Gazeta de Campinas*. 21.2.1885, p. 1.
 28. A. E. Taunay. "Sociedade Central de Imigração". *Gazeta de Campinas*. 28.3.1884, p. 1.
 29. Visconde de Indaiatuba. *Gazeta de Campinas*. 20.5.1884, p. 1.
 30. M. B. de Macedo. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 4/107, sessão de 3.8.1880.
 31. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 5/17, sessão de 24.9.1880.
 32. Domingos de Andrade Figueira. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 3/235, 1882, sessão de 17.7.
 33. Idem, 1885, v. 1/258, sessão de 15.6.
 34. M. A. de Azevedo. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 1/9, 1885, sessão de 1.6.
 35. Antônio da Silva Prado. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 2/621, 1886, sessão de 2.8.
 36. Rodrigues Alves. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 5, 1886, sessão de 24.9.
 37. Henrique de Magalhães Sales. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 5/259, 1886, sessão de 20.9.
 38. F. Jaguaribe. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 4/255, 1886, sessão de 20.8.
 39. Emília Viotti da Costa, ob. cit., p. 149.
 40. "Clube da Lavoura de Campinas, representação". *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 1/253, sessão de 3.1.1879.
 41. Idem, v. 2/444, sessão de 11.2.1879.
 42. "Os efeitos de uma lei". *Gazeta de Campinas*. 12.2.1884, p. 1.
 43. "Reunião de lavradores". *Gazeta de Campinas*. 5.7.1887, p. 1.
 44. "Elemento servil". *Gazeta de Campinas*. 15.12.1887, p. 1.
 45. "O momento atual". *Gazeta de Campinas*. 27.9.1887, p. 1.
 46. "A libertação da província". *Gazeta de Campinas*. 10.11.1887, p. 1.

A lavoura e o governo

O relacionamento entre os agricultores paulistas e o governo, no final do Império, foi marcado pela insatisfação com que os fazendeiros recebiam as ações governamentais, pouco receptivas às suas causas.

O meio mais direto de que dispunham para atenuar essa situação seria através da atuação de representantes na Câmara dos Deputados.

Até meados de 1880, contudo, os deputados paulistas, com raras exceções, não conseguiram corresponder às expectativas dos fazendeiros. Poucas vezes se identificavam com suas causas.

Francisco Glicério, em artigo da *Gazeta de Campinas*, denunciou essa falta de representatividade da bancada paulista:

"Mas, também, quem é que nos representa, os nossos deputados? Esses, mal lhes chega tempo para os arranjos políticos e as mais das vezes nem conhecem seus eleitores, lavradores em sua maioria."¹

Essa situação levava à apresentação de um baixo número de projetos favoráveis à agricultura e à reduzida participação em discussões que poderiam originar legislação de medidas convenientes a São Paulo.

Essa deficiência de deputados contribuiu para distanciar ainda mais o interesse do governo central dos problemas agrícolas paulistas.

Tal atitude era interpretada como ingratidão, tanto que argumentava Caiubi pela imprensa: "O país que goza das vantagens da prosperidade da lavoura, que só tem riqueza quando a lavoura prospera, que sofre quando ela definha, deve fazer alguma coisa por seu bem-estar".²

Até mesmo a tramitação legislativa desanimava os representantes de São Paulo, pois um sentimento de desânimo e revolta era sufi-

ciente para arrefecê-los, desconfiados que eram do excesso de regras e normas aparentemente destinadas a adiar a solução de problemas.

Um artigo de Francisco Quirino dos Santos, na *Gazeta de Campinas*, em 1875, ilustra bem esse sentimento de frustração antecipada dos paulistas em relação a tais iniciativas:

"Vem de ser lido na Câmara dos Deputados, à Assembléa Geral, um projeto de lei tendente a fornecer auxílio à lavoura do país.

"Entretanto, o projeto em questão, além de não satisfazer às verdadeiras necessidades do momento, nada promete de pronto, porque indubitavelmente não haverá tempo de se lhe encarrear discussão oportuna, visto que as Câmaras estão a se fechar...

"Dentro em pouco tempo novo ministério, novas idéias, e aí fica para o arquivo o inútil papelório de véspera..."³

Por outro lado, dado o mecanismo parlamentar, críticas também se faziam ao despreparo destes representantes de São Paulo, região em rápida ascensão econômica, sem tempo suficiente para formar quadro político apto, a nível nacional, para defender interesses locais.

O primeiro grupo de intelectuais com condições de exercer efetiva representatividade política encontrava-se ainda em fase de preparação, atuando principalmente a nível local e veiculando suas aspirações e críticas sobretudo nas páginas da *Gazeta de Campinas*.

Faltava, assim, um canal efetivo junto ao governo central para as reivindicações paulistas.

Governo e problemas da agricultura paulista

Parecia aos paulistas haver falta de respostas satisfatórias do governo em relação aos principais problemas que afetavam a economia cafeeira: transporte, crédito e mão-de-obra.

Já que a solução para algumas dessas dificuldades foi encontrada mais das vezes através de recursos próprios, sem o apoio do governo, cada solução, a nível local, trazia mais insatisfação e provocava maior decepção com o regime monárquico.

Ainda mais, a autoconfiança e o espírito de livre-iniciativa desses fazendeiros fazia com que os órgãos públicos lhes parecessem cada vez mais instituições ineficientes que nada ofereciam e ainda cobravam impostos.

A construção de estradas de ferro, com capitais próprios, foi um exemplo característico. Concluída a maior parte da rede ferroviária, o sentimento de auto-afirmação mesclava-se à revolta contra a falta de participação do governo até mesmo da província:

"De que servem as cinco centenas de contos que estão afeitos nos cofres da Província? Se querem que as estradas se façam às custas de particulares, acabem de uma vez com os impostos e deixem a cada um viver como puder."⁴

A comprovação de poderem construir suas próprias ferrovias acentuava-lhes o orgulho e aumentava as expectativas com relação ao futuro da Província:

"Para acorrer às necessidades de sua lavoura que promete riquezas invejáveis, os paulistas se convenceram de que careciam de boas estradas que facilitassem o transporte do produto do trabalho agrícola. Associaram seus capitais, formaram companhias e puseram mãos à obra.

"O fato memorável, entre nós, da incorporação da Companhia Campineira e Ituana, com capitais próprios, sem recursos às praças estrangeiras, nem mesmo às outras do país, prova que a província de São Paulo há de, em breve, pesar muito na balança política do Império..."⁵

A influência política a que aspiravam, embora fosse decorrência natural de sua importância econômica, custava a se concretizar. A centralização contribuía para acentuar a certeza de que, enquanto vigorasse o regime imperial, os paulistas não teriam meios de desempenhar o que consideravam um direito, ou seja, maior influência nos destinos do país.

Afinal, embora dispusessem dos recursos necessários, até mesmo para construir suas estradas de ferro dependiam da concessão do governo central, o que irritava os empresários e os estimulava a pleitear maior autonomia.

E assim escreve José Vergueiro, o "Roceiro":

"O governo central impôs-se à lavoura como tutor e herdeiro forçado e tem-na tratado como não a trataria um padrasto. Esquece-se o muito que lhe deve e por seus atos tem acarretado ao lavrador grandes males..."

"O cidadão que quer promover o desenvolvimento de seu município e sua província tem que recorrer ao governo central, que se reservou o direito de julgar, em última instância da justiça, a conveniência da pretensão, concedendo ou negando seu beneplácito.

"O cidadão tem que se sujeitar aos caprichos de um ministro, há de depender de um grande número de empregados públicos, deve munir-se de empenhos... é uma vergonha... é preciso quebrar essas cadeias..."⁶

A atuação do governo na questão do crédito e mão-de-obra veio reforçar esse descontentamento.

Havia grande oposição na Câmara dos Deputados quanto a prestar um auxílio direto à agricultura, e por isso vacilava o governo, não se decidindo sobre que atitude tomar. Parlamentares que apoiavam esse descompromisso do governo para com a lavoura eram criticados pela *Gazeta de Campinas*.

Tal é o caso de Lourenço Cavalcanti de Albuquerque. Esse deputado representava a facção do governo, então em maioria (1879), contrária à concessão de crédito direto à agricultura; propunham auxílio através da construção de estradas, melhoria da navegação fluvial, e outras medidas indiretas. Compartilhavam da mesma opinião outros deputados como Gaspar da Silveira Martins e Francisco Prisco de Souza Paraíso.

A preocupação dos paulistas não se resumia na concessão do crédito: sua principal reivindicação dizia respeito à modificação da adjudicação forçada das dívidas, em caso de execução judicial.

Foi apresentado projeto nesse sentido em 1882, assinado pelos deputados Leandro Ratisbona, Pereira da Silva e Fernandes de Oliveira. Embora satisfeitos, os paulistas estranharam que tão importante projeto não contasse com a assinatura de nenhum de seus representantes.

Comentou a *Gazeta de Campinas*:

"Se há aí alguma coisa a estranhar-se será por certo a ausência absoluta de algum nome que representasse essa classe muitíssimo numerosa, principalmente nos períodos eleitorais, dos intitulados advogados da lavoura. Nem um só, e, todavia, eles são tantos."⁷

Apesar do otimismo despertado pelo projeto, não conseguiu o sucesso desejado. Um dos deputados paulistas, tentando se justificar, atribuiria a culpa ao governo:

"Aqui está este projeto que traduz uma medida de incontestável utilidade para a lavoura. Todos reconhecem a sua urgência e, no entanto, não há esforços que consigam colocá-lo na ordem do dia para entrar em discussão, porque o direito de iniciativa do deputado não passa de uma bela mentira, e o governo, que é quem dirige os trabalhos da Câmara, não mandou ainda que o projeto entrasse na ordem dos trabalhos."⁸

Esse deputado, que não assinou seu nome, comentou ainda que "nada havia a esperar de sério e circunspecto do corpo legislativo do país, porque ali parecia pouco o tempo para os negócios da política,

mas da mesquinha política dos arranjos e das conveniências partidárias".⁹

Assim, a política tomaria o rumo fixado pelo Executivo, e embora os Presidentes do Conselho fossem, muitas vezes, proprietários de terra, não representavam os mesmos interesses dos paulistas, mesmo porque não eram cafeicultores do Oeste Paulista.

Esse fato não passou despercebido pela *Gazeta de Campinas*, que atacou a falta de realizações do ano legislativo de 1882:

"A atual sessão legislativa aproxima-se de seu termo, os deputados entregues à mais criminosa vadiagem desertam de seus postos; por este motivo esta medida e outras de real utilidade prática deixarão de ser discutidas, e por último se dirá — não faltou boa vontade, mas também não houve tempo.

"E, no entanto, registremos a circunstância, o atual gabinete é o único da situação liberal que não teve por presidente do conselho um abastado fazendeiro."¹⁰

O insucesso das medidas creditícias não pode, porém, ser atribuído só à falta de interesse dos Presidentes do Conselho, ou à falta de representatividade dos deputados paulistas. Quando projetos como o do Barão Homem de Melo, de modificação das garantias do crédito, mais identificado às aspirações da agricultura, ou manifestações como as do Clube da Lavoura de Campinas, à Câmara dos Deputados, em 1880, eram apresentados, o resultado era o mesmo. Ficava claro para os paulistas que o problema era mais profundo; não se tratava só de falta de meios de fazer chegar ao governo suas pretensões, mas de todo um ambiente desfavorável e de pouca receptividade.

O problema da mão-de-obra, tão discutido na Câmara dos Deputados, veio enfatizar a posição de desequilíbrio em que já se encontrava o Oeste Paulista com relação às outras regiões agrícolas do país.

A abolição foi o grande tema dos últimos anos do Império; a substituição do trabalho escravo, a indenização aos proprietários, a aprovação de medidas abolicionistas graduais, agitavam e dividiam a Câmara dos Deputados.

Preocupados com esses problemas, há muito os paulistas haviam se antecedido na tentativa de soluções, e vinham reivindicando o apoio governamental para incentivar a imigração.

Campos Sales foi um dos que mais se empenhou nesse sentido, criticando constantemente as falhas do governo. Tanto assim que, em 1870, protestou contra o fato do Ministério da Agricultura atribuir somente 500:000\$000 para auxílio à colonização e imigração, quando,

para festejar a vitória da Guerra do Paraguai "das rendas de vinte províncias usurpou o Ministério da Guerra a soma avultuada de 200.000\$000".¹¹

Em 1874 mais uma vez denunciava o pouco caso com que a Coroa tratava o problema da imigração: "A fala do Trono não consagrou sequer uma palavra ao importantíssimo assunto da colonização".¹²

Com o desenrolar do processo abolicionista a imigração acabou por ser valorizada, e o governo se conscientizou da importância de seu auxílio. A partir de 1880 são propostas a construção de hospedarias, transporte para as províncias, medição e venda de terras devolutas a baixo preço.

A ajuda que o governo pretendia oferecer, contudo, não coincidia com a intenção dos fazendeiros paulistas. O governo, como aqui já foi mencionado, principalmente através da Sociedade Central de Imigração, pretendia a criação de núcleos coloniais e a distribuição e venda de terras públicas, desejando transformar os imigrantes em pequenos proprietários. Os paulistas queriam obter mão-de-obra para cultivar seus cafezais e preservar suas propriedades.

Quando as leis abolicionistas entraram em discussão, os fazendeiros paulistas, mesmo os mais conservadores, criticaram as posições radicais assumidas por alguns parlamentares, a exemplo do leitor que também assinava "O Lavrador":

"Se é impossível decretar a abolição imediata da escravatura, porque essa medida traria a ruína da lavoura e do orçamento nacional, desorganizando o serviço público e perturbando as relações econômicas entre o Brasil e seus credores nacionais e estrangeiros, também é impossível resistir intransigentemente à invasão do abolicionismo, que se apresenta cheio de força na arena do combate...

"Homens que foram escolhidos e eleitos pelo povo como os iluminadores do corpo social, como diretores do espírito público... portaram-se no Parlamento como fanáticos muçulmanos, estranhos ao ensinamento da história, rebeldes, repelindo, com triste e incurável cegueira, idéias moderadas e pela maior parte aceitáveis, partindo agora não de abolicionistas desordeiros, porém do governo constituído..."¹³

Fazendeiros paulistas, mesmo conservadores, faziam questão de esclarecer que aceitavam as propostas gradativas de abolição e de diferenciar sua posição da dos agricultores do Vale Paraibano.

"Que os representantes fanáticos do Vale do Paraíba se levantem como um só homem, combatendo o modesto projeto do governo, vendo nele a ruína dos seus constituintes, é triste, porém perdoável, porque representam distritos atrasados, arruinados, sem futuro para a colonização..."¹⁴

Nesse período que precedeu a abolição, os representantes paulistas, na Câmara dos Deputados, sem assumirem uma posição definida, conseguiram desagradar tanto aos fazendeiros mais conservadores quanto aos mais progressistas.

Analisando a posição de parlamentares como o Conselheiro Manuel Antônio de Azevedo, João Mendes de Almeida, Bernardo Avelino, Gavião Peixoto, Martim Francisco, Ribeiro de Andrade, os fazendeiros conservadores concluíam que estavam todos, de uma forma ou de outra, comprometidos com a causa da abolição:

"Com quem poderemos contar?" perguntava o "Lavrador" através da *Gazeta de Campinas*. "Com o sr. Antônio Prado, o distinto e prestigioso chefe da União Conservadora? Não. Esse cidadão já encheu as suas fazendas de colonos excelentes e não conta mais com os escravos para o dia de amanhã."¹⁵

Já os proprietários que haviam iniciado a colonização e, portanto, eram favoráveis à abolição, também não estavam satisfeitos com a atuação dos deputados. Criticavam principalmente sua passividade, não contribuindo para acelerar o processo abolicionista. E mais uma vez sentiam que deviam contar consigo mesmos:

"Procuremos nós a solução que se nos afigura mais favorável; ainda que corramos atrás das sombras protetoras dos chefes conservadores que nos procuram enganar, não há solução para os nossos interesses estacionários.

"Precisamos marchar. Marchemos antes que as rodas do carro da abolição nos esmaguem os pés cansados e feridos pela travessia longa e escura do cativo."¹⁶

A falta de definição do governo central, a autoconfiança que os paulistas adquiriram em si próprios, as constantes decepções, a consciência de merecer um papel de maior destaque no quadro político nacional, minaram por completo sua confiança no regime monárquico.

Autonomia e atuação política efetiva só pareciam possíveis através de uma mudança radical no regime político.

Não foi por acaso, portanto, que as idéias republicanas encontrassem fácil repercussão no Oeste Paulista.

Mas o descontentamento não foi uma constante nessas últimas décadas do Império. Houve momentos em que se acendeu a esperança de que a situação se modificaria, como após o Congresso Agrícola de 1878 e, já no final do período, com a eleição dos deputados republicanos paulistas.

Breves momentos de esperança para a agricultura paulista

A convocação dos fazendeiros do país para um Congresso Agrícola, em 1878, pelo Presidente do Conselho e Ministro da Agricultura, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, despertou a esperança de que a atenção do governo se voltaria para os problemas da lavoura e de que, finalmente, a agricultura teria sua importância reconhecida dentro do quadro econômico nacional.

A intenção do governo parecia das melhores, a julgar pelo discurso de abertura do conclave, feito por Sinimbu:

"Profundamente convencido de que as mais benéficas intenções do governo não podem ser eficazmente realizadas sem o concurso das classes a quem esses intuitos mais interessam, promovi esta reunião para estabelecer um nexo entre a grande lavoura, que se sente ameaçada, e o governo que sinceramente quer auxiliá-la. . .

"E se desta reunião, que afrontando nossos hábitos ousei provocar, outro resultado se não possa colher, ao menos ficará como protesto que fazemos contra a imprevidência de que possamos nos acusar de não termos a tempo tentado salvaguardar a sorte da grande lavoura, e com ela os grandes interesses que lhe são conexos." ¹⁷

A iniciativa do Ministro da Agricultura recebeu imediata resposta dos lavradores paulistas, que através do Clube da Lavoura de Campinas organizaram uma representação composta de profundos conhecedores dos problemas regionais.

Uma vez no Rio de Janeiro, reuniram-se em casa do Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira e organizaram uma comissão que, além do Conselheiro, contava com Campos Sales e Moreira de Barros e tinha por função apresentar e defender, perante o Congresso, as respostas dos lavradores paulistas.

O trabalho realizado pelo grupo mereceu elogios do *Diário do Rio de Janeiro*:

"O parecer do Clube da Lavoura da cidade de Campinas honra a quem o elaborou e garante a essa terra industriosa e progressista um papel conspícuo nos trabalhos do Congresso. . . As suas considerações

foram quase sempre baseadas em fatos, e pareceram-nos reais as causas que apontou para a situação atual da nossa indústria agrícola." ¹⁸

Os pontos básicos destacados pelos paulistas foram a necessidade de se atrair para o país uma corrente imigratória que já prestasse os serviços que mais tarde seriam utilizados em larga escala. A substituição do escravo pelo imigrante foi uma das necessidades apontadas pela comissão de São Paulo, desde que o trabalhador nacional não era considerado suficiente para fazer frente às demandas futuras.

Américo Brasiliense, um dos representantes paulistas no Congresso Agrícola e colaborador da *Gazeta de Campinas*, destacou o prejuízo que acarretava a falta de segurança do credor para a concessão de crédito agrícola. Esse foi o ponto fundamental pelo qual se debateram os paulistas. ¹⁹

Ao término do Congresso Agrícola, em julho de 1878, os paulistas mostravam-se satisfeitos com a própria atuação e com os resultados alcançados:

"O Congresso Agrícola teve, em suma, o salutar predicado de despertar uma tal ou qual atividade de opiniões que podem servir para esclarecer os nossos estadistas no dever que lhes ocorre de promoverem todo o melhoramento possível para a lavoura." ²⁰

O otimismo foi reforçado pela visita que o Ministro da Agricultura realizou em setembro à província de São Paulo, conhecendo os estabelecimentos agrícolas.

Campos Sales enalteceu essa atitude de "desusada coragem" manifestada através de dois atos consecutivos, dentro de tão curto prazo, a favor da grande lavoura:

"... Essa conduta excepcional vai concorrendo sempre para que cada vez mais se levante em torno de si a expectativa já enorme daqueles que de há muito sentem-se fatigados de levar seus justos reclamos ao conhecimento dos poderes públicos, sem que, todavia, tenham conseguido até hoje ver satisfeita a menor de suas necessidades." ²¹

Apesar das boas intenções do sr. Cansansão de Sinimbu, a situação da lavoura nos próximos anos não correspondeu às expectativas que se delineavam naquele momento.

Campos Sales mais uma vez acertara ao afirmar que "... no jogo das instituições não basta se conhecer a boa vontade do ministro para ter-se adquirido a tranqüilizadora segurança de um futuro promissor". ²²

A substituição do Ministro Sinimbu frustrou as esperanças dos agricultores, que não abandonaram, contudo, suas reivindicações. Apesar de pouca identificação com a maioria de seus representantes, levavam suas pretensões à Câmara dos Deputados, sem conseguirem aprová-las.

Entre os deputados paulistas que tentaram fazer valer seus interesses estavam: Barão Homem de Melo, Domingos José Nogueira, Jaguaribe Filho, Antônio da Silva Prado e representantes do Clube da Lavoura de Campinas, que apresentaram o ponto de vista dos associados à Câmara dos Deputados.

Os insucessos junto ao governo levaram os paulistas a uma aproximação cada vez maior com o Partido Republicano. A confirmação da inflexibilidade do regime se fazia sentir dia-a-dia. Os jornalistas da *Gazeta de Campinas* e demais porta-vozes da lavoura do Oeste, entre eles vários membros do Clube da Lavoura, sentiam a crise do Império e sua incapacidade em se ajustar às novas necessidades.

A eleição de deputados republicanos paulistas para a Câmara dos Deputados, em 1885, entre eles o combativo Campos Sales, representou finalmente um momento de perfeita identidade entre a lavoura cafeeira e seus representantes.

O fato de terem sido eleitos pelo partido republicano é significativo, pois representava já um claro posicionamento assumido por fazendeiros paulistas.

A presença de Campos Sales na bancada paulista fazia surgir novas esperanças para São Paulo. O ex-jornalista da *Gazeta de Campinas*, que sempre defendera as pretensões dos agricultores, teria finalmente a oportunidade de ampliar sua participação do âmbito local para o nacional.

Bem por isso, sua eleição foi enaltecida pela *Gazeta de Campinas*:

"Os ilustres cidadãos, os preclaros paulistas, que receberam os sufrágios dos seus concidadãos da grande lavoura do Oeste de São Paulo, são dignos de todo o respeito e merecedores de toda estima pelas nobres qualidades e notável inteligência que possuem.

"... Elegendo dois cidadãos ilustrados como Campos Sales e Prudente de Moraes, dispostos a transigir com as exigências reformadoras, com as forças dinâmicas da sociedade, o Oeste de São Paulo honrou aos dois distintos paulistas, porém honrou a si mesmo, dando

prova eloqüente de que está preparado para o regime do progresso em suas múltiplas formas."²³

Ao assumir o cargo, Campos Sales deixou claro: "Na circunscrição que represento a maioria, senão quase a totalidade dos eleitores, tem seus interesses vinculados à lavoura; julgo-me autorizado a dizer que represento o voto dos proprietários".²⁴

E como representante dos proprietários e do "partido da democracia pura", em minoria na Câmara, sentia-se à vontade "sem motivos prévios, fixos ou permanentes que determinem e assinalem um motivo de preferência na escolha entre um e outro lado dos que apóiam a monarquia".²⁵

O descompromisso para com os dois partidos imperiais, deixado bem claro, dava-lhe liberdade para defender as posições que fossem mais convenientes aos interesses paulistas.

Assim, propostas governamentais, como a abolição dos sexagenários, receberam franca adesão dos republicanos, pelo fato de coincidirem com as aspirações da maioria de sua província.

Em sua coerência política, a abolição foi um dos pontos básicos defendido por Campos Sales na Câmara dos Deputados. Republicano, via na liberdade a solução para os problemas sociais, políticos e econômicos, e seria de esperar-se seu apoio à libertação dos cativos.

O deputado Campos Sales não esqueceu os temas defendidos pelo jornalista, entre eles a implantação do casamento civil e a grande naturalização.

Tentou colocar o projeto sobre o casamento civil na ordem do dia e realizou vários discursos acentuando a importância de tais medidas para a imigração.

Dirigiu interpelação ao Sr. Escragnole Taunay, a fim de esclarecer as verdadeiras intenções da Sociedade Central de Imigração, e lutou pela facilidade à naturalização, em favor da imigração.

A *Gazeta de Campinas* acompanhava com interesse o trabalho de seus representantes, e assim se referiu à dificuldade de aprovação do casamento civil:

"É que o nosso parlamento que aprova, que discute que fala, que vai ao ridículo numa questão qualquer de significância irrisória, não tem tempo de tratar daquilo que pode fazer de uma nacionalidade raquítica uma nacionalidade pujante e sã."²⁶

Campos Sales, em sua tentativa de modificação da Constituição, não se atinha só ao § 4.º referente à naturalização, ia mais longe e

pretendia alterar a própria Carta Constitucional "que nos foi outorgada e não representa sequer a vontade do país".²⁷

O principal problema da Constituição, para esse deputado, dizia respeito às atribuições do Poder Moderador, considerado um poder despótico:

"Essa carta diz que o Poder Moderador tem o direito de nomear e demitir livremente ministros, dissolver a Câmara... o juiz da conveniência é o próprio moderador.

"O Poder Moderador tem em suas mãos poder bastante para, sem se preocupar com a vontade nacional, sem temer a ação dos partidos por ela enfraquecidos, mudar as situações ou criá-las discricionariamente quando e como lhe aprouver."²⁸

Sua atuação, embora coerente com o partido e interesses que representava, defendia posições radicais, geralmente contrárias aos princípios monárquicos e, como não podia deixar de ser, sofria pressões na Câmara dos Deputados. Ao pedir a palavra para proferir um discurso relativo à mudança de situação (ataque ao Poder Moderador) não conseguiu falar; na sessão seguinte houve nova tentativa de impedimento, e com muito custo conseguiu fazer seu pronunciamento.

O republicano paulista, Prudente de Moraes, também teve uma atuação coerente com as idéias de seu partido. Ao assumir sua cadeira deixou bem claro que sua posição era "sem linhas de afinidade nem pontos de contato com os dois partidos monárquicos, pois procuro a transformação do sistema, a oposição radical".²⁹

A participação de Campos Sales e Prudente de Moraes, na Câmara dos Deputados provocou elogios de republicanos paulistas, e até mesmo de agricultores monarquistas.

Eleitores dos partidos monárquicos de Mogi-Mirim enviaram sua adesão aos republicanos, com a mensagem de que "é tempo de liberais e conservadores abrirem os olhos à luz da evidência e se convencerem finalmente de que a República Federativa, o governo das províncias confederadas, é a única solução patriótica, capaz de elevar a nossa pátria à sua maior grandeza".³⁰

A atuação dos deputados paulistas não se manteve muito tempo. Em 1886 houve mudança de legislatura, e os republicanos não tiveram mais representação. Desta vez, porém, o sentimento não era de desânimo ou frustração.

A participação dos paulistas republicanos foi curta, porém brilhante. Demonstrou a potencialidade de ação que concentrava o novo grupo político emergente no Oeste Paulista.

O governo do Ministro Cansansão de Sinimbu, com a realização do Congresso Agrícola (1878), e a legislatura de 1885, constituíram momentos de maior perspectiva política para os agricultores paulistas. Em 1878 houve esperanças que não iriam concretizar-se; a legislatura de 1885 demonstrou que a participação desejada só se daria efetivamente dentro de um novo regime.

O caminho para isso, já haviam percebido os paulistas, não era a conciliação. Era a mudança política que só viria com a República.

NOTAS

1. Francisco Glicério. *Gazeta de Campinas*. 19.3.1876, p. 1.
2. Caiubi. *Gazeta de Campinas*. 1.2.1874, p. 1.
3. Francisco Quirino dos Santos. *Gazeta de Campinas*. 8.8.1875, p. 1.
4. Campos Sales. *Gazeta de Campinas*, 19.12.1869, p. 1.
5. Rangel Pestana. *Gazeta de Campinas*. 10.2.1870, p. 1.
6. "O Roceiro". *Gazeta de Campinas*. 2.2.1870, p. 1.
7. *Gazeta de Campinas*. 30.7.1882, p. 1.
8. Idem, ibidem.
9. Idem, ibidem.
10. *Gazeta de Campinas*. 30.7.1882, p. 1.
11. Campos Sales. *Gazeta de Campinas*. 14.7.1870, p. 1.
12. Idem, 24.5.1874, p. 1.
13. "O Lavrador". *Gazeta de Campinas*. 5.10.1884, p. 1 (Não se trata do Visconde de Indaiatuba).
14. "O Lavrador". *Gazeta de Campinas*. 5.10.1884, p. 1.
15. "O Lavrador". *Gazeta de Campinas*. 4.11.1884, p. 1 (Não se trata do Visconde de Indaiatuba).
16. "O Lavrador". *Gazeta de Campinas*. 4.11.1884, p. 1 (Não se trata do Visconde de Indaiatuba).
17. J. L. V. Cansansão de Sinimbu. "Discurso de abertura do Congresso Agrícola". *Anais do Congresso Agrícola*, p. 15.
18. Transcrição do *Diário do Rio de Janeiro*, 10.7.1878. In: *Gazeta de Campinas*. 12.7.1878, p. 1.
19. Posteriormente foi traduzido em projeto de lei pelo Barão Homem de Melo. Não conseguiu ser aprovado, conforme já vimos anteriormente.
20. *Gazeta de Campinas*. 16.7.1878, p. 1.
21. Campos Sales. *Gazeta de Campinas*. 18.9.1878, p. 1.
22. Campos Sales. *Gazeta de Campinas*. 18.9.1878, p. 1.
23. "O Lavrador". *Gazeta de Campinas*. 14.1.1885, p. 1 (Não se trata do Visconde de Indaiatuba).

24. Campos Sales. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 2, sessão de 13.4.1885.
25. Idem.
26. *Gazeta de Campinas*. 2.7.1885, p. 1.
27. Campos Sales. *Anais do Parlamento Brasileiro*, v. 4, sessão de 25.8.1885.
28. Idem.
29. Transcrição de: "O país". *Gazeta de Campinas*. 13.6.1885, p. 1.
30. *Gazeta de Campinas*. 12.11.1885, p. 1.

Conclusão:

Frustrações e realizações dos fazendeiros paulistas

A economia cafeeira criou, ao longo de seu desenvolvimento, profundas diferenciações entre as duas principais regiões produtoras brasileiras: O Vale do Paraíba e o Oeste Paulista. Enquanto o Vale do Paraíba manteve um sistema de produção dentro dos padrões tradicionais o Oeste Paulista buscou novas soluções que levaram a região a se transformar, inserindo o café num sistema econômico moderno.

As necessidades básicas para a produção eram semelhantes, porém as condições que enfrentou o Oeste, ao introduzir o cultivo, diferiram muito.

Os fazendeiros do Vale do Paraíba, tendo iniciado a cultura cafeeira antes da extinção do tráfico, aproveitaram o lucro inicial para comprar grande quantidade de escravos, garantindo a mão-de-obra necessária e ocupando grandes propriedades, exploradas intensivamente. Viveram hábitos luxuosos, dentro do conceito latifundiário. Exerceu influência a proximidade da Corte e a atração dos títulos de nobreza.

Prosperaram em seu conservadorismo e acomodaram-se à lentidão em introduzir inovações.

Em São Paulo a situação foi diversa. Longe da Corte, submetidos desde longo tempo a um isolamento condicionado pela posição geográfica, os paulistas desenvolveram um espírito de autonomia e realização que os acompanhava desde os primeiros tempos.

Os recursos de que dispunham, ao introduzir a cultura cafeeira, eram aproveitados das condições criadas por uma economia açucareira sem grande expressão nacional. A boa adaptação do novo produto ao solo e a alta lucratividade expandiram rapidamente a cultura, passando a exigir novas atitudes e providências.

Aproveitando os próprios recursos gerados pelo café, esses fazendeiros investiram em obras como a construção de ferrovias ou em

empreendimentos como a arrematação de imigrantes, esperando revertê-los em benefício para a própria economia cafeeira.

A construção de ferrovias, utilização de mão-de-obra livre, emprego de máquinas, foram características da economia cafeeira paulista: respostas mais adequadas para obter maior racionalização da produção e, conseqüentemente, maiores lucros.

Preocupados com a substituição da mão-de-obra escrava, esses fazendeiros não podiam prever as modificações que a presença de trabalhadores livres acarretaria. Vários imigrantes fixaram-se nas cidades, dedicando-se ao comércio e fundando pequenas indústrias. Donos de um poder aquisitivo que o escravo não tinha, foram responsáveis pelo forte impulso de desenvolvimento que adquiriram certos núcleos urbanos.

O desenvolvimento desses núcleos urbanos foi outra característica de diferenciação entre o Oeste Paulista e o Vale do Paraíba. Mereceram papel de destaque como centros regionais de comércio, cultura e vida social, funcionando principalmente como pólos de modernização.

Nesse aspecto, a cidade de Campinas merece um destaque especial pelo importante papel que exerceu na vida regional. Lá se centralizaram os principais órgãos de expressão dos agricultores contra a indiferença do governo: a *Gazeta de Campinas* e o Clube da Lavoura.

A *Gazeta de Campinas*, jornal de ideologia republicana, não traiu seus ideais de defesa dos interesses dos agricultores. Denunciou os problemas e necessidades regionais, sugeriu soluções. A partir de 1876, quando mudou de direção, tornou-se mais radical, e as críticas transformaram-se em protestos contra a ineficácia do regime monárquico.

Seu papel ultrapassou os objetivos iniciais; além de veículo de comunicação dos agricultores e elemento de propaganda republicana, funcionou como elemento formador de políticos que tiveram importante atuação durante a Primeira República.

Os jovens jornalistas, que começaram defendendo com entusiasmo os interesses da lavoura através de artigos de jornal, passaram a defendê-los na arena da política nacional.

Nesse contexto destaca-se a atuação de Campos Sales, como jornalista e político que, ao conseguir eleger-se deputado pelo Partido Republicano, não traiu as causas defendidas através do jornal.

O Clube da Lavoura, órgão que reunia os agricultores em torno de interesses comuns, também pode se considerar órgão atuante como canal de reivindicações dos agricultores do Oeste Paulista.

Em conjunto com a *Gazeta de Campinas*, que apoiava e divulgava suas realizações, o Clube da Lavoura teve expressivo desempenho. Soube se fazer ouvir através de comunicados públicos e representações à Câmara dos Deputados, sempre que se fazia necessário defender a posição de seus sócios. Agiu também no campo internacional, no sentido de divulgar o café no exterior e obter melhores condições de comercialização. Organizou exposições em Paris (1867-1889), Viena (1873), Filadélfia (1876), sem contar, para essas realizações, com apoio governamental, a não ser em casos esporádicos, como o do Ministro paulista Antônio Prado.

A expressividade do Clube da Lavoura pode ser comprovada pela proliferação de entidades semelhantes em outras cidades, não só na província de São Paulo, mas no Rio de Janeiro (Centro da Lavoura e Comércio).

A *Gazeta de Campinas* e o Clube da Lavoura tinham suas atenções voltadas para as reivindicações dos fazendeiros paulistas, procurando pressionar o governo. A resposta dos poderes públicos, porém, nem sempre correspondia aos esforços conjugados de ambos. A maioria dos melhoramentos devia-se a iniciativas particulares.

A construção de ferrovias se fez com recursos próprios. O crédito agrícola, regulamentado pelo governo, além de não corresponder aos desejos dos paulistas, nem chegou a ser aplicado. A substituição de mão-de-obra escrava partiu da iniciativa dos próprios fazendeiros; quando o governo resolveu tomar a si o encargo da imigração, a tendência foi incentivar a formação de pequenas propriedades e não a importação de braços para a grande lavoura.

Essa discrepância entre as atitudes do governo e as pretensões paulistas eram atribuídas, a princípio, à falta de representatividade política dos fazendeiros paulistas. Nos anos finais do Império, contudo, já se verificara que a atuação dos deputados era insatisfatória, não só por falta de identificação dos parlamentares com os problemas locais, mas pela falta de um ambiente receptivo nas Câmaras. Deputados como Campos Sales e Prudente de Moraes, declarados defensores dos interesses da lavoura paulista, sofreram pressões que dificultaram sua atuação. O sistema de governo, que dava ao Poder Moderador o direito de dissolver a Câmara e substituir gabinetes,

muitas vezes era responsável pela interrupção de uma política que se mostrava favorável aos paulistas, como o ministério de Sinimbu. Por isso mesmo, as perspectivas de realizações dentro do regime imperial fecharam-se cada vez mais.

O governo favorecia o interesse de províncias possuidoras de zonas agrícolas tradicionais, em prejuízo da cafeicultura do Oeste Paulista.

Os fazendeiros paulistas, embora economicamente bem-sucedidos e confiantes em sua capacidade de realização, precisavam de uma política governamental que apoiasse os seus interesses econômicos. O governo não só não participava de suas realizações como, muitas vezes, ainda criava obstáculos.

A contradição entre essas realizações e a falta de apoio do governo para a solução de problemas como transporte, crédito e mão-de-obra ilustram bem o crescimento de condições de desentendimento entre São Paulo e o governo central.

As estradas de ferro, apesar de construídas para fazer chegar o produto mais rapidamente ao porto, utilizavam, na transposição da serra, a Santos-Jundiá, cuja construção e concessão de exploração coubera a uma companhia inglesa.

Isso colocava toda a rede ferroviária do Oeste sob sua dependência, o que dava margem ao descontentamento dos fazendeiros, que se viam impossibilitados de garantir a chegada do produto a Santos.

Após as primeiras experiências com trabalho livre, apesar dos problemas iniciais de adaptação ao novo sistema, esses agricultores provaram a vantagem de utilização desse tipo de mão-de-obra. O governo custou a se preocupar com o problema, e quando o fez, ao invés de contribuir com o financiamento de passagens, distribuição de trabalhadores entre as fazendas, contratos satisfatórios, leis de incentivo à imigração, como era desejo dos paulistas, voltou-se mais para medidas de ajuda indireta, tidas como de resultados duvidosos. Os fazendeiros mais uma vez se viram abandonados em suas pretensões.

A fundação de bancos particulares para fornecimento de crédito à lavoura era uma solução pouco satisfatória; os agricultores precisavam de bancos de crédito agrícola, com recursos do governo, que pudessem oferecer condições especiais de financiamento. Não pretendiam, os paulistas que essas casas de crédito tivessem a participa-

ção de capital estrangeiro, e nem que as condições de empréstimo fossem igualadas às da decadente lavoura açucareira do Nordeste.

Infelizmente esses interesses pareciam prevalecer na política do governo que, não conseguindo se libertar da pressão desse grupo economicamente decadente, aprovava leis de crédito que atendiam às necessidades da agricultura açucareira, e assim mesmo na prática se mostravam inexecutáveis.

Os fazendeiros de café, donos da maior fonte de renda nacional, viam-se frustrados por não conseguirem apoio financeiro correspondente à sua importância econômica.

O confronto entre as aspirações dos agricultores e as medidas governamentais era sempre desfavorável aos paulistas. O resultado era uma insatisfação constante e um conseqüente desejo de autonomia que encontrava eco nas idéias federalistas pregadas pelos republicanos.

A capacidade de realização, de superação dos próprios problemas e a sensação de abandono provocada pelas atitudes governamentais aumentavam nos paulistas a autoconfiança e a certeza de sobreviverem melhor sem dependência a um governo central. O desejo de autonomia para a província se identificava perfeitamente com o federalismo republicano.

O federalismo seria, portanto, a mola mestra a impulsionar a propagação do republicanismo entre os agricultores do Oeste Paulista. A ele se juntariam a necessidade de assumir um papel à altura de sua importância econômica e a certeza de não conseguir romper os quadros do poder tão bem estruturados dentro do regime monárquico.

Só o rompimento com o Império e o estabelecimento de um novo sistema político permitiria uma alteração na situação vigente.

O problema da mão-de-obra serviu de bandeira para derrubar os elementos ligados à produção escravocrata, entre eles a monarquia e o poder dos agricultores decadentes, quer os de café do Vale o Paraíba, como os da cana-de-açúcar do Nordeste.

A república inauguraria portanto, uma nova fase na política nacional, de consolidação do poder dos cafeicultores, através da atuação de uma oligarquia que contava, entre outros, com a participação dos jornalistas que tão entusiasmadamente escreviam seus artigos na *Gazeta de Campinas*.

Fontes

- Anais da Assembléa Provincial de São Paulo*, 1855.
Anais do Congresso Agrícola. Rio de Janeiro, 1878.
Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados, Tipografia Nacional, 1870 a 1889.
BRASILIENSE, A. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. São Paulo, Tipografia de Jorge Seckler, 1878.
Coleção de jornais "A Gazeta de Campinas", de 1869 a 1887.
Coleção de leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
COUTY, L. *Pequena propriedade e imigração européia (1883-1884)*. Rio de Janeiro, 1887.
D'ALINCOURT, Louis. *Memórias sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo, Martins, 1953.
DAUNT, Ricardo G. *Os primeiros tempos de Campinas*. São Paulo, Tipografia Paulista, 1879.
———. "Reminiscências do distrito de Campinas". *Catálogo da Primeira Exposição Regional do Município de Campinas*. Dezembro/1885.
DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil*. 1850. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1972.
INDAIATUBA, Visconde de. "Memorandum". *Monografia história do município de Campinas*. Campinas, 1951. IBGE, 1952.
LISBOA, José Maria (org.). *Almanaque de Campinas para 1873*. Campinas, Tipografia da *Gazeta de Campinas*, 1872.
MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio de um quadro estatístico da província de São Paulo*. São Paulo, Tipografia de Costa Silveira, 1838.
Organização e programas ministeriais. Regime Parlamentar no Império. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, 1962.
Relatório de Presidente de Província. São Paulo, 1868.
SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem à província de São Paulo (1779-1853)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1976.
SANTOS, Francisco Quirino dos. "Campinas atual, 1872". *Revista Oficial da Exposição Feira — 1739-1839*.
TCHUDI, J. J. Von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Martins, 1953.
ZALUAR, A. Emile. *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1975.

Bibliografia

1. Livros

- AMARAL, Leopoldo. *Campinas: recordações*. São Paulo, Empresa Gráfica O Estado de S. Paulo, 1927.
- BAPTISTA, F. Olavo. *A fazenda de café em São Paulo*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 1952.
- BARROS, Paulo de. *A evolução da cultura cafeeira através das terras de São Paulo*. Rio de Janeiro, 1934.
- BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1967.
- BELO, José Maria. *História da República*. São Paulo, Nacional, 1969.
- BOEHRER, G. C. *História do Partido Republicano no Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1954.
- Campinas 200: imagens da saudade, retratos do progresso*. Campinas, Ativa, sd.
- Campinas, álbum de propaganda*. Campinas, Câmara Municipal, 1930.
- CAMPOS, Sônia Aparecida de Siqueira. *Taubaté: a cidade e o tempo*. Taubaté, Instituto de Estudos Brasileiros, 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo, 1962.
- CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930). Texto e contexto*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- *A República Velha (Instituições e classes sociais)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- CASTRO, Sertório de. *A República que a revolução destruiu*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos & Cia., 1932.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1966.
- DEBES, Célio S. *A caminho do Oeste: subsídios para a história da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e das ferrovias de São Paulo*. 1.ª parte, 1832-1869. São Paulo, Edição Comemorativa da Fundação da Companhia Paulista, 1968.
- ELLIS Jr., Alfredo. *O café e a paulistânia*. São Paulo, João Bentivegna, 1951.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro, Globo, 1957.
- FAUSTO, Boris. *Pequenos ensaios da história da República — 1889-1945*. São Paulo, CEBRAP, 1972.

- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- GRAHAM, Richard. *A Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- HALL, Michael. *The Origins of Mass Immigration in São Paulo*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros (exemplar mimeografado).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II, v. 5. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889)*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.
- IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- LIMA, Oliveira. *O Império brasileiro — 1822-1889*. São Paulo, Melhoramentos, 1927.
- MARIANO, Júlio. *História da imprensa de Campinas*. Campinas, Ind. Gráfica Massaioli, 1972.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias*. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.
- MENDES, José Estevam Teixeira. *Lavoura cafeeira. Velhas fazendas do município de Campinas*. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1947.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1941.
- MONBEIG, Pierre. *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris, A. Collin, 1952.
- MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- MOTTA, Paulo Roberto. *Movimentos partidários no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- NOGUEIRA, Octaviano, e João Sereno Firmo. *Os parlamentares do Império*. Brasília, Senado Federal, 1973.
- O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1934.
- PERALTA, Inês G. *O caminho do mar — Subsídios para a história de Cubatão*. São Paulo, Prefeitura de Cubatão, 1972.
- PESSOA, R. X. C. *A idéia republicana no Brasil através de documentação*. São Paulo, Alfa-Omega, 1973.
- . *O ideal republicano e seu papel histórico no Segundo Reinado (1870-1889)*. São Paulo, 1972. Tese de Doutorado no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- PETRONI, Maria Tereza S. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- PINTO, Adolfo. *História da viação pública em São Paulo*. São Paulo, Tipografia Vanorden, 1903.

- PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1957.
- . *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1965.
- PRADO, Paulo. *O mandonismo local*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SAES, Flávio Azevedo Marques. *As ferrovias de São Paulo (1870-1940)*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- SANTOS, J. M. Bernardino de Campos e o partido republicano de São Paulo: subsídios para a história da República. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1960.
- SILVA, Sérgio. *A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism and federalism — 1889-1902*. Brasília, Senado Federal, 1978.
- SKIDMORE, Thomas E. *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*. Nova York, Oxford University Press, 1974.
- SOARES Jr., Rodrigo. *Jorge Tibiriçá e sua época*. São Paulo, Nacional, 1968.
- STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- TAUNAY, A. E. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939-1943.
- . *Pequena história do café (1727-1937)*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada*. Rio de Janeiro, Vozes, 1964.
- . *A formação do federalismo no Brasil*, São Paulo, Nacional, 1961.
- . *Os construtores do Império*, São Paulo, Nacional, 1968.
- VITA, Luiz W. Alberto Sales, ideólogo da República. São Paulo, Nacional, 1965.
- WITTER, José Sebastião. *Um estabelecimento agrícola dos meados do século XIX na província de São Paulo*. São Paulo, 1968. Tese de Mestrado no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- WRIGHT, A. Fernanda P. A. *Testando o Leviathan*. São Paulo, Perspectiva, 1979.

2. Artigos

- ARAÚJO F., Jr. "O café, riqueza paulista". *Boletim Paulista Geográfico*. São Paulo, 22:79-135, março/1956.
- BEIGUELMAN, Paula. "A propósito de uma interpretação a respeito da história da República". *Revista Brasiliense*, São Paulo, 41 (84), 1970.
- BERGÓ, Maria Estela de Abreu. "Estudo geográfico da cidade de Campinas". *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro, 31:641-691, 1952.
- COSTA, Emília Viotti da. "A proclamação da República". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 19:169-207, 1965.

- "Colônias de parceria na lavoura de café: primeira experiência". *Anais do 2.º Simpósio de Professores Universitários*. Paraná, 275-309, 1963.
- "O escravo na grande lavoura": In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, *História geral da civilização brasileira*, t. 2, v. 3/135-138, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.
- GRAHAM, Richard. "Brazilian slaves re-examined: a review article". *Journal of Social History* 3(4):431-453, 1970.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. "As colônias de parceria". *História geral da civilização brasileira*, t. 2, v. 3/245-260. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.
- JANOTTI, Aldo. "Como e por que terminou a monarquia brasileira" *Revista de História*. São Paulo, 42(86):305-334, abril-junho/1971.
- LAPA, José Roberto do Amaral. "História de Campinas: tarefa para os próximos dez anos". *Revista de História*. São Paulo, 54(107):221-240, julho-setembro/1976.
- MATOS, Odilon Nogueira de. "Centenário da estrada de ferro em Campinas". *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, 36, 1972.
- "O Visconde de Indaiatuba e o trabalho livre em São Paulo". *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, 31, 1972.
- PESSOA, R. X. C. "O primeiro centenário do manifesto republicano". *Revista de História*. São Paulo, 41(84):402-437, outubro-dezembro/1970.
- QUEIROZ, Isaura Maria de Pereira. "A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba entre 1850 e 1888". *Revista de História*. São Paulo, 1(4):195-218, 1950.
- SILVA, Raul Andrade e. "Os republicanos de 1870 e as realidades nacionais". *Revista de História*. São Paulo, 41(84):439-452, outubro-dezembro/1970.
- SIMONSEN, Roberto C. "Aspectos da vida econômica do café". *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, 65:149-226, março/1940.
- TORRES, Maria Celina T. Mendes. "Um lavrador paulista no tempo do Império". *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, 172, 1966 (separata).

SBD/FFLCH/USP	
SEÇÃO DE <i>Filos. e Ciências</i>	
AQUISIÇÃO <i>e/ Bid -</i>	VALOR
<i>Buehler e Matos</i>	<i>NCZ - 8,00</i>
DATA <i>23/11/87</i>	TOMBO <i>F7132</i>

— Ao Leitor —

Uma editora moderna não é mais como as tradicionais que funcionavam ouvindo apenas os catedráticos e escritores famosos que a cercavam.

Uma editora, como a VÉRTICE, que pretende ser dinâmica e atual e preencher espaços culturais e editoriais, faz pesquisas de todo o tipo e busca estar permanentemente em contato com seus leitores. Este retorno dos nossos esforços editoriais junto ao grande público é, para nós, fundamental. Sua colaboração, leitor, é inestimável em todos os aspectos: criticando falhas nossas, de qualquer tipo, apontando obras que em sua opinião deveriam ser editadas, ou outras sobre assuntos de que em geral nossa bibliografia seja fraca. Mantenha-se em contato conosco, inclusive para receber catálogos e informações de nossos próximos lançamentos.

Escreva para EDIÇÕES VÉRTICE.

Caixa postal 678, São Paulo, SP.



(Capitular de uma Bíblia
de Nuremberg)

*Antigamente era o paciente escriba
hoje é uma equipe que, não menos pacientemente,
trabalhou para que este livro fosse publicado.*

Copidesque: Maria do Carmo Fleury Malheiros

Diagramação: Pedro Lisboa

Revisão geral: Equipe da ERT

Capa: Jader Marques Filho

Produção gráfica: Enyl Xavier de Mendonça.

Composição em linotipo: Texto em Life, corpo 10 e notas em corpo 8,
feito por ARTESTILO - Compositora Gráfica Ltda., Rua Caetano
Pinto, n.º 261 — Tel. 270-2388 — CEP 03041, São Paulo, SP.

Papel: Fabricação nacional da Cia. Suzano.

Impressão e acabamento: Rumo Gráfica Editora Ltda., C.G.C.
46.295.564/0001-08, Rua Dr. Horácio da Costa, n.º 1, Jardim Vila
Formosa — Tel. 918-5711 — CEP 03471, São Paulo, SP.

Enyl 11/21/07

F7132

LIMA, S. L. L.
Deste paulista e a
república